



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXI DCL N° 80

Brasília, quinta-feira, 10 de maio de 2012

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA
Presidente: Patrício
Vice-Presidente: Doutor Michel
1º Secretário: Raad Massouh
Suplente: Olair Francisco
2º Secretário: Aylton Gomes
Suplente:
3º Secretário: Joe Valle
Suplente: Professor Israel Batista
Corregedor: Siqueira Campos
Ouvidor: Evandro Garla

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Leite	Chico Vigilante
Vice-Presidente: Robério Negreiros	Doutor Michel
Olair Francisco	Celina Leão
Aylton Gomes	Benedito Domingos
Joe Valle	Claudio Abrantes

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia	Robério Negreiros
Vice-Presidente: Claudio Abrantes	Joe Valle
Wasny de Roure	Evandro Garla
Eliana Pedrosa	Celina Leão
Benedito Domingos	Aylton Gomes

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Titulares	Suplentes
Presidente: Liliãne Roriz	Eliana Pedrosa
Vice-Presidente: Luzia de Paula	Professor Israel Batista
Evandro Garla	Arlete Sampaio
Siqueira Campos	Agaciel Maia
Washington Mesquita	Doutor Charles

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titulares	Suplentes
Presidente: Arlete Sampaio	Wasny de Roure
Vice-Presidente: Doutor Michel	Rôney Nemer
Agaciel Maia	Robério Negreiros
Raad Massouh	Eliana Pedrosa
Luzia de Paula	Professor Israel Batista

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Titulares	Suplentes
Presidente: Celina Leão	Olair Francisco
Vice-Presidente: Doutor Charles	Aylton Gomes
Chico Vigilante	Arlete Sampaio
Siqueira Campos	Doutor Michel
Professor Israel Batista	Luzia de Paula

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Titulares	Suplentes
Presidente: Claudio Abrantes	Joe Valle
Vice-Presidente: Evandro Garla	Wasny de Roure
Rôney Nemer	Robério Negreiros
Celina Leão	Liliãne Roriz
Raad Massouh	Benedito Domingos

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA

Titulares	Suplentes
Presidente: Washington Mesquita	Benedito Domingos
Vice-Presidente: Eliana Pedrosa	Liliãne Roriz
Arlete Sampaio	Evandro Garla
Robério Negreiros	Aylton Gomes
Professor Israel Batista	Luzia de Paula

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titulares	Suplentes
Presidente: Doutor Charles	Aylton Gomes
Vice-Presidente: Chico Vigilante	Wasny de Roure
Doutor Michel	Siqueira Campos
Benedito Domingos	Eliana Pedrosa
Liliãne Roriz	Washington Mesquita

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Titulares	Suplentes
Presidente: Rôney Nemer	Agaciel Maia
Vice-Presidente: Olair Francisco	Eliana Pedrosa
Wasny de Roure	Evandro Garla
Raad Massouh	Benedito Domingos
Joe Valle	Claudio Abrantes

Sumário

Redações Finais.....	1
Mesa Diretora.....	3
Comissões.....	4
Declarações.....	18
Diretoria de Recursos Humanos.....	24
Licitações.....	24

Redações Finais

PROJETO DE LEI Nº 1.318, DE 2009

REDAÇÃO FINAL

Institui o Dia do Meteorologista, a ser comemorado no dia 14 de dezembro de cada ano, e o inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Meteorologista, a ser comemorado no dia 14 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. O dia e a data comemorativa a que se refere o *caput* deverão ser incluídos no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012.

PROJETO DE LEI Nº 98, DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres e portadores de necessidades especiais no sistema metroviário do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF fica obrigada a destinar vagões exclusivos para mulheres e portadores de necessidades especiais nos horários de pico matutino e vespertino.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se como horário de pico matutino o intervalo entre 6h e 9h, e vespertino o intervalo entre 17h e 20h.

§ 2º Os vagões a serem destinados para transporte exclusivo de mulheres e portadores de necessidades especiais poderão ser destacados entre os que integram a composição dimensionada para o fluxo de passageiro, nos referidos horários de pico, ou adicionados à composição, a critério da concessionária.

§ 3º Nos vagões que não são de uso exclusivo de mulheres e portadores de necessidades especiais, poderá haver uso misto.

§ 4º Excetuam-se sábados, domingos e feriados do previsto neste artigo.

Art. 2º A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF terá trinta dias para se adequar a esta Lei.

Art. 3º O não cumprimento do disposto no *caput* do art. 1º implicará pagamento de multa de, no mínimo, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e de, no máximo, R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. Se a irregularidade não for sanada no prazo de trinta dias após a notificação pelo órgão responsável pela fiscalização, será aplicada multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2012.

PROJETO DE LEI Nº 110, DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a publicação, na rede mundial de computadores – internet, dos pagamentos que menciona, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º É obrigatória a publicação, na rede mundial de computadores – internet, dos pagamentos efetuados pela administração direta e indireta do Distrito Federal mediante a emissão de cheques e transferências eletrônicas compensáveis ou *online*.

Parágrafo único. Na publicação dos dados, deverão constar o tipo de documento, o valor do pagamento, a conta corrente, o número do banco e da agência, a rubrica orçamentária, o nome do beneficiário e a fonte do recurso.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei configurará falta administrativa grave, apurada e punida na forma da legislação pertinente.

Art. 3º O Poder Público regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias após a sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012.

PROJETO DE LEI Nº 456, DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Institui o direito ao consumidor de energia elétrica, no âmbito do Distrito Federal, a ter sua conta mensurada de forma individual nas edificações coletivas residenciais, comerciais ou de uso misto, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O prestador do serviço público de abastecimento de energia elétrica fará a medição individualizada do consumo da energia elétrica nas edificações coletivas residenciais, comerciais ou de uso misto, mediante requerimento do síndico ou responsável, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º Em caso de omissão ou desinteresse do síndico ou responsável pelas edificações previstas no *caput*, o consumidor poderá solicitar, diretamente, a medição individualizada de sua unidade, excluindo-se do rateio global.

§ 2º A instalação de medidores individuais não dispensa a medição e a cobrança do consumo apurado na área comum da edificação predial.

§ 3º Considera-se consumo da área comum a diferença entre o consumo global de energia elétrica, aferido por medidor instalado no ramal de entrada da edificação, e a soma do consumo de todas as unidades autônomas para o mesmo período.

Art. 2º A adaptação das instalações para a medição individualizada será de responsabilidade do requerente e obedecerá aos padrões e aos critérios técnicos definidos pela prestadora pública.

Art. 3º O medidor individual será instalado em local de fácil acesso para leitura, manutenção e conservação, observados os critérios técnicos da prestadora.

Art. 4º A manutenção e a conservação das instalações para a medição individualizada são de responsabilidade do requerente, competindo ao prestador do serviço a manutenção e a conservação dos medidores, bem como os procedimentos de leitura e cobrança pelos serviços prestados.

Art. 5º É garantido o livre acesso do prestador do serviço aos medidores para a realização dos procedimentos comerciais e operacionais.

Art. 6º As edificações prediais construídas a partir da data da publicação desta Lei deverão prever, na planta elétrica, a instalação de medidor para a aferição do consumo global de energia elétrica e de um medidor por unidade autônoma para aferição do consumo individual de acordo com as disposições desta Lei.

Art. 7º O prestador do serviço público de abastecimento de energia elétrica promoverá as adequações necessárias em seu regulamento de serviço no prazo de noventa dias contados da data da publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012.

PROJETO DE LEI Nº 479, DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Institui diretrizes para a utilização das Escolas Públicas do Distrito Federal nos fins de semana para realização de atividades culturais.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam instituídas as seguintes diretrizes para a utilização das Escolas Públicas do Distrito Federal nos fins de semana para realização de atividades culturais:

I – as instalações das escolas públicas ficarão disponíveis para realização de atividades artísticas nos fins de semana das 8h às 18h;

II – as atividades artísticas compreenderão cinema, teatro, dança, música, poesia, pintura, artesanato, circo e demais atividades com finalidade artística ou cultural;

III – critérios para o entretenimento da comunidade serão observados a fim de evitar a utilização do espaço público para a exploração de atividade comercial;

IV – a divulgação dos eventos artísticos deverá informar que o espaço utilizado é a escola pública;

V – campanhas de conscientização sobre os males causados por drogas entorpecentes e pelo abuso de álcool serão, sempre que possível, realizadas concomitantemente às atividades artístico-culturais;

VI – as manifestações artísticas, seja qual for sua natureza, deverão ter classificação livre;

VII – atividades com a finalidade de ensino para o exercício da cidadania serão admitidas durante os eventos culturais.

Parágrafo único. A utilização a que se refere o *caput* não prejudicará atividades anteriormente agendadas nas escolas públicas nos fins de semana, como vestibulares, provas bimestrais, realização de concursos públicos, eleições, plebiscitos, referendos e campanhas de vacinação.

Art. 2º Poderão ser firmados convênios e parcerias para a construção e melhoria das instalações de teatros e auditórios nas escolas públicas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012.

PROJETO DE LEI Nº 501, DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a denominação do Estádio de Futebol do Distrito Federal localizado no imóvel pertencente ao Distrito Federal – Lote 1 do Setor de Áreas Isoladas Norte.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O Estádio de Futebol localizado no imóvel pertencente ao Distrito Federal – Lote 1 do Setor de Áreas Isoladas Norte, Centro Esportivo, da Região Administrativa de Brasília – RA I, gravado com cláusula de inalienabilidade, matrícula nº 12.639 no Cartório do 2º Ofício de Registro Imobiliário de Brasília, passa a denominar-se Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2012.

PROJETO DE LEI Nº 518, DE 2011

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional de Violência contra a Mulher.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º É obrigatória a divulgação do Disque Denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher, o Disque 180, em estabelecimentos públicos, no âmbito do Distrito Federal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, os estabelecimentos são os seguintes:

I – hotéis, motéis, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Editora Executiva: Francilaine Munhoz de Moraes – Reg. Prof. 2461/13/08 – MTb-DF
Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – Impressão: Seção de Produção Gráfica
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br

- II – bares, restaurantes, lanchonetes e similares;
 - III – casas noturnas de qualquer natureza;
 - IV – clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou que promovam eventos com entrada paga;
 - V – agências de viagens e locais de transportes de massa;
 - VI – salões de beleza, casas de massagem, saunas, academias de dança, de fisiculturismo, de ginástica e atividades correlatas;
 - VII – outros estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços mediante pagamento e voltados ao mercado ou ao culto da estética pessoal;
 - VIII – postos de gasolina e demais locais de acesso público que se localizem junto às rodovias.
- Art. 3º Os estabelecimentos públicos especificados nesta Lei deverão afixar placa contendo o seguinte texto: "Violência contra a mulher: denuncie! Disque 180".
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Sala das Sessões, 25 de abril de 2012.

Mesa Diretora

Atos da Mesa Diretora

ATO DA MESA DIRETORA Nº 049, DE 2012

Altera os artigos 4º, 5º, 7º e 9º do Ato da Mesa Diretora nº 31, de 2012, que "Regulamenta a aplicação da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar de que trata o art. 3º do Decreto Legislativo nº 996, de 2002".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 4º, 5º, 7º e 9º do Ato da Mesa Diretora nº 31, de 2012, que "Regulamenta a aplicação da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar de que trata o art. 3º do Decreto Legislativo nº 996, de 2002", passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 4º
 § 1º O Gabinete da Mesa Diretora fará a distribuição dos processos de verbas indenizatórias entre os titulares do Núcleo de Verba Indenizatória (NVI).

§ 2º O Núcleo de Verba Indenizatória (NVI) poderá reunir-se para propor ao Gabinete da Mesa Diretora uniformização dos procedimentos referentes à análise dos documentos destinados à regular aplicação da Verba Indenizatória.

Art. 5º Compete a cada titular do Núcleo de Verba Indenizatória (NVI), de acordo com a legislação vigente e com o disposto neste Ato, verificar, conferir, propor glosas e demais providências pertinentes ao regular processamento da verba indenizatória.

Art. 7º Somente será objeto de ressarcimento o documento apresentado ao Gabinete da Mesa Diretora do 1º ao 10º dia útil do mês subsequente ao que se refere a despesa, e que estiver:

II - no original, quitado e em nome do Parlamentar, emitido por quem prestou o serviço ou forneceu o material, salvo o disposto no § 1º do artigo 2º deste Ato.

Art. 9º O titular do Núcleo de Verba Indenizatória (NVI) terá até 5 (cinco) dias úteis para analisar e propor, ao respectivo Secretário do Gabinete da Mesa Diretora que o supervisione, parecer referente à aplicação da Verba Indenizatória, contados a partir do dia útil subsequente à distribuição do processo pelo Gabinete da Mesa Diretora.

§ 2º A prestação de contas referentes à aplicação da Verba Indenizatória será submetida à apreciação do Gabinete da Mesa Diretora.

§ 4º O Gabinete da Mesa Diretora, após aprovar a prestação de contas, enviará o processo à Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade (DOFC) para os fins de ressarcimento da Verba Indenizatória ao Parlamentar.

§ 5º A Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade (DOFC), após o ressarcimento da Verba Indenizatória, encaminhará, no prazo de até 03 (três) dias, as seguintes cópias:

I – do demonstrativo previsto no § 1º deste artigo, à Coordenadoria de Planejamento e Elaboração Orçamentária (CPEO), para fins de

consolidação e divulgação no *Diário da Câmara Legislativa* e no portal da CLDF na internet, na forma do Anexo III.

II – do requerimento e dos comprovantes de despesas que o instruíram, à Coordenadoria de Modernização e Informática (CMI).

§ 6º A CMI, no prazo de até 03 (três) dias, disponibilizará no portal da CLDF na internet, a documentação referida no parágrafo anterior, contados da data de seu recebimento.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de maio de 2012.

DEPUTADO PATRÍCIO
 Presidente

Deputado DOUTOR MICHEL
 Vice-Presidente

Deputado RAAD MASSOUH
 Primeiro Secretário

Deputado AYLTON GOMES
 Segundo Secretário

Deputado JOE VALLE
 Terceiro Secretário

ATO DA MESA DIRETORA Nº 50, DE 2012.

Autoriza a concessão de passagens aéreas e diárias para a participação de servidores em evento de capacitação.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas, e tendo em vista o contido no Processo nº 001-000466/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a participação das servidoras Dayse Silva Santana, matrícula nº 18.346, e Maria dos Remédios Santos Albuquerque, matrícula nº 12.539, Consultoras Técnico-Legislativas, lotadas na Escola do Legislativo, no XIX Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL, no período de 29 de maio a 1º de junho de 2012, em Natal – RN, com a concessão de passagens aéreas e 4 (quatro) diárias.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 09 de maio de 2012.

Deputado PATRÍCIO
 Presidente

Deputado DR. MICHEL
 Vice-Presidente

Deputado RAAD MASSOUH
 Primeiro Secretário

Deputado AYLTON GOMES
 Segundo Secretário

Deputado JOE VALLE
 Terceiro Secretário

Mesa Diretora

Gabinete da Mesa Diretora

PORTARIA-GMD Nº 61/2012, de 9 de maio de 2012.

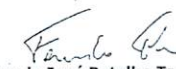
O Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelos Atos da Mesa Diretora nº 55/00 e 42/03,

RESOLVE

APROVAR OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

Número do Requerimento	Deputado(a) Autor(a)	Assunto:
1382/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Cultura, cópias dos processos nºs 150.000.455/2012 e 150.000.471/2012, referentes a contratos celebrados visando a montagem de estrutura para a comemoração do 52º aniversário de Brasília.
1383/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Educação, cópia da listagem das unidades que receberam os estabilizadores adquiridos mediante contrato celebrado com a empresa MD Comércio Importação e Exportação de Componentes Eletrônicos Ltda, por meio do contrato nº 20/2011.
1384/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Transportes, dados estatísticos referentes à quantidade e qualidade dos veículos que são utilizados pelo sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal.
1385/2012	Eliana Pedrosa	Requer informações, à Secretaria de Transportes, sobre o adiamento da Concorrência Pública nº 01/2011.
1386/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico – ADASA, cópia do processo nº 197.001.349/2011, referente a contrato celebrado com a empresa Granda Consultoria em Projetos Sociais.
1387/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Saúde, cópia do processo que deu origem ao contrato nº 029/2012, celebrado com o Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais.
1388/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, cópia do processo nº 290.000.199/2011, referente à contratação da empresa Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda.
1389/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Administração Regional de Águas Claras, cópia do processo nº 300.000.184/2012, referente a termo de parceria celebrado com o Instituto Nacional de Excelência em Políticas Públicas.
1390/2012	Eliana Pedrosa	Requer, ao Presidente da TERRACAP, cópia do processo nº 093.000.052/2008, referente à desapropriação de terreno no SIA, bem como informações sobre o valor pago pelo mesmo.
1391/2012	Eliana Pedrosa	Requer informações, à Administração Regional de Ceilândia, sobre a metragem do piso concretado, na Feira do Produtor da QNP 01, bem como a quantidade e o tipo de concreto utilizado.
1392/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Esportes, cópia do processo nº 220.000.027/2012, referente à contratação da empresa Construtora Queiroz Garcia Ltda.
1393/2012	Eliana Pedrosa	Requer, ao Presidente da TERRACAP, cópia do processo nº 111.000.391/2012, referente à contrato celebrado com a empresa Unimed Centro Oeste e Tocantins.
1394/2012	Eliana Pedrosa	Requer, ao Presidente da TERRACAP, cópia do processo nº 111.000.491/2012, referente ao contrato celebrado com o Instituto Terceiro Setor – ITS.
1395/2012	Eliana Pedrosa	Requer, ao Diretor-Presidente da CEB, cópia do processo nº 310.000.773/2012, referente à contrato celebrado com a empresa Consist Software Ltda.
1396/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Esportes, cópia do processo nº 220.000.090/2012, referente a termo de autorização para uso do estacionamento do Estádio Bezerrão, na Região Administrativa do Gama.
1397/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Transportes, dados estatísticos referentes à quantidade de ônibus adaptados para deficientes físicos que fazem parte do sistema de transporte público do Distrito Federal.
1398/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Administração Regional de Ceilândia, cópia do processo nº 138.000.449/2012, referente à contratação da empresa SWOT Serviços de Festas e Eventos LTDA.
1399/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Vice Governadoria, cópia do processo nº 014.000.137/2011, referente à contratação da empresa Royal Music Produção Artística e Fonográficas Ltda.
1400/2012	Eliana Pedrosa	Requer, ao Presidente da NOVACAP, cópia do processo nº 112.004.762/2011 (e eventuais aditamentos), referentes à ampliação do Estádio Nacional de Brasília.
1401/2012	Eliana Pedrosa	Requer, ao Diretor-Geral do DETRAN, cópia do processo nº 055.003.717/2012, referente à contratação das empresas Estação Japan Comércio de Veículos e Única Brasília Automóveis Ltda.
1407/2012	Eliana Pedrosa	Requer, à Secretaria de Saúde, cópia do processo que deu origem ao contrato nº 178/2011, referente a contrato celebrado com a empresa XYS Interatividade e Tecnologia Ltda.
1403/2012	Ayilton Gomes	Requer, ao Diretor-Geral do DETRAN, dados estatísticos referentes a recursos arrecadados com multas, bem como a relação de pagamentos efetuados a terceiros, contratados por aquele órgão, nos anos de 2011 e 2012.


1378/2012	Wasny de Roure	Requer, à Secretaria de Transportes e à Secretaria de Segurança Pública, dados estatísticos referentes à capacidade de gestão e operação do trânsito e do sistema viário do Distrito Federal.
-----------	----------------	---


Fernando José Botelho Taveira
 Secretário-Geral/Presidência


Jarde José Lopes
 Secretário Executivo/Vice-Presidência


Getúlio Soares Novaes Frota
 Secretário Executivo/1ª Secretária


Alexandre Braga Cerqueira
 Secretário Executivo/2ª Secretária


André Luiz Perez Nunes
 Secretário Executivo/3ª Secretária

PORTARIA-GMD Nº 62, DE 9 DE maio DE 2012

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 4º, inciso X, da Resolução nº 168/2000, e tendo em vista o que consta no Processo nº 001-000441/2012,

RESOLVE:

Autorizar a participação dos servidores Fernando Antonio de A. Pavie, Consultor Técnico-Legislativo, matrícula nº 11.764, lotado no Setor de Pagamento de Pessoal; Hugo Pierre Lapa, matrícula nº 18.348 e Antonio Augusto N. de Queiroz, matrícula nº 18.493, Consultores Técnico-Legislativos; Flávia Renata de O. Silva, matrícula nº 18.476, Técnica Legislativa; Osmar Rodrigues da Silva, matrícula nº 12.376 eIVALDO VIEIRA DE PÁDUA, matrícula nº 11.531, Auxiliares Legislativos, lotados na Divisão de Serviços Gerais, no curso "Retenções na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços", no período de 28 de maio a 1º de junho de 2012, em Brasília – DF, com pagamento de inscrição e sem prejuízo da remuneração.


FERNANDO JOSÉ BOTELHO TAVEIRA
 Secretário-Geral/Presidência


JARDE JOSÉ LOPES
 Secretário Executivo/Vice-Presidência


GETÚLIO SOARES NOVAES FROTA
 Secretário Executivo/1ª Secretária


ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA
 Secretário Executivo/2ª Secretária


ANDRÉ LUIZ PEREZ NUNES
 Secretário Executivo/3ª Secretária

Comissões

DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- PROJETO DE LEI nº 1.157/2009, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) CHICO LEITE, que dispõe sobre medidas de proteção a vítimas e testemunhas relacionadas em boletins de ocorrência e inquéritos policiais.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 07/05/12
 Último Dia: 18/05/12

- PROJETO DE LEI nº 313/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s CHICO VIGILANTE, que dispõe sobre a obrigação de disponibilizar ambientes para uso privativo dos empregados terceirizados que trabalham nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

- PROJETO DE LEI nº 419/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que altera o art. 1º da Lei nº 3.731, de 30 de dezembro de 2005, que "concede redução de base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente na prestação de serviços que especifica".

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 26/04/12
Último Dia: 11/05/12

- PROJETO DE LEI nº 468/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s CELINA LEÃO, que estabelece visita especial no sistema prisional do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 09/05/12
Último Dia: 22/05/12

- PROJETO DE LEI nº 543/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s OLAIR FRANCISCO, que estende por mais três meses a licença-maternidade às servidoras públicas do Distrito Federal cujos filhos recém-nascidos sejam deficientes visuais, auditivos, mentais, motores ou sofram de má formação congênita.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 07/05/12
Último Dia: 18/05/12

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 9/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que susta os efeitos da Portaria nº 09, de 04 de fevereiro de 2011, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, que "fixa datas de pagamento de parcelas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para os contribuintes que especifica, e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 25/04/12
Último Dia: 10/05/12

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 38/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que susta o Ato Declaratório nº 02, de 03 de fevereiro de 2011, da Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 25/04/12
Último Dia: 10/05/12

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- PROJETO DE LEI nº 895/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, ROBÉRIO NEGREIROS E SIQUEIRA CAMPOS, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviços na forma que especifica.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 03/05/12
Último Dia: 16/05/12

- PROJETO DE LEI nº 901/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s OLAIR FRANCISCO, que permite a utilização das faixas seletivas por motocicletas nas vias que as possuam em território no Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- PROJETO DE LEI nº 549/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s OLAIR FRANCISCO, que dispõe sobre a afixação de placas informativas em áreas de grande potencial turístico e de circulação de pessoas, contendo a mensagem: "Não doe moedas nos sinais de trânsito, não estimule o trabalho infantil".

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

- PROJETO DE LEI nº 899/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s AGACIEL MAIA, que autoriza os motoristas de transportes coletivos a embarcar e desembarcar passageiros, fora das paradas oficiais destinadas a ônibus, quando solicitado por deficiente físicos, deficientes visuais (cegos), maiores de 65 anos e gestantes, no âmbito do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 118/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s BENEDITO DOMINGOS, que concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor JOSÉ SOBRINHO BARROS.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- PROJETO DE LEI nº 663/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s RÔNEY NEMER, que dispõe sobre a disponibilização de equipe de salvamento nos Cemitérios no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 09/05/12
Último Dia: 22/05/12

- PROJETO DE LEI nº 892/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s SIQUEIRA CAMPOS, que dispõe sobre a cobrança de taxas e multas decorrentes do restabelecimento do fornecimento dos serviços de energia elétrica e água, na forma que especifica.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 03/05/12
Último Dia: 16/05/12

- PROJETO DE LEI nº 894/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s WASHINGTON MESQUITA, que obriga os estabelecimentos comerciais divulgarem a relação das empresas credenciadas para prestação de assistência técnica e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 03/05/12
Último Dia: 16/05/12

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

- PROJETO DE LEI nº 897/2012, de autoria do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre loteamento fechado e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 07/05/12
Último Dia: 18/05/12

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA

- PROJETO DE LEI nº 347/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s LUZIA DE PAULA, que dispõe sobre o patrimônio genético humano e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS 1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

- PROJETO DE LEI nº 891/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s LUZIA DE PAULA, que dispõe sobre a criação do serviço móvel de coleta de sangue no âmbito do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 03/05/12
Último Dia: 16/05/12

- PROJETO DE LEI nº 900/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s RAAD MASSOUH, que torna obrigatória a presença de profissional de saúde em todas as escolas, públicas e privadas e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

- PROJETO DE LEI nº 898/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, OLAIR FRANCISCO e AYLTON GOMES, que altera e consolida a legislação sobre o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ – DF II e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 08/05/12
Último Dia: 21/05/12

NOTA - De acordo com o art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DESIGNAÇÃO DE RELATORES

De ordem do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, Deputado Chico Leite, nos termos do art. 78, inciso VI, do Regimento Interno da CLDF, informamos que as proposições a seguir relacionadas foram distribuídas aos membros desta Comissão para proferir parecer como resultado de sorteio realizado com a presença das assessorias dos Deputados titulares em 09.05.2012, às 17h.

PRAZO PARA PARECER: um dia útil, a partir de 11/05/2012

DEPUTADO CHICO LEITE	DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS	DEPUTADO OLAIR FRANCISCO	DEPUTADO JOE VALLE	DEPUTADO AYLTON GOMES
PL 908/2012	PL 904/2012	PL 907/2012	PL 906/2012	PLC 38/2012
*****	PLC 37/2012	*****	*****	PL 905/2012

PRAZO PARA PARECER: cinco dias úteis, a partir de 11/05/2012

DEPUTADO CHICO LEITE	DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS	DEPUTADO OLAIR FRANCISCO	DEPUTADO JOE VALLE	DEPUTADO AYLTON GOMES
*****	PELO 43/2012	PELO 44/2012	*****	*****

PRAZO PARA PARECER: dez dias úteis, a partir de 11/05/2012

DEPUTADO CHICO LEITE	DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS	DEPUTADO OLAIR FRANCISCO	DEPUTADO JOE VALLE	DEPUTADO AYLTON GOMES
PL 626/2011	PL 593/2011	PL 767/2012	PL 579/2011	PL 766/2012
PR 47/2012	PL 699/2012	*****	PL 668/2011	*****
*****	PL 737/2012	*****	*****	*****

Brasília, 09 de maio de 2012.

Paulo Eduardo Pinto de Almeida
Secretário – CCJ
Matrícula n.º 16755-10



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Resultado da Pauta do 1º Reunião Ordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
08 de Maio de 2012

Item I - Das Comunicações

Item II - Da Pauta - Matérias para discussão e votação

01 - **Leitura e aprovação da Ata de 4ª Reunião Ordinária de 2012.**
Resultado: Aprovada com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

02 - **Projeto de Lei nº 482/2011**

Autoria: Deputado Chico Leite

Relator: Deputado Benedito Domingos

EMENTA: ACRESCENTA O ARTIGO 10-E À LEI Nº 4.158, DE 13 DE JUNHO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS PARA ADQUIRIDORES DE MERCADORIAS OU BENS E TOMADORES DE SERVIÇOS, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.

PARECER: Pela encaminhamento ao autor para inserção dos referidos documentos legais.

Resultado: Retirado de pauta

03 - **Projeto de Lei nº 784/2012**

Autoria: Deputado Joe Valle

Relator: Deputado Claudio Abrantes

EMENTA: ESTABELECE DIRETRIZES PARA A CONCESSÃO DE DESCONTO NO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA PARA CONTRIBUÍNTES QUE NÃO TENHAM INCORRIDO EM INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.

PARECER: Pela admissibilidade e aprovação com emenda supressiva.

Resultado: Retirado de pauta

04 - **Projeto de Lei nº 785/2012**

Autoria: Poder Executivo

Relator: Deputado Wany de Rouse

EMENTA: REGULAMENTA, NO PODER EXECUTIVO, O ART. 18, INCISO V, DA LEI ORÇÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

PARECER: Pela admissibilidade e aprovação com emenda nº4 e as emendas números 2 e 5, na forma de subemenda, rejeitada as emendas números 1,3,6,7 e 8.

Resultado: Parecer aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência. Emenda modificativa rejeitada com 1 voto favorável, 3 contrárias e 1 ausência.

05 - **Projeto de Lei nº 770/2012**

Autoria: Deputado Olair Francisco

Relator: Deputado Benedito Domingos

EMENTA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.011, DE 12 DE SETEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, INTEGRANTE DO SISTEMA DE TRANSPORTE DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER: Pela admissibilidade e aprovação.

Resultado: Retirado de pauta

06 - **Projeto de Lei nº 718/2012**

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

Relator: Deputado Benedito Domingos

EMENTA: DISCIPLINA PRAZO PARA O CONTRATADO CIENTIFICAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AS SUBCONTRATAÇÕES QUE REALIZAR.

PARECER: Pela admissibilidade.

Resultado: Retirado de pauta

07 - **Projeto de Lei nº 822/2011**

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

Relator: Deputado Benedito Domingos

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE ICMS DEVIDO NA OPERAÇÃO RELATIVA À SAÍDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDO POR AGRICULTORES QUE SE ENQUADRAM NO PRONAF.

PARECER: Pela admissibilidade e aprovação.

Resultado: Retirado de pauta

08 - **PROG Nº 17/2012**

Autoria: Poder Executivo

Relator: Deputado Wany de Rouse

EMENTA: SUSBSTITUI DE CAROS DO PODER EXECUTIVO A VIGER DE 1º DE MARÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

PARECER: Pela admissibilidade e aprovação.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

09 - **Projeto de Lei nº 874/2012**

Autoria: Poder Executivo

Relator: Deputado Agaciel Maia

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS GERIDOS PELA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A. - CEASA/DF.

PARECER: Pela admissibilidade e aprovação.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

10 - **Indicação nº 5901/2012**

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN/DF, A IMPLANTAÇÃO DE FAIXA DE PEDESTRES OU REDUTOR ELETRÔNICO DE VELOCIDADE NA AVENIDA SANTA MARIA, EM FRENTE AO CENTRO OLÍMPICO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

11 - **Indicação nº 4983/2012**

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/DF, A INSTALAÇÃO DE REDUTORES DE VELOCIDADE NA RODOVIA DF-008, NO KM 01, SENTIDO VARJÃO-LAGO NORTE, NAS PROXIMIDADES DO COLÍLIO DO SOL E ANTES DO BALÃO DE CRUZAMENTO DA RODOVIA, COM VISTAS AO ACESSO A ESTRADA CENTRO DE ATIVIDADES, NO SENTIDO LAGO NORTE-VARJÃO.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

12 - **Indicação nº 4888/2012**

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/DF, A IMPLANTAÇÃO DE BARRERAS ELETRÔNICAS E SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA RODOVIA DF-028, NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA CANTINHO MÁGICO, LOCALIZADA NO SMS Nº 24, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL - RA XVI.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

13 - **Indicação nº 4867/2012**

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS VIAS DOS CONJUNTOS B, C E D, DA QM. 20, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAQUATINGA - RA IIL.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

14-Indicação n°4970/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS, A IMPLANTAÇÃO DE PARADA DE ÔNIBUS COM ABRIGO NA AVENIDA CENTRAL DA QNL 03, EM FRENTE AO BLOCO C, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

15-Indicação n°4974/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN/DF, A IMPLANTAÇÃO DE QUEBRAS-MOLAS, NOS DOIS SENTIDOS DA VIA LOCALIZADA EM FRENTE À VILA OLÍMPICA, DA QUADRA 404/603, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

16-Indicação n°4978/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA COMERCIAL DA EQ 902/803, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

17-Indicação n°4979/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, A IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO NA QUADRA 803 DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

18-Indicação n°4984/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE ROGAÇÃO - DER/DF, A INSTALAÇÃO DE REDUTORES DE VELOCIDADE NA ESTRADA PARQUE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - EPIA, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O BALÃO DO TORTO E O SETOR DE OFICINAS NORTE - SOF NORTE, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASÍLIA - RA I.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

19-Indicação n°4928/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÁ E DA SECRETARIA DE OBRAS A PAVIMENTAÇÃO DE BLOQUETES DO ESTACIONAMENTO INTERNO DAS ESCOLAS CLASSE 01, 02 04 E 05 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ - RA VII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

20-Indicação n°4927/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÁ E DA SECRETARIA DE OBRAS A PAVIMENTAÇÃO DE BLOQUETES DO ESTACIONAMENTO INTERNO DOS CENTROS DE ENSINO FUNDAMENTAL 01, 02 03 E DARCY RIBEIRO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ - RA VII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

21-Indicação n°4918/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP E DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO A CONSTRUÇÃO DE UM BALÃO NA AVENIDA COMERCIAL, NA ENTRADA DE ACESSO AO

CONDOMÍNIO PARQUE JARDIM DAS PINEIRAS, NO JARDIM BOTÂNICO III E DF-001 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

22-Indicação n°4917/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF A PINTURA DAS FAIXAS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA AVENIDA COMERCIAL, AVENIDA DOM BOSCO E AVENIDA DO SOL, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

23-Indicação n°4921/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP A RECUPERAÇÃO DAS CALÇADAS E MEIOS FIOS DA AVENIDA COMERCIAL TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A FEIRA DO PRODUTOR RURAL E A IGREJA SÃO FRANCISCO E SANTA CLARA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

24-Indicação n°4920/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS - DER/DF A IMPLANTAÇÃO DE FAIXAS DE PEDESTRE DA DF-001 EM FRENTE O CONDOMÍNIO MANSÕES CALIFÓRNIA, NA FEIRA DO PRODUTOR RURAL, NO CONDOMÍNIO SOLAR DE BRASÍLIA 1ª E 2ª ETAPA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

25-Indicação n°4919/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS - DER/DF A DUPLICAÇÃO DA DF-001 NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O BALÃO DE ACESSO À PONTE JK E O POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA DO DF NA ESTRADA PARQUE DOM BOSCO - QI 29 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

26-Indicação n°4952/2012

Autoria: Deputado Joe Valle

Ementa: SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS NO SENTIDO DE CONSTRUIR LIGAÇÃO ENTRE A AVENIDA DA MISERICÓRDIA COM A AVENIDA GOVERNADOR POR MEIO DE UMA PONTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

27-Indicação n°4958/2012

Autoria: Deputado Joe Valle

Ementa: SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS NO SENTIDO DE CONSTRUIR PONTE PARA LIGAR A AVENIDA DA MISERICÓRDIA COM A RUA 3 DA COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA PASSANDO PELAS CHÁCARAS 63/64 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

28-Indicação n°4959/2012

Autoria: Deputado Joe Valle

Ementa: SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS NO SENTIDO DE CONSTRUIR PONTE PARA LIGAR A RUA 1 DA COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA ATÉ A RUA 6 DA VICENTE PIRES NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

29-Indicação n°4960/2012

Autoria: Deputado Joe Valle

Ementa: SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS NO SENTIDO DE CONSTRUIR PONTE PARA LIGAR A AVENIDA DA MISERICÓRDIA À RUA 4 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

30-Indicação n°4961/2012

Autoria: Deputado Joe Valle

Ementa: SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS NO SENTIDO DE IMPLANTAR ACESSO ENTRE AS AVENIDAS DA MISERICÓRDIA E CONTORNO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX AO PISTÃO NORTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE

TAGUATINGA - RA III.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

31-Indicação n°4982/2012

Autoria: Deputado Joe Valle

Ementa: SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS NO SENTIDO DE IMPLANTAR PASSARELA NA AVENIDA ESTRUTURAL (DF 095 NA ALTURA DA RUA 5 DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX).

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

32-Indicação n°4880/2012

Autoria: Deputada Luzia de Paula

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR GERAL DO DFTRANS - DISTRITO FEDERAL, ALTERAR PROJETO DE MICROÔNIBUS NO NÚCLEO BANDEIRANTE, ENVOLVENDO 3ª AV., AV. CENTRAL E CASA DA CULTURA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

33-Indicação n°4907/2012

Autoria: Deputada Luzia de Paula

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO DISTRITO FEDERAL (DER-DF), PARA A INSTALAÇÃO GUARD RAILL NA BR 070 ENTRE O SEMÁFORO DE TAGUATINGA ATÉ A CEILÂNDIA ALTA DO GOL DE PLACA.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

34-Indicação n°5045/2012

Autoria: Deputada Luzia de Paula

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, PARA A INSTALAÇÃO DE ABRIGOS NAS PARADAS DE ÔNIBUS NA AVENIDA P 1 DO SETOR P NORTE, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

35-Indicação n°5048/2012

Autoria: Deputada Luzia de Paula

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PARA A CONSTRUÇÃO DO VIADUTO SOBRE A LINHA DO METRÔ, NA RUA IPÊ AMARELO, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS - RA XX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

36-Indicação n°4990/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS PARA PEDESTRES NAS VIAS P1, P2, P3 E P4, P SUL REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IV.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

37-Indicação n°4875/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A REVITALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO SETORES NORTE, SUL, TRADICIONAL, VEREDAS E VILA SÃO JOSÉ DE BRAZILÂNDIA - RA IV.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

38-Indicação n°4879/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA, A PAVIMENTAÇÃO DA PISTA PRINCIPAL DA AVENIDA SÃO FRANCISCO NA PONTE ALTA NORTE DO GAMA - RA II.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

39-Indicação n°5038/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO JUNTO AO DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DF, A CONSTRUÇÃO DE PARADA DE ÔNIBUS EM TODO SETOR SUL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA - RAIL.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

40-Indicação n°5248/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NO SETOR DE INDÚSTRIAS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

41-Indicação n°5249/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NAS AVENIDAS 02, 03, 04 E 08 DO SETOR O NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

42-Indicação n°5250/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NA QNM 07, 09, 23 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

43-Indicação n°5251/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NA QNM 05 E 24 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

44-Indicação n°5252/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NA AVENIDA M1 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

45-Indicação n°5253/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NA AVENIDA N2 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

46-Indicação n°5256/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NA AVENIDA CENTRO NORTE SENTIDO P SUL E SENTIDO ESTÁDIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

47-Indicação n°5257/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS PRINCIPAIS DO SETOR QNQ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

48-Indicação n°5258/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NA AVENIDA N3 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

49-Indicação n°5259/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco

Ementa: SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, FRENAGEM E RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA NA AVENIDA N2 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

80-Indicação nº 8232/2012

Autoria: Deputado Otair Francisco

EMENTA: SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO JUNTO AO DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DF VISANDO A E DAS LINHAS DO SERVIÇO BÁSICO COM A AMPLIAÇÃO DE LINHAS ÔNIBUS NAS VIAS DE ACESSO DE TODO O RIACHO FUNDO II E CAUS I E II, RIACHO FUNDO II, REGIÃO ADMINISTRATIVA RIACHO FUNDO II- RA XX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

81-Indicação nº 8191/2012

Autoria: Deputado Otair Francisco

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO DE CENLÂNDIA, PROVIDÊNCIAS PARA O AUMENTO DAS LINHAS DE ÔNIBUS PARA O CONDOMÍNIO PRIVÉ, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CENLÂNDIA RA-DL.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

82-Indicação nº 4891/2012

Autoria: Deputado Aylton Gomes

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN/DF, A INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE TRÂNSITO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTIMA- RA VI.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

83-Indicação nº 4891/2012

Autoria: Deputado Aylton Gomes

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA PRINCIPAL DA ESTÂNCIA 1, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTIMA - RA VI.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

84-Indicação nº 4884/2012

Autoria: Deputado Evandro Garcia

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE DISPONIBILIZAR ÔNIBUS GRATUITO PARA OS SERVIDORES DO GDF QUE TRABALHAM NO PALÁCIO DO BURITI E ANEXOS, TRAJETO: RODOVIÁRIA- PALÁCIO DO BURITI E VICE VERSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

85-Indicação nº 4841/2012

Autoria: Deputado Evandro Garcia

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL PROVIDÊNCIAS JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL EM CONJUNTO COM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS - DER, A CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA EM FRENTE AO SHOPPING RIACHO MALL, NA DF 060, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I - RA XVII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

86-Indicação nº 4838/2012

Autoria: Deputado Evandro Garcia

EMENTA: SUGERE A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS JUNTO AO DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, A REFORMA DO PONTO DE ÔNIBUS LOCALIZADO NA RQNO 11/13 SETOR O, CENLÂNDIA NORTE.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

87-Indicação nº 4835/2012

Autoria: Deputado Evandro Garcia

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE, A REFORMA DO PONTO DE ÔNIBUS LOCALIZADO EM FRENTE AO CAMPUS DA UNB EM CENLÂNDIA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CENLÂNDIA - RA DL.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

88-Indicação nº 4834/2012

Autoria: Deputado Evandro Garcia

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE, A REFORMA DO PONTO DE ÔNIBUS LOCALIZADO NA QNP 30 EM FRENTE À PISTA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CENLÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

89-Indicação nº 4833/2012

Autoria: Deputado Evandro Garcia

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL PROVIDÊNCIAS JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS A CONSTRUÇÃO DE RECUO PARA ÔNIBUS E CALÇADAS DE ACESSO ÀS PARADAS DE ÔNIBUS EM TODA DF-250, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÁ-RA XXVII.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

90-Indicação nº 4808/2012

Autoria: Deputado Prof. Israel Batista

EMENTA: SUGERE, AO PODER EXECUTIVO, A REALIZAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA, PRINCIPALMENTE DUPLICAÇÃO, NA RODOVIA DF-250, VIA LOCALIZADA NAS IMEDIAÇÕES DO ITAPOÁ E PARANGÁ

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

91-Indicação nº 4806/2012

Autoria: Deputado Washington Mesquita

EMENTA: SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, A RECUPERAÇÃO DA MASSA ASFÁLTICA NA QR 406 EM SAMAMBAIA DF.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

92-Indicação nº 4838/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO DER, A INSTALAÇÃO DE UMA PASSARELA PARA PEDESTRES NA DF 150, ALTURA DO POSTO CONTAZEN EM SOBRADINHO II - RA XXVI.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

93-Indicação nº 4842/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO A INSTALAÇÃO DE UMA BARRA PARA PARADA DE ÔNIBUS NA QUADRA 06, DEFRENTE AO CENTRO EDUCACIONAL O1 (ANTIGO QHÁSHO) DE SOBRADINHO - RA V.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

94-Indicação nº 4818/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes

EMENTA: SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, A AMPLIAÇÃO DO HORÁRIO DE SAÍDA PARA AS ZONAS DAS LINHAS DE TRANSPORTE COLETIVO QUE FAZEM O TRAJETO PLANO PILOTO AOS BAIKROS VALE DO AMANHECER E ARAPOANGA, DA CIDADE DE PLANALTIMA, RA VI.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

95-Indicação nº 4813/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes

EMENTA: SUGERE AO SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF, A RECUPERAÇÃO DA PINTURA E A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NAS FAIXAS DE PEDESTRES NAS VIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE PLANALTIMA, RA VI.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

96-Indicação nº 4807/2012

Autoria: Deputado Raney Nemer

EMENTA: SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NA OSC 19, SETOR PRIMAVERA, CHÁCARAS 23, 26, 27, 28 E 28B-TAGUATINGA-RA III.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

97-Indicação nº 8103/2012

Autoria: Deputado Raney Nemer

EMENTA: SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE DO DF A IMPLANTAÇÃO DE LINHAS CIRCULARES PARA TAGUATINGA E SAMAMBAIA NA OSC 19, SETOR PRIMAVERA-TAGUATINGA-RA III.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

98-Indicação nº 8111/2012

Autoria: Deputado Ariete Sampaio

EMENTA: SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DF O ASFALTAMENTO DA QUADRA 33 DE BRAZILÂNDIA.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

99-Indicação nº 8262/2012

Autoria: Deputado Benedito Domingos

EMENTA: SUGERE AO PODER EXECUTIVO MEDIANTE AÇÃO DO DFTRANS-TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL A CONSTRUÇÃO DE ARBÚDOS NOS PONTOS DE ÔNIBUS EM FRENTE AO CAMPUS DA UNB NA CIDADE DE CENLÂNDIA/DF.

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência.

EXTRA PAUTA

70-PL 802/2012

Autoria: Poder Executivo

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 4.583, DE 14 DE JULHO DE 2011, QUE REVOGA A LEI Nº 2.810, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1999, QUE INSTITUI O REGIME TRIBUTÁRIO SIMPLIFICADO DO DISTRITO FEDERAL SIMPLES CANDAGUO.

Parecer: Pela admisión de la iniciativa e aprobación

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência

71-PL 806/2012


Autoria: Poder Executivo

EMENTA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE R\$ 23.890.810, 00 (VINTE E TRÊS MILHÕES, OITOCENTOS E NOVENTA MIL, NOVECENTOS E DEZ REAIS).

Parecer: Pela admisión de la iniciativa e aprobación

Resultado: Aprovado com 4 votos favoráveis e 1 ausência

Brasília, 10 de Maio 2012


GETÚLIO JOSÉ PERNAMBUCO
Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
SECRETÁRIO



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

DOC0068382012

DESIGNAÇÃO DE RELATORES

De ordem do presidente da Comissão de Economia Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, nos termos do art. 78, Inciso VI, do Regimento Interno da CLDF, informamos que as proposições a seguir relacionadas foram distribuídas aos membros desta Comissão para proferirem parecer.

Prazo para parecer: 10 dias úteis

Deputado Claudio Abrantes	Deputado Benedito Domingos	Deputado Agaciel Maia
PL 895/2012	PL 884/2012 PL 879/2012 PL 878/2012	PL 901/2012

Prazo para o parecer: 02 dias úteis.

Deputado Wasny de Roure	Deputado Claudio Abrantes
PL 871/2012 PL 903/2012	PL 896/2012 PL 873/2012


GETÚLIO JOSÉ PERNAMBUCO
Secretário da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

RESULTADO DE PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA, DA SEXTA LEGISLATURA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, REALIZADA EM 9/5/2012, 14h.

I - COMUNICADOS

II - Leitura da ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLC 17/2011, realizada em 14/03/2012.
Resultado: Aprovada

Leitura da ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLC 17/2011, realizada em 21/03/2012.

Resultado: Aprovada

Leitura da ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLC 17/2011, realizada em 28/03/2012.

Resultado: Aprovada

Leitura da ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLC 17/2011, realizada em 04/04/2012.

Resultado: Aprovada

III - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

1) PL 328/2011

Autoria: Deputado Joe Valle
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES RESIDENCIAIS URBANAS PARA PRODUÇÃO DE FLORES EM ESCALA COMERCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relator: Deputado Olair Francisco

Parocr: pela aprovação.

Resultado: Aprovada

2) PL 603/2011

Autoria: Deputado Olair Francisco
OBRIGA AS EMPRESAS POTENCIALMENTE POLUIDORAS, LOCALIZADAS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, A CONTRATAREM PELO MENOS UM RESPONSÁVEL TÉCNICO AMBIENTAL.

Relator: Deputado Rôney Nemer

Parocr: pela aprovação.

Resultado: Aprovada

3) IND 4654/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONDOMÍNIO NOVA PETRÓPOLIS, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.

Resultado: Aprovada

4) IND 4660/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes
SUGERE AO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL A VOLTA DO POSTO DE MANUTENÇÃO DE PLANALTA, RA VI.

Resultado: Aprovada

5) IND 4671/2012

Autoria: Deputado Aylton Gomes
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS NO CONDOMÍNIO MARISSOL/ARAPOANGA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTA - RA VI.

Resultado: Aprovada

6) IND 4679/2012

Autoria: Deputado Aylton Gomes
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A CONCLUSÃO DE OBRAS DE ESGOTO E DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO ARAPOANGA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTA-RA VI.

Resultado: Aprovada

7) IND 4688/2012

Autoria: Deputado Aylton Gomes
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS NO SETOR GRÁFICO JORGE CAUHY JUNIOR, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII.

Resultado: Aprovada

8) IND 4697/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DE ÁRVORES NA AV. HÉLIO PRATES, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.

Resultado: Aprovada

9) IND 4701/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA O CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO NA QN 11, AE, CEILÂNDIA NORTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA - RA IX.

Resultado: Aprovada

10) IND 4703/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL QUE, POR INTERMÉDIO DA NOVACAP, PROMOVA OPERAÇÃO LIMPEZA NA EQM 3/5, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.

Resultado: Aprovada

11) IND 4705/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL QUE, POR INTERMÉDIO DA NOVACAP, PROMOVA OPERAÇÃO LIMPEZA NA ESCOLA CLASSE 28, NA EQM 17/19, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

12) IND 4760/2012

Autoria: Deputado Benedito Domingos
SUGERE AO PODER EXECUTIVO QUE POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS PROMOVA A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NA VILA SÃO JOSÉ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES.

Resultado: Aprovada

13) IND 4765/2012

Autoria: Deputado Benedito Domingos
SUGERE AO PODER EXECUTIVO QUE POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS PROMOVA A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA VILA SÃO JOSÉ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES.

Resultado: Aprovada

14) IND 4772/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO NÚCLEO RURAL TAQUARA, NA CIDADE DE PLANALTA, RA VI.

Resultado: Aprovada

15) IND 4774/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, A LIMPEZA DIÁRIA DA PRAÇA LOCALIZADA NA ÁREA ESPECIAL DA EQM 3/5, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

16) IND 4775/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTA E DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVACAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A ROÇAGEM DO MATO EXISTENTE AO REDOR DOS CAMPOS DE FUTEBOL LOCALIZADOS NA QUADRA 2 DO ARAPOANGA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTA - RA VI.

Resultado: Aprovada

17) IND 4778/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, A LIMPEZA DIÁRIA DA EQM 3/5, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

18) IND 4788/2012

Autoria: Deputado Aylton Gomes
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESGOTO NO SETOR NORTE, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTA-RA VI.

Resultado: Aprovada

19) IND 4794/2012

Autoria: Deputada Lilliane Roriz
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM O COMBATE AO ASSOREAMENTO DAS NASCENTES DO CÔRREGO VEREDINHAS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZILÂNDIA - RA IV.

Resultado: Aprovada

20) IND 4809/2012

Autoria: Deputado Dr. Charles
SUGERE AO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE BRASÍLIA-CAESB, A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ÁGUA PLUVIAL, BEM COMO BOCAS DE LOBO NO SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES, NA CIDADE DE VICENTE PIRES-DF.

Resultado: Aprovada

21) IND 4816/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ESTUDOS IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ODOUR NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE SOBRADINHO, RA V.

Resultado: Aprovada

22) IND 4824/2012

Autoria: Deputado Evandro Garia
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE TAGUATINGA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, O RECOLHIMENTO DE LIXO NAS RUAS DE TAGUATINGA, PRÓXIMO A COMERCIAL NORTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA NORTE - RA III.

Resultado: Aprovada

23) IND 4840/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR MEIO DA CEB, A SUBSTITUIÇÃO DO TRANSFORMADOR DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DO CONDOMÍNIO SERRA VERDE, LOCALIZADO NO AGLOMERADO URBANO CONHECIDO COMO SETOR NOVA COLINA, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.

Resultado: Aprovada

24) IND 4844/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel
SUGERE AO PODER EXECUTIVO A INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTO SANITÁRIO NO SETOR BURITIZINHO, LOCALIZADO EM SOBRADINHO II - RA XXVI.

Resultado: Aprovada

25) IND 4845/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel
SUGERE AO PODER EXECUTIVO A URBANIZAÇÃO DO SETOR BURITIZINHO, LOCALIZADO EM SOBRADINHO II - RA XXVI.

Resultado: Aprovada

26) IND 4848/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR MEIO DA CEB, A SUBSTITUIÇÃO DO TRANSFORMADOR DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DA AR 15 - SOBRADINHO II - RA XXVI.

Resultado: Aprovada

27) IND 4850/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CEB, A ILUMINAÇÃO DA AVENIDA CONTORNO DE SOBRADINHO - RA V.

Resultado: Aprovada

28) IND 4861/2012

Autoria: Deputado Evandro Garia
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, O RECOLHIMENTO DE LIXO PRÓXIMO A ENTRADA DA ESCOLA CLASSE 24 NA EQM 20/22, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

29) IND 4862/2012

Autoria: Deputado Evandro Garia
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, O RECOLHIMENTO DE LIXO AO REDOR DA ESCOLA CLASSE 25 NA EQM 22/24, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

30) IND 4863/2012

Autoria: Deputado Evandro Garia
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, O RECOLHIMENTO DE LIXO E ENTULHO NA EQM 24/26 ATRÁS DO CENTRO DE ENSINO 11, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

31) IND 4880/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DA NOVACAP, A ROÇAGEM DO MATO EXISTENTE AO LADO DO COLÉGIO MARISTA LOCALIZADO NA QUADRA 502 DE SAMAMBAIA - RA XII.

Resultado: Aprovada

32) IND 4885/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA, A IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO NA QR 109 EM FRENTE AO CONJUNTO 05 DE SAMAMBAIA - RA XII.

Resultado: Aprovada

33) IND 4886/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP A REVITALIZAÇÃO TOTAL DA REDE DE ESGOTOS DE BRAZILÂNDIA RA IV.

Resultado: Aprovada

34) IND 4887/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL QUE PROMOVA A DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS DA QUADRA 33, ASSENTAMENTO, VILA SÃO JOSÉ DE BRAZILÂNDIA-RA IV.

Resultado: Aprovada

35)IND 4888/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DA NOVACAP, A RUAÇAÇÃO DO MATO EXISTENTE AO LONGO DA ADE (ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO) DE SAMAMBAIA - RA XII.

Resultado: Aprovada

36)IND 4933/2012

Autoria: Deputado Evandro Garla
SUGERE À ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, PROVIDÊNCIAS JUNTO A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - NOVACAP, PODA DE ÁRVORES AO LONGO DA VIA DA FUNDAÇÃO BRADESCO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

37)IND 4942/2012

Autoria: Deputado Evandro Garla
SUGERE À ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA PROVIDÊNCIAS JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILUMINAÇÃO NAS FADAS DE PEDESTRES EM FRENTE ÀS QUADRAS SQS 300, SQS 100, SQS 200 E SQS 400, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASÍLIA-RA I.

Resultado: Aprovada

38)IND 4944/2012

Autoria: Deputado Evandro Garla
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, O RECOLTAMENTO DE LIXO E ENTULHO DOS BECOS DA QNM 06, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

39)IND 4949/2012

Autoria: Deputado Evandro Garla
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, O RECOLTAMENTO DE LIXO E ENTULHO NA QNQ 03/04, FUNDOS DO COLÉGIO 61, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

40)IND 4951/2012

Autoria: Deputado Evandro Garla
SUGERE À ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA PROVIDÊNCIAS JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILUMINAÇÃO NA QNQ 02 CONJUNTO 01, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA- RA IX.

Resultado: Aprovada

41)IND 4956/2012

Autoria: Deputado Joe Valle
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB NO SENTIDO DE IMPLANTAR ILUMINAÇÃO PÚBLICA ONDE NÃO HÁ E PADRONIZAR A EXISTENTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX.

Resultado: Aprovada

42)IND 4963/2012

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO ESTACIONAMENTO DA QUADRA 109 DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.

Resultado: Aprovada

43)IND 4964/2012

Autoria: Deputado Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA PRAÇA DA QNL 22, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.

Resultado: Aprovada

44)IND 4965/2012

Autoria: Deputado Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO ESTACIONAMENTO EXISTENTE ENTRE OS BLOCOS E, G E H, DA QI 01, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.

Resultado: Aprovada

45)IND 4975/2012

Autoria: Deputado Eliana Pedrosa
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, A RETIRADA DO LIXO EXISTENTE NAS PROXIMIDADES DO CONJUNTO 32, DA QUADRA 803, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.

Resultado: Aprovada

46)IND 4994/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL QUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS QUE, PROVIDÊNCIA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL Nº 02, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

47)IND 5023/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

48)IND 5024/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NO P NORTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

49)IND 5025/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NO P SUL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

50)IND 5026/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NA QNR NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

51)IND 5027/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NA QNQ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

52)IND 5028/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NA EXPANSÃO DO SETOR O A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

53)IND 5029/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NO CONDOMÍNIO PRIVÉ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-I.

Resultado: Aprovada

54)IND 5030/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NO CONDOMÍNIO SOL NASCENTE, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

55)IND 5031/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NO CONDOMÍNIO POR DO SOL, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

56)IND 5041/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, PROVIDÊNCIAS NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM BUEIROS E BOCAS DE LOBO, NO SETOR O NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.

Resultado: Aprovada

57)IND 5042/2012

Autoria: Deputado Chico Leite
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE CENTRAL DE ÁGUAS CLARAS - RA XX.

Resultado: Aprovada

58)IND 5043/2012

Autoria: Deputado Ariete Stampaio
SUGERE À COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB A TOMADA DE MEDIDAS PARA SOLUCIONAR A FALTA DE ILUMINAÇÃO DA QUADRA 3, CONJUNTO B, ENTRE OS BLOCOS B E C NO VARIÃO.

Resultado: Aprovada

59)IND 5051/2012

Autoria: Deputado Washington Mesquita
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA E CAESB, A IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO NA QR 827 DE SAMAMBAIA DF.

Resultado: Aprovada

60)IND 5052/2012

Autoria: Deputado Washington Mesquita
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTENÇÃO, CAPTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA QR 827 DE SAMAMBAIA DF.

Resultado: Aprovada

61)IND 5061/2012

Autoria: Deputado Washington Mesquita
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA E CAESB, A IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO NA QR 1031 DE SAMAMBAIA DF.

Resultado: Aprovada

62)IND 5062/2012

Autoria: Deputado Washington Mesquita
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA E CAESB, A IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO NA QR 829 DE SAMAMBAIA DF.

Resultado: Aprovada

63)IND 5066/2012

Autoria: Deputado Washington Mesquita
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E CEB, A ILUMINAÇÃO DA QR 431, EM SAMAMBAIA DF.

Resultado: Aprovada

64)IND 5096/2012

Autoria: Deputado Roney Nemer
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA QSC 19, SETOR PRIMAVERA, CHÁCARAS 25, 26, 27, 28 E 28B-TAGUATINGA-RA III.

Resultado: Aprovada

65)IND 5099/2012

Autoria: Deputado Roney Nemer
SUGERE AO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE BRASÍLIA-CAESB A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE CAPTAÇÃO DE ESGOTO NA QSC 19, SETOR PRIMAVERA, CHÁCARAS 25, 26, 27, 28 E 28B-TAGUATINGA-RA III.

Resultado: Aprovada

66)IND 5102/2012

Autoria: Deputado Roney Nemer
SUGERE AO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF-IBRAM A REVITALIZAÇÃO, CERCAMENTO E CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NO PARQUE JK NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA-RA III.

Resultado: Aprovada

67)IND 5105/2012

Autoria: Deputado Dr. Michel
SOLICITA AO PODER EXECUTIVO ESTUDOS PARA A RETIRADA DO LIXO LOCALIZADO EM FRENTE À QUADRA 02, ÀS MARGENS DA BR 020, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO, RA V.

Resultado: Aprovada

68)IND 5120/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL QUE, ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DE ÁRVORES NA QNO 11 CONJUNTOS A E B, EM FRENTE A AVENIDA PRINCIPAL, NO SETOR O, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

Resultado: Aprovada

69)IND 5131/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONSERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO NA QNO 18 CONJUNTO B1 EM, FRENTE A CASA 14 NA AVENIDA PRINCIPAL DA EXPANSÃO DO SETOR O, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.

Resultado: Aprovada

70)IND 5132/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO NA QNN 25 NA AVENIDA PRINCIPAL EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

71)IND 5133/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO DAS BOCAS DE LOBO NA QNO 16 EXPANSÃO DO SETOR O EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

72)IND 5140/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QNO 03 CONJUNTO A CASA 56 SETOR O, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

73)IND 5141/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NAS DUAS PISTAS DA QNN 25 ATÉ O TERMINAL DE ÔNIBUS DA QNR SETOR Q, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

74)IND 5142/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADA NA PISTA DA QNQ 01 ATÉ O TERMINAL DE ÔNIBUS DA QNR SETOR R EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

75)IND 5145/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO NA QNO 18 CONJUNTO 03 EM FRONTE A CASA 15 NA AVENIDA PRINCIPAL DA EXPANSÃO DO SETOR O, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

76)IND 5154/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA PISTA DA QNO 16 DA EXPANSÃO DO SETOR O EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

77)IND 5155/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA PISTA DA QNO 17 DA EXPANSÃO DO SETOR O EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

78)IND 5156/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA PISTA DA QNO 18 DA EXPANSÃO DO SETOR O EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

79)IND 5157/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA PISTA DA QNO 19 DA EXPANSÃO DO SETOR O EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

80)IND 5158/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA PISTA DA QNO 15 AO LADO DO TERMINAL DE ÔNIBUS DA EXPANSÃO DO SETOR O EM CEILÂNDIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

81)IND 5159/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA CONCERTO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QNM 22 CONJUNTO J CASA 14 CEILÂNDIA NORTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA, ADMINISTRATIVA - RA IX.
Resultado: Aprovada

82)IND 5178/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA OPERAÇÃO DE LIMPEZA NA PROXIMIDADE DA ÁREA PÚBLICA DA QUADRA 605 CONJUNTO 18 EM FRONTE A CASA 19 NO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS-RA XV.
Resultado: Aprovada

83)IND 5179/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA OPERAÇÃO DE LIMPEZA NA PROXIMIDADE DA ÁREA PÚBLICA DA QUADRA 801 CONJUNTO 02 EM FRONTE A CASA 12 NO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS-RA XV.
Resultado: Aprovada

84)IND 5180/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO A NOVACAP PARA OPERAÇÃO DE LIMPEZA NA PROXIMIDADE DA ÁREA PÚBLICA DA QUADRA 104 CONJUNTO 04 EM FRONTE A CASA 23 NO RECANTO DAS EMAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS-RA XV.
Resultado: Aprovada

85)IND 5192/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE, AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA, PROVIDÊNCIAS PARA CORTE NO MATO ALTO PARA O CONDOMÍNIO PRIVÉ, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.
Resultado: Aprovada

86)IND 5195/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA, PROVIDÊNCIAS PARA EROSAO NO CONDOMÍNIO PRIVÉ, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.
Resultado: Aprovada

87)IND 5200/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE, AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA, PROVIDÊNCIAS PARA ROÇAGEM DE MATO NO RESIDENCIAL ARARAS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA-IX.
Resultado: Aprovada

88)IND 5224/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco
SUGERE PROVIDÊNCIAS JUNTO AO CHEFE DO AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL QUE, ATRAVÉS DA NOVACAP, A ROÇAGEM DE MATO NA TODA ÁREA DO RIACHO FUNDO II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II-RA-XXI.
Resultado: Aprovada

89)IND 5264/2012

Autoria: Deputado Evandro Garla
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DO ITAPOÁ PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-SLU, O RECOLHIMENTO DE LIXO ÀS MARGENS DA DF 250, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÁ-RA XXVIII.
Resultado: Aprovada

90)REQ 3/2012 - CDESCMAT

Autoria: Deputado Roney Nemer e outros
REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM 21/05/2012, 9H, NO AUDITÓRIO DESTA CASA PARA ACOMPANHAMENTO DAS NECESSIDADES E DEMANDAS DA COMUNIDADE RURAL PRODUTIVA DO DISTRITO FEDERAL.
Resultado: Aprovado

Fábio Figueira
Secretário - CDESCMAT

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

RESULTADO DE EXTRAPUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA, DA SEXTA LEGISLATURA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, REALIZADA NO DIA 9/5/2012, 14H.

I - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

1) PL 872/2012

Autoria: Poder Executivo
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS GERIDOS PELAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A. - CEASA/DF.
Relator: Deputado Roney Nemer
Paroer: pela aprovação
Resultado: Aprovado

2) PL 863/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes
DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, EM CARÁTER PROVISÓRIO, A UNIDADES HABITACIONAIS EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO, LOCALIZADAS EM ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE BAIXA RENDA NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Relator: Deputado Roney Nemer
Paroer: pela aprovação
Resultado: Aprovado

3) REQ 4/2012 - CDESCMAT

Autoria: CDESCMAT
REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER ORGANIZADA POR ESTA COMISSÃO PARA DISCUTIR O PARCELAMENTO IRREGULAR NA REGIÃO DO CAFÉ SEM TROCO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÓI E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O MEIO AMBIENTE.
Resultado: Aprovado

Fábio Figueira
Secretário - CDESCMAT

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 14/03/2012.

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às nove horas, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários - CAF e a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, para a audiência pública destinada a debater a atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. O Deputado Roney Nemer, Presidente da Comissão de Ordenamento Territorial - PDOT, iniciou a audiência. Ele informou que a audiência se restringiria à análise das regiões de Brasília - RA I; Cruzeiro - RA XI; Candangolândia - RA XIX; Sudoeste e Octogonal - RA XXII; Lago Sul - RA XVI; Lago Norte - RA XVIII; Varjão - RA XXIII e Park Way - RA XXIV. As outras regiões administrativas serão analisadas em audiências posteriores. O Deputado Roney Nemer convidou para compor a mesa a Sra. Paula Ribeiro Coelho, representante do Ibram; a Sra. Fabiana Pinheiro Barbosa, representante da Terracap e a Sra. Juliana Mendes Prata, representante do Iphan. O Deputado lembrou que a audiência pública sobre a atualização do PDOT deve se restringir aos itens do plano diretor original que foram considerados inconstitucionais pela Justiça, pois a revisão do plano só poderia ser feita após cinco anos. Foi registrada a presença do Sr. Rubens Bartholo, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte; Sra. Lucie Margarite Clementino da Oliveira, da Administração Regional do Cruzeiro; Sra. Alcina Ferreira Neves, da Administração Regional do Lago Sul; Sr. William Mazon, Administração Regional do Jardim Botânico; Sr. Pedro Antônio Magnavita Gordilho, da Administração Regional do Sudoeste; Sra. Vanessa Azevedo Ostello, da Fibra; Sra. Erlane da Paixão Martins, da Secretaria de Governo; Maria Helena Chaves Pinheiro Gasparinetti, da Terracap; Thais Borges Sanches Lima, da Terracap; Guilherme Guedes, do Park Way. O Sr. Rubens Bartholo, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte, iniciou a fala e informou que o questionamento na proposta da Sedhab é a supressão das polígonas de regularização do Anexo VII. O segundo ponto se refere à Zona de Contenção Urbana, que, nos termos do art. 278, insere-se na estratégia de regularização fundiária. O Sr. Rubens Bartholo afirmou que eles repudiam as propostas de alteração do projeto encaminhado pela Sedhab, pois desconsidera o pleito das comunidades interessadas. O Sr. Ricardo Monte Rosa, do Conselho Fiscal do Núcleo Rural Jerivá, afirmou que todos partilham da mesma opinião do Sr. Rubens. Segundo o Sr. Ricardo, trata-se de um documento legal feito no PDOT anterior que dá o mínimo

de proteção legal e a supressão do dispositivo afetaria milhares de famílias, que ficariam desamparadas por não estarem regularizadas. Ele comentou sobre a preocupação com a área que vai desde o Colorado até o Paranoá, chamada de Serrinha do Paranoá, onde fica a Torre de TV Digital. Afirmou que a área deve ser tratada de forma muito especial, pois faz parte do patrimônio paisagístico da área tombada do Plano Piloto. E acrescentou que a área é um corredor de biodiversidade e abriga os únicos afluentes do lago Paranoá que ainda carregam água limpa para o lago. O Deputado Rôney Nemer sugeriu que as pessoas presentes, representantes de segmentos, formalizem as demandas na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ou na Comissão de Assuntos Fundiários. O Sr. José Dakdegan Júnior, Prefeito Comunitário da 706 Sul, assumiu a fala. Ele comentou que o PDOT prevê o PPCUB, Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, e que existe a preocupação com a continuidade de Brasília como referência pela singularidade. Segundo ele, a singularidade de Brasília sofre ataques. Afirmou que, em alguns momentos, o PDOT avança na questão do uso misto, nos artigos 112, 113 e 129. Assim, o PDOT avança no que é atribuição do PPCUB. O prefeito comunitário comentou as diferenças entre a W3 Norte e a W3 Sul. Na W3 sul, não há uma avenida que passa por trás da primeira faixa de casas, como na Asa Norte, e as casas são todas geminadas. Na Asa Sul, não existe a possibilidade de instalar comércio dos dois lados da via. Ele resumiu dizendo que defende que o

PDOT não interfira na área a ser tratada pelo PPCUB, pois o próprio PDOT dá essa autoridade ao PPCUB. Ele propôs uma solução para o tema de novas habitações para hospedagem, que seria o uso misto nas 500 Sul, onde já existe comércio. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Sr. José Benevenuto Estrela, Administrador do Park Way, e do Sr. Marcos, Administrador do Lago Norte, chamou para compor a Mesa a representante da Sedhab, Sra. Rejane Jung Vianna, e agradeceu a presença de Adélia Nunes, Morita, do Lago Norte; Sra. Elza Zukuski, de Brasília; Sr. José Dakdegan Júnior; Sr. Jean Barbosa, representante do Administrador de Brasília; Sr. Leandro Magalhães Mariane, também representante do Administrador de Brasília; Sra. Luciana Coelho, da Administração do Lago Sul; Sra. Margarete Barbosa Gomes, representante do Sr. Administrador do Varjão; Sr. Willyan Yemaga, do Núcleo Rural do Torto; Sr. Carlos Carpane, do Córrego Urubú; Sra. Selma Kerdman Bloch, do Córrego Urubú; Sra. Raquel Cary Piantino, também do Movimento Salve o Urubú; Sra. Andréa Moura, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Sra. Nara Beatriz Severo, representante do Francisco Marcondes; Sra. Citeida Souza Vasconcelos Ferreira, da Pousada Colonial Brasília; Sra. Magal Mara Leal, também do Núcleo Rural Bananal; Sr. José Claudionor de Alcântara, assessor Parlamentar; Sr. Paulo César Abrantes, da Aldeia do Urubú; Sr. Bruno Estevão Távora, da Comunidade; Sra. Suren Leite, da Comunidade; Sr. Thiago Leal, do Núcleo Rural Bananal; Sr. Dimas Moreira Júnior, da SEMARH; Sra. Ana Cristina de Oliveira Marques, dos Correios; Sr. Damiano Barbosa da Silva, do Paranoá; Sra. Juliana Souza, da imprensa; Sr. Raimundo Hosana de Souza Júnior, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Sr. Antônio Luciano de Moraes; Sr. Luiz Otávio França Campos, da Novacap; Sra. Antônia dos Santos de Freitas, da Associação dos Produtores Rurais; Sr. Raimundo Amaro Neto, do Park Way; Sr. Randon Antônio da Silva, do Conselho Comunitário da 704 Sul; Sr. Marcelo Oliveira dos Santos, da Prefeitura da Granja do Torto; Sr. Ivan Lopes, de São Paulo; Sra. Isabel Bernardo Borges e Sr. Alexandre Bourreau da Silva, da J.L. Rodrigues Consultoria; Sr. Hércules Moreira Machado do Gama; Sra. Naira Lourenço, do Conselho Comunitário da Asa Norte; Sra. Lorena Mileib Burgos, da Urbanizadora Paranoazinho S/A; Sra. Fragmar Diniz Leite, da Ruralur; Sr. Osvaldo Aparecido Paiva, da Associação dos Chacareiros do Núcleo Rural Bananal; Sra. Deia Mendes Mourão Crespo, do Núcleo Rural Oitões D'Água. A palavra foi concedida ao Sr. Antônio Luciano de Moraes, representante das Quadras 405 e 406 Norte, que ressaltou a importância de as pessoas participarem das audiências e afirmou que o maior privilégio de morar em Brasília está na responsabilidade de passar o exemplo da cidade para outras. Segundo ele, existe a responsabilidade de conservar e valorizar o patrimônio que é de todos. O Deputado Rôney Nemer registrou a presença da Deputada Líliane Roriz, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; do Deputado Chico Leite, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e do Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Chico Leite, que afirmou ser um princípio basilar "quem sabe da cidade é quem mora nela e não quem está nos gabinetes, no ar condicionado". Assim, sem gestão participativa não há Plano Diretor, não há Plano de Ocupação do Solo, não há Plano de Desenvolvimento Local, não há a cidade que nós queremos. O Deputado disse que, no debate passado, houve muitos problemas na ocasião da revisão propriamente, porque não houve debate possível com o governo à época. E, por isso, o Partido dos Trabalhadores se posicionou absolutamente contra. Segundo ele, o projeto em debate é um instrumento constitucional de ordenamento territorial, que avalia o passado, atém-se aos problemas atuais, mas, sobretudo, pensa a cidade para o futuro. O Deputado ressaltou que a revisão objetiva, segundo mensagem encaminhada pelo Governador, sanar os vícios normativos e em segurança jurídica decorrentes do julgamento da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por vícios formais, e é preciso registrar por vícios também materiais, decorrentes da inserção de matérias reservadas à Lei de Uso e Ocupação do Solo no PDOT ou da criação ou expansão de áreas passíveis de ocupação sem o embasamento ou o estudo da viabilidade. Informou que o papel da Comissão de Constituição e Justiça é salvaguardar o texto para evitar novas declarações de inconstitucionalidade que possam refletir na organização do território, na regularização urbanística ou na qualidade de vida da população. E o debate deve ser aberto,

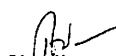
com ampla participação. Para o Deputado Chico Leite, o Plano Diretor deve ser salvaguardado como um instrumento que proporcione crescimento à qualidade de vida da população: no combate ao déficit habitacional, na regularização fundiária responsável, na proteção ao meio ambiente e na aplicação de investimentos públicos para a correção de injustiças sociais, pois existem, como herança política histórica no país, essas injustiças. Comentou que o latrocínio é um grave criminoso, que recebe pena de 24 a 30 anos pelo Código Penal, mas o grileiro de terra mata famílias e gerações e a pena é de 6 meses a 2 anos. O Deputado Rôney Nemer agradeceu e informou que a Deputada Líliane Roriz, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, teve de se ausentar, mas vai acompanhar os trabalhos e a assessora dela continua presente na audiência pública. O Deputado Rôney Nemer informou também que o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Olair Francisco, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, haviam chegado, e que o Deputado Joe Valle estava presente desde o início. O Deputado passou a palavra à Sra. Flávia Guimarães, Presidente da Associação do Park Way Residencial. Ela informou que o Park Way faz parte do cinturão verde, da reserva da biosfera do cerrado, da Bacia do Paranoá. E acrescentou que a APA Gama/Cabeça de Veado, onde está localizado o Park Way, contribui com um terço da água consumida pelos habitantes de Brasília. Segundo ela, os córregos do Park Way estão sendo ameaçados pelas queimadas criminosas, que diminuem a diversidade biológica, expõem o solo e causam desertificação e erosões. Afirmou que a especulação imobiliária afeta muito o Park Way. Na medida em que se regularizam invasões localizadas geralmente em APPs, onde houve desmatamento e contaminação do solo, a empresa que regulariza essas invasões incentiva novas invasões. O Deputado Rôney Nemer agradeceu e registrou a presença da Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputada Arlete Sampaio. Em seguida, o Deputado leu as faixas presentes na audiência: "Anexo VII. Artigo 278. Lei Complementar nº 803. É sustentabilidade.", "CDRS", "Anexo VII. Poligonal é legal.", "Poligonal é barreira contra grilagem. Núcleo Rural do Torto.", "Poligonal é Legal. Do Bananal.", "Anexo VII é Proteção Ambiental.", "Poligonal é Segurança Jurídica.", "Manutenção da Poligonal. Anexo VII. Núcleo Rural Capoeira do Bálamo. O Sr. Cláudio Pires, do Conselho do Desenvolvimento Rural, assumiu a fala e comentou que a principal preocupação são as observações regionais que se estendem às outras áreas. Por exemplo, o Anexo VII contempla a parte do Lago Norte e outros setores também, mas deveria ser estendido como contenção urbana como um todo. Ressaltou que faz parte do plano diretor de Brasília a criação e execução do cinturão verde, que já seria essa área de contenção. E, no Entorno, as grandes áreas que permeiam o Distrito Federal voltaram para a monocultura – soja, capim e eucalipto clonado – e o que se quer para Brasília, na visão de cidade-patrimônio, é uma cidade sustentável, que depende exatamente do espaço rural. Então, a primeira preocupação é com o Entorno. O Sr. Cláudio Pires afirmou que participa desde 1987 da discussão do PDOT e acredita que o plano deveria ter uma área rural consolidada, que são exatamente as pequenas e médias propriedades que hoje circundam a cidade, que estão ali plantadas, no plano específico feito por Lúcio Costa, exatamente para fazer a transição. O

Deputado Rôney Nemer lembrou que se trata de atualização do PDOT, que a revisão ocorre com cinco anos de aprovação e um novo PDOT somente com dez anos. Em seguida, concedeu a palavra ao Deputado Olair Francisco, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que comentou que a audiência pública é para questionar, para encontrar a maneira de resolver as questões dos cinquenta e poucos itens que o Ministério Público entendeu que deviam ter um novo encaminhamento. Após todas essas questões resolvidas do questionamento do Ministério Público, virá a LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo), uma lei local, uma lei regionalizada que pode resolver os problemas item a item que não foi colocado dentro do PDOT. O Deputado Rôney Nemer passou a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, que comentou que os Deputados querem ouvir muito a sociedade a respeito dos pontos considerados inconstitucionais, porque é o anseio da sociedade que tem de ser traduzido em lei, por parte dos representantes. O Deputado informou sobre a tramitação do projeto de lei do PDOT, que deveria tramitar na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; em seguida, tramitar na Comissão de Assuntos Fundiários e, depois, na CCJ. Os três Presidentes das Comissões, juntamente com os membros das comissões, o Deputado Olair Francisco, Vice-Presidente da Comissão, conversaram com o Presidente da Casa, Deputado Patrício, alguns outros Parlamentares, e decidiram fazer a tramitação em conjunto para dar celeridade e rapidez ao processo. O Deputado Cláudio Abrantes salientou que, em breve, chegará à Câmara Legislativa a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo, e se tem notícia de que a Secretaria de Habitação já está em fase avançada nas discussões. Então, mais uma vez, a Câmara Legislativa chamará a sociedade para uma discussão mais ampla. Encerrada a fala do Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Rôney Nemer agradeceu ao Sr. Wilson Pereira, representante do Deputado Siqueira Campos; ao Sr. Ricardo do Monte Rosa, do Núcleo Rural do Jervá; ao Sr. Eduardo Henrique Cavalcanti Mourão Crespo, do Núcleo Rural Oitões D'Água; ao Sr. Décio Del Sarto, do Lago Norte, Associação Rural do Bananal; ao Sr. Devanir Rodrigues, da Associação Turismo Rural, Região Sul, Santa Maria; e passou a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Ele afirmou que ouviu o Deputado Chico Leite e concorda no que diz respeito aos grilheiros, que têm que ir para a cadeia, mas que não se pode esquecer que se deve regularizar as áreas que foram construídas em Brasília, os condomínios, pois existe uma realidade pouco observada. Afirmou que foram os condomínios e as áreas de expansão que evitaram a favelização de Brasília. Ele informou que existem, atualmente, mais de 600 mil pessoas morando em áreas consideradas irregulares – irregulares para terem escritura, mas legal para pagar IPTU ou outro imposto, como no caso de haver comércio. O Deputado afirmou que vota a favor da regularização de todas as áreas residenciais de Brasília e que o Governador tem de assumir o compromisso de incluir a habitação como uma política de governo, tão importante como a educação e a segurança. O Deputado Rôney Nemer leu dois bilhetes enviados, de Ernand Hernandes: "Deputado Rôney Nemer, a ocupação do solo funciona ao sabor dos interesses políticos ou particulares. Não se verifica, na maioria dos administradores públicos, o amor pela cidade nem pelo País. No Guarã, autorizações exageradas da construções de quiosques, verdadeira loja a preço de banana, sem custo, se comparados ao comércio estabelecido. Existem no Guarã centenas de quiosques que descaracterizam as praças e espaços públicos. A cidade do Guarã está infestada de quiosques. É preciso parar com isso. Em breve não teremos mais praças nem espaços verdes, apenas quiosques ao sabor de favores políticos." O segundo bilhete: "Em áreas de reserva ambiental no Guarã II, na saída para o Núcleo Bandeirante, foram depositados mais de cem caminhões de terra, aterrando mata ciliar do Córrego Guarã, com a aquiescência de órgãos públicos. Pelos danos causados numa área de aproximadamente sessenta mil metros quadrados ninguém foi punido, apesar das denúncias". A palavra foi concedida à Sra. Ivone Baracat, moradora do Park Way, que disse esperar que sejam ouvidas as questões essenciais de qualidade de vida, segurança, produtividade, urbanismo e especialmente a questão ambiental. Afirmou que se tem o estado de direito e não se pode esperar que o estado paralelo cresça e cause prejuízos irrevogáveis, pois não é por lei que se revoga a degradação ambiental, que se consentam os prejuízos para as famílias e para os produtores rurais do DF. Não existe lei que a Câmara possa legislar para revogar a degradação. A Sra. Ivone Baracat comentou sobre o art. 280 do Anexo VII, em que houve grande participação da sociedade civil organizada e não sofreu nenhum questionamento jurídico pelo Ministério Público. Segundo ela, houve um retrocesso imenso, porque tira as Poligonais. Acrescentou que o PDOT está definindo o que vai para o estado de direito e o que vai permanecer no estado paralelo, o que é inconcebível. O Deputado Rôney Nemer assumiu a palavra e leu uma pergunta: "Deputado Rôney Nemer, que preside esta solenidade, qual é o projeto que contempla a regularização do Setor de Chácaras da Candangolândia, via EPIA 3, DF-0037". O Deputado informou que fez uma emenda que acrescentava o Setor de Chácaras da Candangolândia ao PDOT, que foi considerada inconstitucional por vício de origem, o Poder Executivo não teve interesse e não enviou o projeto. Então, não tem como ser regularizado. Concedeu-se a palavra à Sra. Lohir Machado, Prefeita da 704 Sul, que disse terem participado de várias audiências realizadas pela Sedhab e

terem expressado a preocupação com o uso misto das 700. Mencionou o PDOT, a LUOS e o PPCUB e sugeriu aos parlamentares que expliquem à comunidade, num portal de transparência do GDF, a hierarquia das leis. Segundo a Prefeita da 704 Sul, o PDOT entra excessivamente no PPCUB, entra excessivamente na LUOS. Afirmou que conseguiram, pelo PPCUB, que não haja uso misto nas 700. Mas o PDOT diz que pode. O Deputado Rôney Nemer passou a palavra à Sra. Zoé Gonzaga, Presidente da Associação do Núcleo Rural Capoeira do Bálamo, Lago Norte, que comentou sobre a luta pela regularização do Núcleo, que vem desde governos anteriores. O Deputado Rôney Nemer comentou que foi feita uma emenda a pedido da comunidade do Núcleo, que também foi considerada inconstitucional. Disse que não adianta fazer nova emenda, pois aconteceria o mesmo problema. Ele registrou que o Deputado Cláudio Abrantes teria que se ausentar, em razão de reunião no Terracap, e passou a palavra ao Sr. Osvaldo Paiva, Presidente da Associação do Núcleo Rural Córrego Bananal, que disse estarem presentes para reafirmar o que já foi dito por representantes de outros núcleos rurais. A posição do grupo é pela manutenção da Poligonal e do Anexo VII, para tirar a insegurança jurídica de que as áreas sejam utilizadas para outras finalidades. O presidente da associação pediu que seja acelerado o processo. O Deputado Rôney Nemer chamou o Sr. Raimundo Amaro Neto, representante da Associação de Produtores Rurais do Park Way, que disse existir um total de 56 chácaras na região. Pediu ao Presidente da CDESCMAT que não os deixe de fora do Anexo VII. No passado pertenciam à área rural e o PDOT em discussão muda de rural para urbano de uso controlado com atividade rural. O Deputado Rôney Nemer concedeu a palavra ao Administrador do Lago Norte, Sr. Marcos Wootmann. Ele informou que existem dez núcleos rurais no Lago Norte e que a situação desses núcleos não está resolvida. Também informou que existe um local chamado Memorial dos Povos do Brasil, fundado por um antropólogo. O Administrador comentou sobre a área da serra que está ao norte do Lago Norte e que divide o Lago Norte de Sobradinho, um imenso corredor biológico. Afirmou que o plano atual do PDOT tem um risco gigantesco para o futuro de Brasília, diretamente relacionado a essa área, pois mais de 65% da água que abastece o Lago Paranoá sai da Serrinha, água de alta qualidade. E não vai mais ser, se houver a expansão do Taquari 2 e 3, como está previsto. Disse que a área da Serrinha pode ser uma floresta da Tijuca, ou pode ser uma área rica com turismo rural. O Deputado Rôney Nemer passou a palavra à Sra. Denise Agostinho, do movimento Brasília Sempre Viva. Ela disse que o Distrito Federal tem uma terra indígena, há um laudo antropológico favorável e existe o problema de omissão da Funai. Afirmou que a defesa das terras indígenas se coaduna com os objetivos de preservação ambiental, pois a área Cruls está sendo ameaçada pelos canteiros de obras do Setor Noroeste e também pela possibilidade de um Setor Noroeste II surpresa. A Sra. Denise Agostinho apontou que no documento técnico do PDOT não constava o Lago Paranoá como fonte de abastecimento e que o erro precisa ser reparado para fazer um planejamento realístico. Concedeu-se a palavra ao Sr. Reynaldo Barros, membro do Conselho de Desenvolvimento Rural do Lago Norte. Ele acha que a Secretaria de Habitação, com sua proposta de supressão das Poligonais, comete uma agressão muito forte contra os produtores rurais inseridos nessas Poligonais. Disse ser extremamente relevante que as três comissões que estão conduzindo o processo rejeitem a proposta do Governo de supressão das Poligonais. O Deputado Rôney Nemer passou a palavra ao último inscrito, Sr. Marcelo Oliveira, Prefeito Comunitário da Granja do Torto, que comentou sobre as áreas residenciais. Disse que as

questões de interesses econômicos invadiram o setor, tendo em vista que o bairro foi um dos primeiros, uma das primeiras grânjas de Brasília a dar suporte para a construção da capital. Segundo ele, as pessoas estão se instalando no bairro, aproveitando o processo de regularização, estão invadindo pequenas áreas e tirando o direito dos que lá já residem há 30, 40 anos. O Deputado Roney Nemer perguntou se o pleito pede uma área de expansão para a Granja do Torto, para que possa colocar os moradores oriundos que coabitam, ou se o Sr. Marcelo Oliveira estava afirmando que já tem, no PDOT, essa área e eles gostariam que fosse cumprido. O prefeito comunitário respondeu que já existe uma área destinada para residência dentro do PDOT. O Deputado Roney Nemer passou a palavra à representante do Ibram, a Sra. Paula Ribeiro Coelho. Ela afirmou que o corpo técnico ambiental atualmente, no Distrito Federal,

está muito aquém do que se necessita e que houve um concurso recente para auditores fiscais, e o Governo está tentando convocar os auditores aprovados no concurso, mesmo com a restrição do Governo. Sobre o zoneamento ecológico-econômico, ela afirmou que ele está em elaboração e ainda não foi finalizado. O Deputado Roney Nemer informou que existem apenas 13 auditores fiscais de meio ambiente e há 99 que passaram no concurso. O Deputado agradeceu a presença de Maria das Graças Borges Moreira; Rubens Barboza de Oliveira; Marcelo Mizuno; Cláudio Antônio Teixeira Pires; Taciano Lemos de Carvalho; Massae Watanabe; Francisco de Assis Braz Linhares; Fernando Ernesto de Andrade Coura; Edson Bernardes; José Leitão de Albuquerque Filho; Leah Machado; Flávia Ribeiro da Luz; Luiz Carvalho Rocha; Leandro Dalmas; Cosme Alves; Ulysses Meilo Ramalho; Clei Santos de Souza; Igor Dias Marques Ribas Brandão. Em seguida, passou a palavra à Sra. Fabiana Pinheiro Barbosa, da Terracop. Ela afirmou que a Terracop tem uma função executiva no processo e está aberta para participar da conversa com a Secretaria de Habitação e a Câmara Legislativa. Reforçou o papel da Terracop de ouvir a comunidade. Sobre o projeto de regularização da Granja do Torto, a Terracop tem ouvido a prefeitura e existe uma reserva de novas áreas habitacionais, no projeto de regularização que está sendo desenvolvido para o setor, que poderão ser utilizadas para a realocação das famílias que estão em situação de coabitação. O projeto vai depender da Cochab, por se tratar de uma área de interesse social dentro do setor habitacional. A Sra. Fabiana Barbosa informou que todos os projetos da Terracop estão andando no limite das diretrizes das restrições ambientais. Os trechos 2 e 3 do Taquari ainda não foram aprovados por alguma restrição ambiental; é o caso também do Noroeste. O Deputado Roney Nemer registrou a presença de Hannah Souza de Meneses, Lohir Machado, Márcia Filomena Moreira, Felipe Triches, Adriana de Almeida Rodrigues Brzezowski, Fernando de Oliveira, Cicero Lima, Luciano Cabral Piantino, Gustavo Souto Maior, Manuel Bonduki, Nilo Baires, Evandro José Schappo, Newton Lavoyer, Antônio dos Santos Drumond, Maria Aparecida da Silva, Bismarck Vieira Real, Thais de Souza Barros, Ludmila Dias Fernandes, Waleska Borges Garcia, Manoel Maciel Filho, Leonardo Santos Garcia, André Miccolis, Renata Marson, Denise Moreira da Silva. A palavra foi concedida à Sra. Juliana Mendes Prata, representante do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ela justificou a ausência do Superintendente, Dr. Gastal, que estava acompanhando a comitiva da Unesco, o emitiu o ponto de vista do Iphan sobre preservação; conseguir crescer ordenadamente, com qualidade de vida, com qualidade urbana e condições de habitabilidade, sobretudo. A representante do Instituto acredita que toda a discussão sobre a poligonal rural está ligada à contenção urbana, aos recursos hídricos, à questão do cinturão verde e mesmo à visão do plano urbanístico e desse contraponto rural. O Deputado Roney Nemer agradeceu a presença de Ivone Borges; Alcionira Marques de Sousa Silva; Sonidélândia Gomes; Maria da Conceição Rodrigues Alves; José Ferreira da Rocha; Maria das Dores Ribeiro de Souza; Zoé Silva Gonzaga; Maria das Dores de Souza; Deodécis Vieira; Maria Nelza Cardoso; Luciene Pereira da Silva; Maria Aparecida Pereira Rodrigues; Antônia Delta Marques dos Santos; José Luis Gomes de Assis; Darci Silva Vianna; Heloisa Prates Doyle; Josevaldo Oliveira de Souza; Elizabeth Durães; Daniel Silva Duarte; Reynaldo Barros; Magda Barros; Wilson Mendes de Andrade Filho; Célia Maria da Silva; Francisca Benigno Barbosa; Denise Paiva; Cleusa de Amorim Gaio; Josejuniel de Oliveira; Antônio Carlos Silva; Antônio Augusto; Gilson da Conceição Silva; Magda Helena Tavares Chaves; Marcelo Antônio de Oliveira, e do Sr. Wilson Wander Lopes. Em seguida, passou a palavra à arquiteta Rejane Jung Vianna, da Sodhab. Ela afirmou que a existência das poligonais do Anexo VII não assegura o contrato específico, simplesmente delimita uma área sobre a qual, sob determinadas condições, os produtores poderão ou não ter o contrato específico de uso rural em zona urbana. A supressão do Anexo VII não suprime o contrato específico, que passa a valer para toda a zona urbana. Ela explicou que as condições que eram dadas aos produtores contemplados no Anexo VII, onde existiam as Poligonais, passam a valer para toda zona urbana. O benefício foi ampliado em função das audiências públicas que aconteceram no processo de atualização de demandas da Secretaria de Agricultura, com a participação dos Conselhos Rurais e de muitos produtores rurais. A arquiteta esclareceu que a Zona de Contenção Urbana ficou de fora do contrato específico, pois existe uma incompatibilidade entre os critérios de uso de ocupação do solo estabelecidos pela Zona de Contenção Urbana e o contrato específico. O contrato específico diz que pode ter uso rural em área urbana o produtor que tiver uma área inferior a dois hectares. Com menos de dois hectares, está na condição de contrato específico, mas a Zona de Contenção Urbana não permite áreas inferiores a dois hectares. Assim, a situação é incompatível. O Deputado Roney Nemer propôs que se deixasse mais clara a situação e propôs uma emenda que mantém a supressão do Anexo VII, porém com a garantia para as poligonais da Lei Complementar nº 803/209 e estendendo o benefício aos outros núcleos rurais que não foram contemplados. A Sra. Rejane Jung Vianna informou sobre as quadras 700 que existe uma estratégia no Plano Diretor, chamada Estratégia de Revitalização de Conjuntos Urbanos, que traz uma série de diretrizes para revitalização de algumas áreas no Distrito Federal, inclusive áreas dentro do conjunto urbano tombado, que é exatamente a W3, área central, SGO, SIG etc. Assim, existe a possibilidade de uso misto nas quadras 700, o que não significa que será acatado. Tanto é assim que no PPCUB está claramente como uso residencial exclusivo. O Deputado Roney Nemer comentou que uma lei distrital não pode contrapor uma lei federal. Afirmou que o PDOT é macro e se o Plano diz que poderá alugar, mas a lei específica diz que não poderá ter, então vale a lei específica. O Deputado agradeceu a presença de todos e sugeriu que as pessoas mandassem por escrito as demandas. A audiência pública foi encerrada às doze horas e vinte e quatro minutos. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roney Nemer, e encaminhada para publicação.


Deputado Roney Nemer
Presidente - CDESCMAT

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 21/03/2012.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às nove horas, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, para a audiência pública destinada a debater o P.L.C. nº 17, de 2011, sobre a atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. O Deputado Roney Nemer, Presidente da CDESCMAT, assumiu a presidência dos trabalhos e iniciou a audiência. Ele informou que, em cada audiência, serão tratadas algumas cidades e esta audiência se restringirá ao SIA, RA XXIX; ao SCIA, RA XXV; ao Núcleo Bandeirante, RA VIII; ao Riacho Fundo, RA XVII; ao Guará, RA X; a Águas Claras, RA XX; ao Vicente Pires, RA XXX; ao Recanto das Emas, RA XV; ao Riacho

Fundo II, RA XXI; ao Gama, RA II; e a Santa Maria, RA XIII. O Deputado convidou para compor a Mesa o Sr. Secretário de Habitação, Geraldo Magela; o Sr. Pedro Paulo Videiro Rosa, representante do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental; o Vice-Presidente da CDESCMAT, Deputado Olair Francisco; o Sr. Moisés Marques, representante da Secretaria de Agricultura. O Deputado Roney Nemer esclareceu as regras da audiência e disse tratar-se de uma atualização, já que várias questões foram consideradas inconstitucionais pelo Ministério Público. Informou que a Sodhab fez uma atualização dos pontos que ficaram com um vício jurídico, por terem sido considerados inconstitucionais, e também fez algumas atualizações de acordo com as leis federais novas. O mais importante, segundo o Deputado, é que não se pode tratar de coisa nova que não tenha sido tratada no PDOT anterior, a não ser que seja atualização para adequar à lei federal. Ele agradeceu a presença do Administrador do Riacho Fundo I, Artur Nogueira; do Administrador do Guará, Carlos Nogueira da Costa; do Administrador de Vicente Pires, Dirsomar Ferreira Chaves. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Federal e Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Geraldo Magela. Ele afirmou que foi combinado com os Deputados Roney Nemer, Cláudio Abrantes e Chico Leite que as audiências seriam feitas para que os Deputados pudessem ouvir a parcela da população que ou não teve a oportunidade de se pronunciar nos momentos anteriores, ou até teve e só parte das suas reivindicações foram atendidas, ou que foi ouvida, mas não foi atendida. Informou que o projeto enviado para a Câmara Legislativa é apenas uma atualização, e não a reelaboração feita de dez em dez anos. Também não se trata da revisão feita de cinco em cinco anos. É uma atualização, porque cerca de cem artigos do Plano Diretor foram considerados inconstitucionais, havia um buraco na lei e daquele jeito não podia ficar. Segundo o Secretário, alguns dos assuntos a serem tratados na audiência não serão resolvidos no PDOT, mas poderão ser resolvidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Um exemplo citado foi o Polo de Modas do Guará. Contou que, depois de encerradas as quatro audiências públicas, o Plano Diretor será votado e, então, vai se apressar o processo da LUOS. Disse também que recebeu uma matéria do Movimento Riacho Legal e afirmou que o processo está bastante avançado. O Riacho Fundo já está registrado em cartório em nome do Governo Federal, que fará a doação para o GDF. Quando o GDF receber a doação, serão feitas as escrituras dos moradores do Riacho Fundo II, uma luta antiga. Isso está sendo feito na Estrutural e no Sol Nascente. Em Santa Maria, será iniciado ainda neste ano. O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação informou que não ficaria durante toda a audiência, mas lá pedir ao Beto – um dos técnicos que ajudou na elaboração do PDOT e ajudará na elaboração da LUOS – que o substituisse. O Deputado Roney Nemer chamou o Sr. Carlos Roberto, técnico da Sodhab, e informou que ele responderia às questões técnicas, assim como fez a Rejane na primeira audiência pública. O Deputado informou que o Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, está em outra sessão e o Deputado Chico Leite está atrasado em razão de outros compromissos anteriores, mas está a caminho. Todo o material será entregue aos 24 Parlamentares, para que, no dia da votação, todos saibam


o que estão votando. Assumiu a fala o Sr. Neilton Pereira Júnior, Administrador de Santa Maria. Ele considera importante a discussão do PDOT para que se possam sanar grandes problemas existentes em Santa Maria. Um deles é a falta de regularização fundiária, existem treze quadras que sequer têm registro cartorário ou qualquer registro legal. Existe uma carta de ocupação da antiga Sodhab, pela qual as pessoas não podem instalar o seu comércio, ter um alvará de construção e tirar o Habite-se. Ainda segundo o Administrador, existem áreas de desenvolvimento econômico não regularizadas e faltam áreas de uso misto, comercial e residencial. O Sr. Leivino Pereira, Presidente do Grupo Limpeza Pura, do Riacho Fundo II, assumiu a fala. Disse que o Riacho Fundo II foi criado sem se observar os princípios que deveriam ser respeitados e que, segundo a ONU, são os direitos de cidadania, como uma quadra feita exclusivamente para os deficientes. Ele pediu que fosse lido documento com as necessidades dos deficientes. O Deputado Roney Nemer leu: "uma passadeira na BR-001, Riacho II/Recanto das Emas, em agosto de 2009", e explicou que não tem a ver com o PDOT, por se tratar de obra. Ele convidou o Deputado Dr. Charles e o Deputado Wasny de Rouse para comporem a Mesa e chamou o Sr. Abigaildo Lago, representante do Setor de Chácaras Lúcio Costa, para falar. Ele disse que, na região, estão sofrendo ação de demurrada de casas, sem oportunidade de defesa. A ação foi suspensa, mas continua a ameaça de demolição do setor. Pediu a paralisação das ações de demurrada até que se tenha uma solução, a inclusão do setor no PDOT. O Deputado Roney Nemer concedeu a palavra ao Sr. Taciano Lemos de Carvalho, membro do Movimento de Defesa das Áreas Verdes da Cidade do Gama. Ele afirmou que o projeto urbanístico do Gama é um dos melhores projetos urbanísticos, que priorizou o pedestre. Uma área com os chamados becos, que são passagens de pedestres, áreas de lazer, áreas verdes e também áreas para o escoamento e absorção das águas pluviais. Em 2008, foi aprovada na Câmara Legislativa a Lei nº 780, que doava a militares da PM e dos Bombeiros as áreas verdes, as passagens de crianças, velhos e doentes. O Ministério Público e a OAB entraram na Justiça com Ação Direta de Inconstitucionalidade e ganharam a ação. O Sr. Taciano disse que, em 2010, foi aprovada a Lei nº 826, que regularizou o que era irregular na Lei nº 780. Entraram na Justiça e o Conselho Especial do Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade da lei. Segundo ele, o pedido da comunidade do Gama é que os Deputados levem em consideração a inconstitucionalidade de se incluir alguma coisa que não estava antes, levem em consideração que está transitada em julgado. O Deputado Roney Nemer leu as frases das faixas: "Lei dos becos do Gama 828/2010. Anulada, transitada em julgado em 10/02/2012." "PDOT. Novas quadras do Guará QE 40 a 58". "Srs. Deputados, hoje votam pela permanência de interesse social; amanhã, agradeceremos." "Moradia. Nós, moradores, queremos a regularização do PDOT." "Titularização das terras rurais no DF já". "Associação dos Moradores do Setor de Chácaras Lúcio Costa". "Moradia já. Queremos a regularização do PDOT, art. 327". "Inclusão no PDOT do Setor de Chácara Lúcio Costa". "Novas quadras do Guará. Dezesseis anos de espera e obediência". "Associação AMOVIG". "Novas quadras no Guará. Queremos que continue com caráter social." A palavra foi concedida à Sra. Emília Gonçalves, representante do Setor de Chácaras Aschagas do Guará, que reiterou o que foi falado sobre as demurradas no setor, que ocorreram porque as pessoas são consideradas invasoras, mas ninguém é invasor, são apenas moradores que buscam a legalização e o direito de ir trabalhar e chegar tranquilo sem ter as casas demurradas. Comentou que estão na audiência para exigir a regularização do setor, onde existem moradores há mais de trinta anos. O Deputado Roney Nemer chamou para a fala o Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Olair Francisco. Ele comentou que há cerca de cinquenta itens do PDOT aprovados de 2008 para 2009 que o Ministério Público entendeu que precisam ser atualizados. Informou que, se vier matéria nova do Poder Executivo, a Câmara Legislativa não deverá colocar em pauta artigos novos. O Deputado parabenizou as comunidades presentes, que representam várias satélites: Arniquireas, Gama, Lúcio Costa, Guará, etc. O Deputado Roney Nemer passou a palavra ao Deputado Dr. Charles. Ele afirmou que grande parte da população necessita que o governo reconheça não só o direito de morar, mas também o direito à legalidade da moradia. Caso contrário, a Agafes complicará a vida de todo mundo. Comentou sobre o problema de não possibilidade de abastecimento de água em casas da Colônia Agrícola de Samambaia, em Vicente Pires, e da necessidade de reconhecimento como moradores definitivos das pessoas do Lúcio Costa, de Vicente Pires, de Santa Maria, dos becos do Gama, de Arniquirea e de todos que precisam. O Deputado Roney Nemer comentou que é fiscal concursado da Agafes e que a culpa não é do órgão. Afirmou ser necessário respeito ao próximo na fiscalização, pois as pessoas ocupam muitas vezes por necessidade. Ele acredita que a fiscalização é muito importante para o crescimento ordenado, para a qualidade de vida de todas as famílias no futuro do Distrito Federal. O Deputado Roney Nemer registrou a presença da Sra. Geraldina Godinho de Sales, Administradora do Riacho Fundo II, e passou a palavra ao Sr. Adalberto Ferreira de Paula Carvalho, Presidente da Cooperativa Habitacional dos Policiais Militares. Afirmou que eles lutam há mais de quinze anos para criar as quadras do Guará, depois de muitas reuniões com o GDF. No entanto, o governo passado tirou o direito de as cooperativas receberem parte daquela área. O pedido da cooperativa habitacional é que seja respeitado o direito das cooperativas naquele setor, que a área volte a ter interesse social. O Deputado Roney Nemer informou que o Deputado Olair Francisco teria que se sustentar e passou a palavra ao Sr. Hermanos Moreira Machado, ex-Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural, que compreende a área do Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Park Way. Ele informou que houve mais de cinquenta reuniões com o então Seduma, para tratar do PDOT, defendendo a área rural,

foram obtidas várias conquistas, mas diversos assuntos mais complexos não foram resolvidos. Um deles é o Anexo VII, o pedido da área rural é que as poligonais do Anexo VII sejam mantidas. Propôs que se organize uma comissão de Deputados para visitar cada ponto, pois existem pontos muito polêmicos, como Mancha Sul, Catejinho, Ponta de Terra, todas as áreas do Anexo VII e Park Way. O Deputado Roney Nemer disse não ser necessária a comissão, pois as três comissões farão relatos para todos os Parlamentares, os quais têm assessoria que acompanham o Plenário. O Deputado registrou a presença do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agacieli Maia, e do Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Dr. Michel. Em seguida, passou a palavra à Sra. Cleusa Maria da Silva, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Gama. Ela fez um apelo para as questões da preservação ambiental, das bacias dos córregos e da alimentação. Disse se preocupar com o adensamento populacional das áreas urbanas. A palavra foi concedida ao Sr. Dacildo Saraiva, professor. Ele disse que a cidade do Gama é uma das cidades com a melhor arquitetura do Brasil e que o problema são os becos, onde se joga lixo, pois o Poder Público não ilumina, não ajardinou e não proporcionou o uso devido. afirmou que o que está neste PDOT é uma ilegalidade, como já disse o Prof. Taciano. O Sr. Dacildo disse que está sofrendo ameaças diretas, com carro de polícia. O Deputado Roney Nemer informou que o Deputado Dr. Charles teria que se ausentar e chamou o próximo orador, Sr. Antonio Alá de Brito, Prefeito Comunitário de Santa Maria. Ele informou que Santa Maria é uma cidade criada para abrigar pessoas que estavam em situação crítica no Distrito Federal, sequer houve preocupação de registrar a cidade e mais de dois terços da cidade é irregular. afirmou que, ao se construir a cidade, primeiro se deve legalizar e depois colocar o povo. Também disse que a região de Santa Maria é o do Gama são as esquadras do Distrito Federal, o que não serve para o Plano Piloto vai para lá. Quiseram construir o lixão e querem construir um Caje em Santa Maria. A comunidade pediu centros culturais e áreas de lazer para jovens. A palavra foi concedida ao Sr. Dimas Bezerra Leite, prefeito comunitário da QN 07, Riacho Fundo II. Disse que os moradores querem saber sobre as escrituras dos lotes e cobrou o PRO-DF para surgir emprego. O Deputado Roney Nemer registrou a presença da senhora Juliana Mendes Prata, representante do Iphan – Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico, e concedeu a palavra ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agacieli Maia. O Deputado defendeu a regularização e a entrega das escrituras dos lotes e das casas de Brasília e sempre disse ao Governador que a política de regularização e de entrega de documentos deve ser uma política pública igual à saúde e ao transporte. Disse que existem problemas fundiários com terras particulares, que não são invasão, e precisam de regularização. Existem terras que a União quer entregar ao GDF para que ele possa entregar a escritura para os moradores, mas alguma coisa conspira contra. afirmou que para entregar as escrituras do Riacho Fundo II é uma dificuldade, mas para fazer um setor como o Noroeste, só para grandes construtoras, até os índios que estavam na área foram mandados de volta para a Amazônia. O Deputado criticou a fiscalização: fica-se indignado porque um morador de Mestre D'Armas, em Planaltina, faz um banheiro para uma pessoa deficiente, que depois é demolido. E se veem aquelas edificações no Pontão do Lago, edifícios grandes praticamente dentro da água, e ninguém demora. Por fim, disse que podem contar com ele se for para legalizar a situação. O Deputado Roney Nemer registrou a presença de Sr. Hugo Gutemberg, representante da Administração Regional de Santa Maria; Sr. Suenilson Sá, representante a Assessoria de Planejamento e Ordenamento Territorial de Santa Maria; Sra. Patrícia Veiga Fleury de Matos, da Administração Regional de Águas Claras; Sr. Vanderlei Dias Soares, da Administração Regional do SIA; Sra. Vanessa Azevedo, representando a Fibra; Sra. Elisabete dos Santos, Presidente da Associação dos Moradores Cristãos do Guarã II; Sra. Poliana Grasielle Abreu Damascena, representando a Administração do Núcleo Bandeirante; Sr. Raimundo Lira da Silva, da Associação de Moradores da Colônia Agrícola Sambaíba; Sr. Ismael de Oliveira Caitano, da cidade Estrutural, Prefeitura Regional Comunitária da Cidade Estrutural; Sr. Hannah Souza de Menezes, representando a Comissão de Assuntos Parlamentares – Sindicato/DF; Sra. Geraldina Godinho, Administradora do Riacho Fundo II; Sr. Reginaldo Araújo, da Rádio 98.1 FM, a Voz do Povo na Estrutural. Em seguida, concedeu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Dr. Michel. Ele disse que chegou a hora de regularizar. Pagam-se os impostos, paga-se tudo o que é cobrado e o que se quer é a cidadania, que é a escritura dos lotes. O Deputado afirmou que se esforçar para que a regularização saia. Lembrou o que foi dito pelo Deputado Agacieli Maia, que é muito fácil quando o poder econômico manda regularizar para os ricos, mas fazer benfeitoria para o pobre é difícil. A palavra foi concedida ao Sr. Joel dos Santos, da Associação do Movimento de Sambaíba. Ele questionou o não cumprimento da Lei 3.877, da Lei da Moradia no Distrito Federal, e disse querer ver todos os 24 Deputados nas audiências públicas. O desejo é que o Governo do Distrito Federal, juntamente com os 24 Deputados, se mobilize imediatamente, pois o edital de 2009 foi cancelado. Na realidade, os associados estão esperando há oito anos para conseguir uma moradia no Distrito Federal. Disse que quando se fala em moradia também se fala em segurança e ocorrem muitos homicídios, muitos assaltos a casas. O representante da associação reclamou que não se tem Polícia Militar para combater o crime, mas se tem Polícia Militar para demorar a moradia do cidadão. Passou-se a palavra ao Sr. Getúlio Cardoso Pereira, Delegado do Fórum do Orçamento Participativo do Guarã, que reclamou da ausência do Secretário de Habitação, que falou e foi embora, e também mencionou que no início a Mesa estava cheia de autoridades e técnicos e, naquele momento, só havia três pessoas. O Sr. Getúlio Pereira disse ser importante que se promovam audiências públicas nas administrações regionais. Segundo ele, o PDL determinou no Guarã prédios de, no máximo, 6 andares e existem prédios com 25 andares. Pediu que os Deputados ajudem a fiscalizar, para deter os empreendedores que desrespeitam as leis. Ao final, mencionou o art. 225 da Constituição Federal – todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo – e disse que só pode regularizar se a lei permitir, senão há danos ambientais. O Deputado Roney Nemer passou a palavra ao Sr. Jefferson Maximino Pinto, Bombeiro Militar da Sociedade do Guarã, Fórum Parque Ecológico do Guarã. Ele disse que, como morador do Guarã, fica envergonhado com a Câmara Legislativa, pois alguns que se dizem representantes do povo vêm não para falar do PDOT, mas para falar dele e fazer uma campanha eleitoral. afirmou que o Guarã está sofrendo, que se libera para fazer prédio de 27 andares em determinada região e a região vai virar uma ilha de calor. O transporte e o meio ambiente estão um caos e o Parque Ecológico do Guarã está sendo faliado. Disse que não existem poligonais do Parque Ecológico do Guarã nem da Reserva Ecológica do Guarã. Existe uma lei federal de interesse social e, se houver interesse social, as áreas de proteção ambiental são passíveis de regularização. Concedeu-se a palavra ao Sr. Pedro Rodrigues, Chefe de Assessoria da Administração Regional de Santa Maria. Ele disse que Santa Maria é uma cidade que existe de fato, mas não existe de direito, pois ainda faltam registrar várias quadras. Santa Maria foi transformada em cidade dormitório. Comentou sobre o critério de distribuição de lotes, que resultou no maior índice proporcional de deficientes físicos do DF e do Brasil. Segundo o Sr. Pedro Rodrigues, o Tororó não pode sair de Santa Maria, senão a especulação imobiliária vai acabar com a maior cachoeira de Brasília. Tem-se que transformar o Tororó no maior polo de turismo de Brasília, com trilhas para a população. Sobre a Prainha, afirmou que fica muito mais próxima de Santa Maria que do Gama e que será mais bem cuidada por Santa Maria. Por fim, disse que existem, de 201 a 207, quase 2.500 deficientes físicos e que a população colocou como prioridade no orçamento participativo a sinalização e a adequação da cidade ao deficiente físico. Passou-se a palavra ao Sr. Glênio José da Silva, do Vicente Pires. Ele disse que Vicente Pires é composta por terras da União, do GDF e de particulares e que a área à margem da EPTG, do lado esquerdo no sentido Taguatinga, não pode ficar como rural, pois se trata de área urbana. Outro ponto levantado foi com relação à 26 de setembro, considerada Flona, onde existem centenas de famílias morando e se precisa transformar em área urbana. Disse que as pessoas do Vicente Pires querem que os todos os que estão em área de preservação permanente permaneçam, desde que não corram risco de morte. O Sr. Glênio da Silva reclamou que alguns fiscais da Agefis desrespeitam o direito constitucional à moradia, que assegura a entrada nas casas apenas com mandado judicial. Informou que 1.500 famílias em Vicente Pires moram em Área de Preservação Permanente e não têm água potável. Foi chamada para expor a Sra. Teresa Ferreira Dias, Presidente da Associação Amohiguar-DF. Ela informou que, no governo passado, foi retirado o interesse social do Guarã, pois consideravam que a região era só para ricos. Informou que são dezessete anos de mobilização das associações habitacionais, que buscam o interesse social para as quadras do Guarã. Mencionou a Lei nº 3.817, que

ampara o movimento, e parabenizou as pessoas do Lúcio Costa pela união e luta. A palavra foi concedida ao Sr. Cláudio Pires, do CDRS-DF, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF. Ela disse que na Constituição existem alguns princípios que não têm sido seguidos: isonomia e equidade, o direito de moradia a todos, o direito de regularização fundiária a todos. Comentou que, se as pessoas invadem, torna-se um fato, fato consumado, e então se deve regularizar. Questionou o fato de grandes empresas rapidamente conseguirem uma região regularizada, a exemplo do Noroeste. Sobre Vicente Pires, disse que originalmente é uma área rural e atende à proteção das nascentes. O 26 de setembro, também área rural, foi criado com a função de proteger nascentes, produzir alimentos e ocupação rural de várias pessoas que estão lá morando. afirmou que o desrespeito do fato consumado acaba invertendo o processo, ou seja, tem direito aquele que não cumpriu o dever e todos aqueles outros que vêm cumprindo e que estão esperando a lista do Idhab, da Sedhab, da Shis. Ele sugeriu que houvesse, por parte da comissão, acesso a todos os documentos com mais facilidade. O Deputado Lúcio Nemer concedeu a palavra à Sra. Devanir Rodrigues, de Santa Maria, do turismo rural. Ela afirmou que, se não houver tratamento especial às nascentes, que são as fontes de água limpa da região do sul de Brasília, elas não resistirão à próxima seca. A isenção das autoridades nesse assunto é criminoso. Pediu que as autoridades assumam o papel de defender a integridade do meio ambiente e afirmou que a preocupação do PDOT é com a ocupação desordenada e criminosa por griteiros. A Sra. Devanir Rodrigues comentou sobre os incêndios em Santa Maria e a perda de biodiversidade no Cerrado. Disse querer a manutenção do Anexo VII e a extensão das áreas periurbanas. Segundo ela, as minas de areia e cascalho da região sul, mais propriamente em Santa Maria, estão causando uma depredação incrível na região, e as depredações são autorizadas pelo Ministério das Minas e Energia. Sugeriu que os Parlamentares façam emendas supressivas contra a retirada das poligonais, por ser uma questão de interesse social, mais importante que os interesses imobiliários. Passou-se a palavra à Sra. Eliane Torquato, do Gama, que disse que ninguém está pedindo o crescimento da cidade, o que se quer é complementar os espaços vazios. Pediu que permaneça o interesse para a qualidade de vida dos cidadãos de baixa renda e afirmou que a ocupação irregular de rico se chama condomínio e a ocupação irregular de pobre é invasão. O Deputado Roney Nemer informou que a próxima oradora, Sra. Jeanne Lopes Silva, do segmento empresarial de Santa Maria, não iria falar e pediu que fosse lido

aqui um bilhete dela. Segundo o bilhete, é preciso regularizar os lotes mistos e os comerciais para que se possam regularizar alvarás e habite-se. Foi chamado para falar o Sr. Raimundo Preto, Presidente da Associação de Produtores e Criadores Rurais de Santa Maria. Ele disse que a área rural é esquecida de tudo, educação, saúde, financiamento, estrada, e pediu que não deixem que seja retirada 25% da área rural próxima às cidades, conforme projeto de alguns Parlamentares da legislatura passada. A palavra foi concedida à Sra. Etza Bastos, Presidente dos Sindicatos dos Arquitetos. Ela propôs um estudo integrado da gestão urbana e disse que se deve respeitar o projeto do Lúcio Costa. Segundo ela, a população de menor renda está sendo jogada para grandes e áreas de preservação por falta de gestão urbana correta e adequada. É necessário ver o processo de metropolização, pois já existem cinco milhões de habitantes, incluindo o Entorno, que não é considerada pelo GDF. Também afirmou que se deve manter áreas verdes, pois o projeto original do Lúcio Costa diz que Brasília é uma cidade verde, cidade jardim, que não pode ser privilégio apenas do Plano Piloto. Informou que existe uma lei de assistência técnica proposta pelos arquitetos e a população que recebe até três salários mínimos sem direito a assistência técnica gratuita. Essa assistência técnica tem que ser montada junto a cada administração regional. O Deputado Roney Nemer passou a palavra ao Sr. Moisés José Marques, que representa a Secretaria de Agricultura. Inicialmente, ele justificou a ausência do Secretário Lúcio Valadão, em razão de uma ocupação ocorrida de madrugada, no prédio da Secretaria de Agricultura por um movimento social, o Secretário teve de assumir a frente das negociações. Disse que foram identificadas diversas áreas que, até 2009, eram rurais e passaram a ser urbanas, e se percebeu que essas áreas não tinham a menor característica para se transformarem em urbanas. Então, junto com os conselhos de desenvolvimento rural das diversas cidades e com a Sedhab, conseguiu-se propor alteração de algumas dessas áreas. Também se percebeu que diversas chácaras que ficaram no meio urbano, áreas com características rurais, não foram incluídas nas poligonais estabelecidas no Anexo VII. O representante da Secretaria de Agricultura informou que, com essas duas participações, há a preocupação da Secretaria em não permitir ou buscar inibir que a área urbana avance na área rural, pois se precisa preservar o meio ambiente. Passou-se a palavra ao Sr. Pedro Paulo Videiro Rosa, representante do Ibram. Ele informou ser da Gerência de Uso e Ocupação do Solo, que trata diretamente da regularização de condomínios e áreas informais, e que existe uma deficiência técnica muito grande por falta de equipos: são seis pessoas trabalhando com setecentos, oitocentos processos de licenciamento ambiental. Ressaltou que existem áreas passíveis de ocupação em áreas de preservação permanente quando a lei permite, mas também se deve considerar que muitas dessas áreas de preservação permanente apresentam risco para a população. Quanto à água, afirmou que se tem um cuidado especial com a revitalização das áreas de preservação permanente das bacias hidrográficas do Distrito Federal, principalmente da Bacia do Lago Paranoá, que é fonte de abastecimento de água futura para toda a população do DF. Por fim, informou que a licença ambiental é uma exigência para a regularização das áreas e que o Ibram está aberto a todas as pessoas que queiram saber sobre o andamento dos processos de licenciamento ambiental. Passou-se a palavra ao Sr. Carlos Roberto, arquiteto da Sedhab. Ele disse que esclareceria a Lei de Uso e Ocupação do Solo, pois muitos dos temas abordados se referem à lei. A Lei de Uso e Ocupação do Solo não vai tratar de regularização fundiária, vai tratar da cidade e dos índices de uso e de ocupação do solo. Ela vai dizer o que se pode fazer dentro do lote e como se pode ocupá-lo. Mas a regularização de setores e a criação de novas áreas não vão ser tratadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Em relação às quadras do Guarã, disse que elas são tratadas no art. 135 da Lei, que define todas as novas áreas habitacionais que estarão incluídas no programa habitacional do Governo. Nesse artigo, estão as áreas que são de interesse social e as demais, em princípio, não seriam de interesse social. Ele entende que a mudança para interesse social poderia causar a inconstitucionalidade da lei. Quanto à situação do Setor Lúcio Costa, afirmou que a regularização por contrato específico estava incluída no Anexo VII. O problema é que, para haver a regularização por contrato específico, seria necessária comprovação de atividade rural ou de preservação do meio ambiente, por ser esse o critério do antigo art. 327. Mas o Setor é área residencial, o que dificulta a regularização. Então, entende-se que deve haver uma regularização urbanística e também fundiária. O Sr. Carlos Roberto entende que deve ser feito estudo ambiental e urbanístico da área para se verificar a possibilidade real de regularização do local. Sobre o Anexo VII, afirmou que será feita uma alteração no texto somente para explicar quais áreas das poligonais do anexo ainda continuam com o direito ao contrato específico. O Deputado Roney Nemer reassumiu a palavra e comentou que foi delegada a ele a função de gerenciar o trabalho, sistematizar e repassar a todos os Parlamentares, para que se possa fazer a votação. Disse que concorda quanto à regularização de Santa Maria e, quanto às áreas de beco intersticiais, os becos do Gama, disse se muito complicada a situação, pois as áreas são passagens de pedestres que não podem ocupadas, mas se deve pensar nos pais do família, policiais, bombeiros, que receberam do governo de forma equivocada e construíram lá. Sobre o Anexo VII, na audiência passada, já se definiu que o texto será alterado e se resgatarão todas essas áreas rurais, com atividade rural em área urbana, para que possam ser regularizadas. Em relação às Quadras 48 e 60 do Guarã, o Deputado afirmou que elas deveriam ser de interesse social, para serem contempladas pelas cooperativas e associações. Também comentou sobre os problemas decorrentes da impermeabilização do solo: aquecimento e dificuldade de recarga de aquífero. Sobre as regiões do Riacho Fundo II e Recanto das Emas, disse que pediu ao governo que transforme toda aquela área não só em moradia, como o governo está querendo, mas também que haja geração de emprego e renda. Sobre a altura dos prédios no Guarã, o Deputado discorda. O PDL do Guarã não contemplou o escoamento e adensou a região, mas não facilitou a chegada e a saída da cidade. Lembrou que o PDL do Guarã faz em coeficiente de aproveitamento. Então, se existe um lote de mil metros quadrados, pode-se construir cinco mil metros quadrados, em cinco pavimentos ou em dez pavimentos. afirmou que as autoridades devem olhar para o Guarã, uma das cidades que tinha a melhor qualidade de vida no DF e que, hoje, está sendo ameaçada pela ocupação desenfreada e desordenada – que foi ordenada pelo PDOT. Sobre a área de Vicente Pires ao longo da EPTG, comentada durante a audiência, informou que já foi contemplada como zona urbana. Sobre o 26 de setembro, disse ser bastante

complicado, pois é uma ocupação de sem-terras e é preciso levantar a questão. Em relação à revisão das poligonais, disse que deve haver a revisão, pois novas cidades foram criadas. afirmou que se tem que dotar as cidades de condições para que as pessoas trabalhem, na sua grande maioria, onde moram, para evitar os deslocamentos entre as cidades-satélites e o Plano Piloto. Mencionou que há pessoas que podem estar em locais de possível regularização, mas outras estão em setores sem possibilidade de regularização, porque a família corre risco de morte. Não se pode especular que elas continuem morando lá, mas também não se pode jogá-las ao relento. O Deputado agradeceu a presença de todos e a audiência pública foi encerrada às doze horas e trinta minutos. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.


Deputado Rôney Nemer
Presidente - CDESCTMAT

ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 28/03/2012.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às nove horas, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, para a audiência pública destinada a debater o PLC nº 17, de 2011, sobre a atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da CDESCTMAT, assumiu a presidência dos trabalhos e iniciou a audiência. Ele informou que a discussão seria sobre Taguatinga – RA III; Ceilândia – RA IX; Samambaia – RA XII; e Braziliândia – RA IV e relativas aos dispositivos da Lei Complementar nº 803, de 2009, do PDOT, considerados inconstitucionais. Informou também que o Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, e o Deputado Chico Leite, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ainda não estavam presentes. O Deputado agradeceu a presença da Sra. Adriana Cardoso da Costa, da Administração de Braziliândia; do Sr. Cicero Lima, da Administração de Braziliândia; do Sr. Fábio Yukishique Harada, de Braziliândia; do Sr. Jucelino Fernandes da Silva, Prefeito Comunitário do Setor Primavera; do Sr. Walter Rezende, da Associação de Vicente Pires; do Sr. Rodrigo Tófoli, da Secretaria de Governo; da Sra. Camila Coutinho, moradora de Brasília; da Sra. Vanessa Azevedo Ostello, da Fibra; do Sr. Getúlio Figueiras Carneiro, da Administração de Taguatinga; do Sr. Felipe Triches, do gabinete do Deputado Prof. Israel Batista; da Sra. Aldenora Maria de Oliveira, da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados e Produtores Rurais da Cana do Reino; do Sr. Carlos Alberto Jales, Administrador Regional de Taguatinga. Avisou que concederia três minutos para que cada um expusesse os comentários e disse que a Sedhab foi convidada, mas não mandou representantes. Agradeceu a presença da Deputada Luzia de Paula. Iniciou a fala o Sr. Cláudio Pires, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga e membro do Conselho Regional de Taguatinga e do Conselho Distrital. Ele sugeriu que fosse invertida a ordem de pauta e que os Deputados falassem ao final da das falas da comunidade. Foi chamado o Sr. Jucelino Fernandes, Prefeito Comunitário do Setor Primavera e Conselheiro do Orçamento Participativo do Distrito Federal. Ele comentou a reivindicação que vem sendo feita há vários anos, por Taguatinga, principalmente pela QSC 19, Setor Habitacional Primavera, para instalação de alguns aparatos públicos. Leu um documento protocolado na Câmara Legislativa no qual a Prefeitura Comunitária JK da QSC 19, Setor Habitacional Primavera, Chácara 25, 26, 27 e 28B requer que os Deputados sejam sensíveis à regularização da área e à situação dos moradores. O Sr. Jucelino Fernandes comentou que os moradores precisam de rede de esgoto, água pluvial e pavimentação asfáltica; um centro educacional de 1º e 2º Graus; uma creche e telamento do Parque JK, para evitar a grilagem. Também pediu a concessão de alvará de funcionamento aos comerciantes, são mais de 280 empresários que geram emprego na região sem alvará. O Deputado Rôney Nemer comentou que se pediu obra, o que não é o foco da discussão. O foco é o PDOT, regularização de área. Em seguida, o Deputado leu as frases das falas presentes no auditório: "Taguatinga é o maior polo comercial do DF. Não podemos deixar que tirem isso de nós. Exigimos reconhecimento. Produtores rurais de Ceilândia." "Solicitamos ao Poder Público a regularização dos nossos lotes com a urgência que o caso requer. Becos do Gama." "Agradecemos aos Srs. Deputados pela atenção a nós dispensada. Policiais e Bombeiros Militares." "Taguatinga é a capital do DF. Não aceitamos redução de seu espaço." "Srs. Deputados, regularização conjunta dos becos do Gama, Ceilândia e Braziliândia." "Taguatinga não aceita mais ter suas áreas roubadas. SÓ SUL – Setor de Oficinas de Taguatinga." "Parque Boca da Mata é de Taguatinga." "Taguatinga não pode perder mais nenhum pedaço de sua história." "Taguatinga, 26 de setembro, a Boca da Mata, sinônimo de Taguatinga." Registrou a presença do Vice-Presidente da nossa Comissão, Deputado Olair

Francisco e passou a palavra ao Sr. Marcos Leite, membro da Diretoria da ASSIEDIC – Associação das Empresas do Distrito Industrial da Ceilândia. Ele informou que a Assiedic engloba o Setor de indústrias de Ceilândia, o Setor de Materiais de Construção e o Setor Industrial I, expansão de Ceilândia também, com trinta e duas empresas legalmente estabelecidas, que geram três mil empregos diretos. Disse estar na audiência para falar sobre uma área já aprovada no PDOT para expansão econômica do nosso setor, que fica ao lado do Setor de Material de Construção. O pedido é que se mantenha essa área para o Setor de Indústria de Ceilândia, expansão, pois o setor está rodeado de comunidades carentes que precisam de emprego. O Deputado Rôney Nemer chamou para a fala o Sr. Walter Rezende, Vice-Presidente da Associação Vicente Pires. Disse que o que levou à audiência foi uma insegurança jurídica, pois se ouve na imprensa que se estão alterando muitos artigos não declarados inconstitucionais. afirmou que a Secretaria de Agricultura deveria cumprir a Lei e fazer os contratos que são expressos na Lei, mas a Secretaria não cumpre a Lei e propõe a alteração daquilo que não foi declarado inconstitucional. O Deputado Rôney Nemer pediu que as reivindicações feitas na audiência fossem também formalizadas por escrito na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Informou que a única coisa a ser aceita na Comissão são as atualizações de legislação, de itens não considerados inconstitucionais no PDOT. Por exemplo, houve alteração na lei federal referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida, então são necessárias algumas adequações na Lei do PDOT. Passou-se a palavra ao Sr. Wilson Wander Lopes, representante de trinta e três entidades de Taguatinga. Ele se queixou da falta de participação da comunidade na escolha do Administrador Regional. Disse que existem excelentes Administradores Regionais em muitas Regiões Administrativas, e existem péssimos Administradores Regionais em muitas Regiões Administrativas. A participação popular na escolha dos Administradores está prevista na Lei Orgânica. Também comentou que o artigo 12 da Lei Orgânica diz que "cada Região Administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da lei", mas ainda não foi regulamentado. O Sr. Wilson Lopes sugeriu que as reuniões fossem à noite para facilitar a presença das pessoas que trabalham. O Deputado chamou para compor a Mesa o Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cláudio Abrantes. Em seguida, passou a palavra ao Administrador de Taguatinga, Sr. Carlos Alberto Jales. Ele disse que a maior preocupação da comunidade é o avanço das poligonais que tangem Taguatinga. Ele tem certeza que Taguatinga não vai perder nem um palmo de terra a mais e que os Deputados sabem da importância de Taguatinga, da importância do 26 de Setembro, da importância do Cana do Reino, da importância dos parques, como o Boca da Mata, e da importância de ter o Taguaparque como área de Taguatinga. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Prefeito de Planaltina e, em seguida, passou a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Ele

pediu que as reivindicações das pessoas fossem protocoladas também na Comissão de Assuntos Fundiários. Informou que, no próximo semestre, ou ao final deste semestre, chegará à Câmara Legislativa a Lei do Uso e Ocupação do Solo, que é uma lupa sobre o PDOT, e pediu que as entidades permanecessem mobilizadas e atentas a este instrumento que chegará e que tratará de temas muito importantes, como destinação de áreas, poligonais e gabaritos. Passou-se a palavra ao Sr. José Epaminondas dos Santos, Vice-Presidente da Associação de Braziliândia – ApipBraz. Ele falou que nem todas as pessoas que moram no Capãozinho III têm os dois hectares de terra. E perguntou o que as autoridades vão fazer para legalizar os que não têm os dois hectares. O próximo a falar foi o Sr. Getúlio Cardoso Pereira, aposentado, Delegado do Fórum do Orçamento Participativo do Guará/DF. Comentou que seria justo e legal haver maior participação dos Parlamentares nas reuniões do PDOT e mencionou a existência de uma emenda que parcelou o Parque do Guará, apesar de o parque estar assegurado como patrimônio pela Lei nº 1.826. Ele pediu ajuda dos Parlamentares para tirar os entraves burocráticos na implantação do parque, como a definição da poligonal do parque. Sugeriu que se fizessem audiências públicas nas Administrações Regionais. O Deputado Rôney Nemer esbarrou com o Sr. Getúlio que não participou do parcelamento do parque do Guará e que, na época da votação do PDOT, ele era Presidente da Brasília. Agradeceu a presença de Hannah Souza, arquiteta, da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Sinduscon/DF, e de Andrea Peixoto, do Guará II, advogada. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Hiroshi Kimura, representante da Aprontag. Disse que mora em Taguatinga há mais de 45 anos, que era o cinturão verde, planejado para as chácaras levarem alimento para a cidade. Ele acredita que não é justo fazer essa lei, pois as pessoas da região rural criam área verde e dão vida à população. Passou-se a palavra ao Sr. Cláudio Pires, do Conselho de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. Ele disse que representa o conselho de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Braziliândia, e que, no PDOT, não existe uma parte específica para a área rural. afirmou que os artigos 277, 278, 279 e 280 do PDOT tratam de particularidades de muitas das áreas solicitadas, das pessoas que estão em área urbana ainda com característica rural, mas não trata de todas as áreas. O Sr. Cláudio Pires criticou a proposta de transferir o Centro Administrativo de Brasília para o centro de Taguatinga e disse que a preocupação maior é com o espaço verde, direito de todas as cidades. Passou-se a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Deputado Olair Francisco. Ele comentou que estão sendo atualizados os 52 itens do PDOT que o Ministério Público julgou errados e que na Comissão se tem o entendimento de não aceitar que nenhum dos 52 itens seja alterado. Outros itens que porventura não estejam no PDOT poderão ser resolvidos na LUOS, lei que vai dar sustentação ao PDOT. Sobre as poligonais, comentou que em algum momento elas serão discutidas. Passou-se a palavra ao Sr. José Goudim, Presidente dos Produtores Rurais de Ceilândia. Ele disse que a área rural de Ceilândia, como muitos outros setores de outras cidades, está passando por um momento muito difícil. afirmou também que os produtores rurais obedeceram às leis, sem lotear, e mantêm uma produção rural, mas as pessoas que lotearam se deram bem. Pediu para que as pessoas da área rural não sejam consideradas um fracasso, um atraso para Brasília. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Diretor da Terracap, Dr. Luis Antônio Reis, e da Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputada Ceilina Leão. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. José Rodrigues Marques, cidadão morador de Taguatinga. Ele se queixou que Taguatinga tinha quarenta e oito mil hectares de terra, perdeu quarenta mil hectares para a construção de cidades ao seu redor e ainda existem membros das cidades ao redor que querem tirar mais área. Pediu aos deputados que valorizem Taguatinga, pois a população vai observar a votação das áreas poligonais da cidade. Concedeu-se a palavra ao Sr. Geraldo Batista Alves de Souza, 1º Sargento da PM e Presidente da Associação dos Moradores dos Lotes do Beco do Gama. Disse que passam por dificuldades em razão de um programa habitacional do Governo do Distrito Federal. afirmou que não são invasores, receberam os lotes, e pediu ajuda para solucionar os problemas. O próximo a falar foi o Sr. Paulo Alves Bento, assessor da Administração Regional de Samambaia. Disse estar na condição de assessor da Administração Regional de Samambaia e também na condição de cidadão e morador de Brasília há 45 anos. Queixou-se das consequências do PDOT e dos PDLs para o Guará e para Taguatinga. Sobre o artigo 43, que estabelece área máxima de lote igual a 500 mil metros quadrados, questionou a quem interessa. Também questionou o artigo 53, VII, que prevê Setor de Garagem e Manutenção de Transporte Público em duas quadras residenciais com áreas de escolas e hospital. Mencionou e fez questionamentos sobre as zonas urbanas de expansão e qualificação, o trecho ao longo da BR-060 e a zona de contenção urbana. Passou-se a palavra ao Sr. Iraci Pereira César, Prefeito Comunitário do Setor de Oficinas de Taguatinga Sul. Disse que não se admite perder a área da nascente do córrego de Taguatinga, que dá o nome à cidade e vai se transformar em Samambaia, e que a faixa do Pistão Sul está virando Taguatinga Sul. afirmou que não vão aceitar o limite colocado do Pistão Sul, perdendo a parte da Católica, do Taguatinga Shopping. O Sr. Iraci César informou que o Parque Boca da Mata está com muito lixo e o córrego está assoreado, e que Taguatinga Sul está abandonada. O Deputado Rôney Nemer informou que chegou uma pergunta à Mesa da Sra. Maria do Carmo, de Braziliândia: "vão ser colocados em tela os itens considerados inconstitucionais de cada RA?". O Deputado explicou o procedimento adotado, que foi feita uma audiência pública em dezembro de 2011, na qual a área

técnica da Câmara Legislativa expôs todos os itens considerados inconstitucionais. As informações foram disponibilizadas nas comissões e foram concedidos dois meses para que a comunidade tomasse ciência. Concedeu-se a palavra à Sra. Aldenora Maria de Oliveira, Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados e Produtores Rurais da Cana do Reino. Disse que, depois da Conferência das Cidades, não se sabe onde parar o Cana do Reino e o 26 de Setembro. Ela afirmou que atualmente não são mais rurais, são mistos e querem continuar mistos, metade rural, metade residência. Queixou-se da ação da Agefis, que derrubou um barraco de alvenaria no 26 de Setembro, mas a Cooperville, localizada acima da nossa chácara, dentro do Cana do Reino, constrói de alvenaria e lá continua. Segundo a Sra. Aldenora de Oliveira, na Cana do Reino existe uma área reservada para baixa renda que está sendo vendida para alta renda. O Deputado Rôney Nemer esclareceu que é servidor concursado da Agefis, está com mandato parlamentar e não interfere nas ações da Agefis. Sugeriu que, se acharem que há privilégio para um ou para outro, façam a denúncia à corregedoria do órgão. Concedeu-se a palavra ao Sr. Paulo Euler Pires, Presidente da Associação dos Produtores do Núcleo Rural de Taguatinga – APRONTAG. Ele comentou sobre o plano e Lucio Costa de ter um cinturão verde em volta da cidade para assegurar alimento para a população. Os colonos se instalaram inicialmente na Chácara do Núcleo Rural de Taguatinga. Expressou preocupação com as nascentes que existem na região e acabam prejudicadas pelas obras e defendeu a titulação das áreas rurais. Passou-se a palavra à Sra. Massae Watanabe, produtora do Núcleo Rural de Taguatinga, e membro do Conselho de Desenvolvimento Rural da Região de Ceilândia. Informou que a área rural do DF tem duas características bem distintas: uma considerada área rural de grande produção de grãos, propriedades maiores; e muitas propriedades localizadas nas áreas em que a cidade avança sobre a área rural. Sugeriu a criação de um programa agroecológico do governo, voltado à proteção do cinturão verde idealizado pelo Governo Juscelino. Os resultados do programa seriam trabalho, geração de emprego, de renda, de alimento, de ambiente saudável, linha de paisagismo, um campo enorme para educação ambiental e o turismo pedagógico, que seria um foco central para a educação das futuras gerações. Concedeu-se a palavra à Sra. Edjane Rosa Araújo. Disse ser moradora de uma comunidade carente em Taguatinga Sul, onde moram cerca de trinta famílias que aguardam transferência. Ela fez um apelo para que os Deputados os ajudem. O próximo a falar foi o Sr. Justos Magalhães Moraes, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga. Ele afirmou que Taguatinga é a maior cidade problema do Distrito Federal, cidade passagem com 380 mil habitantes, por onde circulam mais de um milhão de pessoas por dia. Segundo o Sr. Justos Moraes, estão fazendo audiência pública, mas o PDOT ainda está na Sedhab. Disse que Taguatinga precisa de um setor industrial, pois nos lotes de mil e dois mil metros quadrados, na QI antiga, o proprietário que está lá há muito tempo está sendo expulso por causar barulho no prédio vizinho construído recentemente. O Deputado Rôney Nemer esclareceu que o PDOT foi enviado à Câmara desde o ano passado e que a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que detalha lote por lote, virá depois. O Deputado Cláudio Abrantes informou ao Sr. Justos que o que está tramitando na Sedhab é a LUOS e que serão feitas

audiências públicas sobre a lei na Câmara Legislativa. A palavra foi concedida ao Sr. José Ferreira Simões, Presidente do Conselho de Saúde de Taguatinga. Ele falou sobre a preocupação com a saúde ambiental e se queixou da ação do Ibram, que não atua nos parques de Taguatinga, que estão abandonados. Ele mencionou a Área JK, o Parque Saburo Onoyama e o Parque do Cortado. Afirmou que as nascentes estão morrendo e que qualquer um invade as terras, sem punição. Segundo ele, a Agedis deve ir à região para não deixar invadir, não basta ir e demorar. O Deputado Roney Nemer agradeceu a presença do Vice-Presidente, Deputado Dr. Michel, e concedeu a palavra à Sra. Mariete de Campos, Presidente da Associação dos Moradores Rurais do Incra 9. Como moradora de Brasília há mais de cinquenta anos e representante da associação, disse lutar pelas terras da área rural. Quando houve em Brasília a divisão de áreas rurais, cada um deveria ter preservado o Cinturão Verde, mas hoje está tudo lotado. Ela afirmou que as pessoas da área rural preservam o meio ambiente e as nascentes. O Deputado Dr. Michel prestou solidariedade e apoio à regularização das áreas rurais. Disse que, nas próximas eleições, não se deve votar em quem diz que vai regularizar, se tem que votar em quem regularizou, senão não faz sentido essa situação. Comentou que as pessoas presentes estão lutando para manter o Cinturão Verde, a área rural, e não querem ganhar dinheiro com especulação imobiliária. Passou-se a palavra à Deputada Cetina Leão. Ela parabenizou o trabalho conjunto das duas comissões, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Assuntos Fundiários. Apesar do PDOT não estar em regime de urgência, tem-se adiantado o trabalho. A Deputada acredita que se deve colocar água, esgoto, asfalto e saneamento, mesmo com as dificuldades de regularização, e que o Governo do Distrito Federal deve reconhecer isso. O Deputado Roney Nemer agradeceu a presença do Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Dr. Charles, a quem passou a palavra. Ele ressaltou a importância de estar na audiência para discutir a região onde mora. Comentou que em Taguatinga, no QND, depois de mais de cinquenta anos, existe local que ainda não tem esgoto nem escoamento de águas pluviais. Na QNL, muitos moradores não têm documento definitivo dos lotes. Passou-se a palavra ao Sr. Moisés José Marques, representante da Secretaria de Agricultura. Ele justificou o atraso e esclareceu que ele não disse que as áreas rurais, num raio de 2 km do perímetro urbano, não seriam regularizadas. Informou que o Governador determinou a regularização de toda e qualquer ocupação do Distrito Federal. Acrescentou que todas as ocupações rurais estão em situação de irregularidade, em razão de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Sobre o processo de regularização, mencionou a Lei nº 12.024, uma lei federal que possibilita a regularização diretamente com o ocupante, e o Decreto nº 31.084, do Distrito Federal, além do PDOT. A Secretaria de Agricultura e a Terracap estão responsabilizadas pelo Governador para buscar regularizar essas ocupações rurais, ou as ocupações do meio urbano que tenham características rurais. Afirmou que vão passar em todas as áreas rurais do DF. O representante da Secretaria de Agricultura disse que passaria o calendário das caravanas de regularização previstas até julho, que depois estarão disponíveis no site de internet da Secretaria. Independentemente de a área rural estar ou não próxima à área urbana, ela será regularizada. A regularização ocorrerá de duas maneiras: existem áreas para as quais a lei permite – e a Terracap assim vai fazer – a opção de compra ao ocupante; e existem áreas em que não é possível dar opção de compra e a regularização será por meio de contrato de concessão de direito real de uso. Ele comentou que existem diversas áreas que foram transformadas em urbanas e que, ao visitá-las, percebe-se que não existe nada de urbano. Por fim, ele passou o calendário das caravanas de regularização: dias 30 e 31, na Taguara, em Planaltina; nos dias 13 e 14 de abril, no Paranoá; nos dias 27 e 28 de abril, em Brasília; nos dias 11 e 12 de maio, em São Sebastião; nos dias 25 e 26 de maio, no Gama, na Ponte Alta; nos dias 15 e 16 de junho, em Ceilândia; nos dias 22 e 23 de junho, em Planaltina, Rajadinha e Santos Dumont; e nos dias 6 e 7 de julho, em Taguatinga. Passou-se a palavra à Deputada Luzia de Paula. Ela ressaltou a importância do assunto e do debate sobre a cidade na qual mora há 36 anos. Resaltou também a necessidade de uma lei realmente justa e verdadeira e saudou os ceilandenses que vieram lutar pelo ordenamento territorial. Segundo a Deputada, os problemas de Ceilândia são iguais ou piores aos de Taguatinga. Ela disse que, desde a chegada do PDOT à Câmara, ela destacou um assessor, um técnico, para o acompanhamento do projeto. O Deputado Roney Nemer informou que o Deputado Chico Leite não pôde estar presente, mas a equipe está participando, e passou a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Ele parabenizou a mobilização das pessoas presentes, defendendo os interesses da sociedade, e agradeceu aos Deputados pela presença. Afirmou que a área rural já instalada deve ser respeitada e salientou a preocupação com o meio ambiente. Existem cerca de noventa parques no Distrito Federal e nem 10% foi devidamente instalado. O Deputado comentou que foi aumentada a área do Parque Olhos d'Água, na Asa Norte, e questionou o motivo de as cidades satélites não poderem ter isso. Pediu que também sejam encaminhados à Comissão de Assuntos Fundiários os pedidos, documentos e abaixo-assinados. O Deputado Roney Nemer iniciou as considerações sobre o PDOT. Sobre o Setor Primavera, disse que não estava no PDOT original e foi incluído nesse

projeto de lei complementar. Então, corre-se o risco de ser pedida a inconstitucionalidade por extemporaneidade. A manutenção da Área de Expansão do Setor de Taguatinga também precisa ser contemplada e isso será estudado. Afirmou que a discussão de polígonos não se dá no PDOT, mas em outra lei, que veio aqui para a Câmara no Governo Arnuda e o atual Governo retirou e ainda não enviou. Quanto às áreas rurais, comentou ser difícil ter menos de dois hectares, pois a Lei nº 8.786, que trata de parcelamento e uso do solo, assevera que a unidade rural deve ter, no mínimo, dois hectares. Quanto ao Parque do Guarã, a área foi preservada, não está vindo autorização para ocupar o Parque do Guarã como zona urbana. O Deputado afirmou que, na condição da Presidente da Comissão de Meio Ambiente, haverá a preocupação de analisar rios, nascentes, matas, o Cerrado, biodiversidade e o cinturão verde. Sobre a regularização das áreas rurais vizinhas às áreas urbanas, salientou o que foi dito pelo Sr. Moisés, quem está em área rural vizinha à cidade pode ter a regularização com o documento, a venda direta, e quem está em área rural que foi considerada área urbana será regularizado como uma concessão de uso e não com o direito de compra. Disse que, como arquiteto urbanista, não pode votar favoravelmente à ocupação por moradias dos bicos, pois são passagens de pedestres e de serviços públicos, mas ele entende que as pessoas não podem ser penalizadas, pois o Estado as colocou lá. Haverá reunião para tratar do assunto. Defendeu o direito constitucional de os Parlamentares elaborarem emendas que sejam tecnicamente embasadas na preservação de nascentes, córregos, matas ciliares e da biodiversidade, e também na expansão urbana. Disse ser necessário um equilíbrio entre o rural e o urbano. Sobre o 26 de Setembro e o Cana do Reino, informou que estão na área urbana e vai ter que regularizar a parte rural no núcleo urbano. O Deputado acha interessante a ideia do Centro Administrativo, mas tem dúvidas sobre a forma como vem sendo feita. Quanto aos parques, afirmou que a situação de má conservação não é exclusiva de Taguatinga, pois todos estão largados e o único que dá visibilidade é o Parque da Cidade. Mas a culpa não é do Ibram. Faltam técnicos, foi realizado concurso, mas não convocaram as pessoas. Por fim, o Deputado resumiu a fala da Sra. Massae Watanabe, produtora rural de Ceilândia: "as áreas rurais periféricas, as áreas urbanas estão sendo tratadas de forma equivocada em todo o Distrito Federal, pois elas cumprem a sua função social de produção alimentar e sustentabilidade ambiental. Portanto, o cinturão verde deve ser preservado no Distrito Federal, para que as nossas populações futuras tenham qualidade de vida". Ele agradeceu a presença de todos e a audiência pública foi encerrada às doze horas e doze minutos. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Roney Nemer
Presidente - CDESECTMAT

ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 04/04/2012.

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às nove horas, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniram-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESECTMAT, a Comissão de Assuntos Fundiários – CAF e a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, para a audiência pública destinada a debater o PLC nº 17, de 2011, que trata da atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. O Deputado Roney Nemer, Presidente da CDESECTMAT, assumiu a presidência dos trabalhos e iniciou a audiência. Ele informou que a discussão seria referente às Regiões Administrativas de Sobradinho – RA V; Sobradinho II – RA XXVI; Planaltina – RA VI; Paranoá – RA VII; São Sebastião – RA XIV; Jardim Botânico – RA XXVII; e Itapoá – RA XXVIII. Lembrou que se trata de uma atualização, devido a algumas inconstitucionalidades sobre algumas áreas do PDOT original, e que só serão tratados os assuntos considerados inconstitucionais, sem inclusão de novos assuntos. Informou também que o trabalho todo será sistematizado e encaminhado aos 24 Parlamentares. As alterações serão feitas nos itens que foram considerados inconstitucionais e algumas adaptações a leis federais, como o Estatuto das Cidades e o Minha Casa, Minha Vida. O Deputado registrou a presença do Sr. Carlos Roberto, da Sedhab; do Sr. Gilton dos Santos, do Paranoá, representando o Administrador; do Sr. Ronaldo Alves, do gabinete do Deputado Joe Valle, que está aqui presente; do Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly, arquiteto do Sinduscon; do Sr. Albertino Alencar, da Administração de São Sebastião; do Sr. Antônio Henrique de Faria Junior, da Administração de Sobradinho II; do Sr. Bruno Piedade Baptista Campos, do GDF; da Sra. Juliana Mendes Prata, do Iphan; da Sra. Vanessa Azevedo Ostello, da Fibra; do Sr. Clayton Faria Machado, do Sindhobar; do Sr. Ivanilton Lopes de Oliveira, de Sobradinho; e do Sr. Paulo Eduardo Pinto de Almeida, representante do Deputado Chico Leite. Passou a palavra à Sra. Hosana Alves do Nascimento, da Quadra 12 do Morro Azul, representante de São Sebastião. Ela disse que os moradores da Quadra 12 estão no local há mais de 20 anos, pediu auxílio pois os moradores sofrem com os esgotos escoando nas ruas, com a falta de urbanização e com o descaso. O Deputado Roney Nemer ressaltou que o assunto a ser tratado é regularização, as áreas consideradas inconstitucionais, mas anotou o pedido da Sra. Hosana Alves. Passou-se a palavra ao Sr. Carlos Rezende, Diretor da Associação Euler Paranhos. Ele informou que o Núcleo Rural Euler Paranhos é uma área de aproximadamente 600 hectares, localizada na rodovia DF-250, formada por 260 chácaras e cercada por duas áreas urbanas em processo de regularização pelo Governo do Distrito Federal. No PDOT anterior, a área estava como zona rural de uso controlado I e não se tem a certeza de que o Núcleo Rural Euler Paranhos vai continuar com essa classificação. O desejo da comunidade é que a área permaneça como zona rural de uso controlado I. Ele afirmou que há uma especulação imobiliária muito grande e começam a surgir edificações e uso das propriedades que não condizem com o que foi aprovado. O Deputado Roney Nemer pediu que as pessoas protocolassem na Comissão de Meio Ambiente as reivindicações feitas. Ele entende que os Parlamentares podem propor emendas e que o Ministério Público orienta que tais emendas estejam embasadas, tenham motivo. As reivindicações protocoladas na Comissão da entidade ou do cidadão subsidiarão as emendas. O Deputado chamou a assessora especial da Sedhab, Sra. Rejane Jung, para compor a Mesa e agradeceu a presença do Sr. Advair Carlos Silveira, da Administração do Itapoá, representando o Administrador, e da Sra. Josiane Maria Coelho de Freitas, também da Administração do Itapoá. Passou-se a palavra a Sra. Rachel Reichert, tesoureira da Associação Chácaras Manga Larga, em São Sebastião. Ela disse que a região não foi contemplada no PDOT e sugeriu alteração, que o local seja regularizado como área rural de chácaras. Informou que se trata de uma área de oito mil hectares, com mais de dez mil árvores plantadas de mais de 248 espécies. A comunidade possui uma análise feita pela Universidade Católica de Brasília que atesta 98% de pureza das águas que estão sendo preservadas e a região participa do programa Adote uma Nascente. O Deputado Roney Nemer sugeriu a Sra. Rachel Reichert que o pedido fosse protocolado na Comissão e chamou para compor a Mesa o Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Ele esclareceu sobre o processo de tramitação do projeto de lei do PDOT, que foi enviado em 2011 à Câmara, foi retirado e, depois, voltou para a Câmara Legislativa sem o regime de urgência. Os três relatores das Comissões – o Deputado Cláudio Abrantes pela Comissão de Assuntos Fundiários; o Deputado Roney Nemer, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; e o Deputado Chico Leite, pela Comissão de Constituição e Justiça – decidiram dar urgência ao tema por entenderem que precisavam avançar e dar uma resposta rápida. O Deputado Cláudio Abrantes reforçou a importância de os documentos serem protocolados nas Comissões que estão tratando do PDOT. O Deputado Roney Nemer agradeceu a presença do Sr. Hamilton Alves da Cunha, Administrador Regional de Sobradinho II, e, em seguida, leu as frases das faixas presentes no auditório: "Senhores Deputados, há vinte anos, os moradores do Morro Azul, São Sebastião, pedem socorro. "Chácaras Vila Planalto não fazem o tombamento." "A Vila Planalto apoia os chacareiros." "Os moradores da Horta Comunitária de Planaltina, há oitenta anos, lutando por uma definição fundiária." "Horta Comunitária de Planaltina e Vila Burtis – parceria do meio ambiente. Senhores Deputados, orem com carinho para a nossa comunidade." "Deputados, a Quadra 12 pode socorrer há mais de vinte anos. Cadê a mudança? Estamos esperando." "Senhores Deputados, a Quadra 12 não existe. Só na época da eleição. Queremos melhorias, os nossos direitos e suas obrigações." "Chacareiros da Vila Planalto presentes a este evento." "O Setor de Chácaras da Vila Planalto saúde e agradece o Vice-Governador Tadeu Filipezzi." "Chacareiros da Vila Planalto precisam do seu apoio." "Nossa luta, nossa força. Chacareiros da Vila Planalto." "Chacareiros da Vila Planalto presentes neste evento." "Se as árvores voltassem, vocês, políticos, lutaríamos para mantê-las de pé. Queremos continuar na roça." "O Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, de Planaltina, precisa voltar a ser área rural. Associação dos Moradores. Residencial Paraíso. Gama – DF." "Queremos regularização. Pagamos IPTU. Moradores do Conjunto KLMNO." "Chácaras Vila Planalto, há mais de cinquenta anos." "Chácaras Vila Planalto, moradores que construíram Brasília." O Deputado chamou o Sr. Moisés, representante da Secretaria de Agricultura, para compor a Mesa e passou a palavra ao Sr. Jorge dos Santos Barbosa, Vice-Presidente da Associação dos Produtores da Horta Comunitária de Planaltina – DF. Ele informou que a horta comunitária de Planaltina compõe-se de cerca de 110 famílias, e o que divide esse espaço do setor Arapoanga, de Planaltina, é uma vereda onde brotam as nascentes do córrego do Atoleiro. Leu um documento que sintetiza o trabalho desenvolvido pela comunidade, no qual consta que a associação iniciou, desde outubro de 2007, junto a diversos órgãos do GDF, em particular a Administração Regional de Planaltina, à Faculdade UnB de Planaltina, à Superintendência Regional do Ibram do DF, um processo para regularização da área. Entre as ações mencionadas, estão: melhoria dos espaços públicos, coleta seletiva, projeto de reflorestamento do Córrego do Atoleiro e participação em todos os fóruns de discussão do PDOT. Ele sugeriu a reapresentação da proposta de emenda aditiva para incluir no Mapa 7 aquela comunidade dentro da realidade de produtor de horta comunitária, de hortifrutigranjeiro. O Deputado Roney Nemer registrou a presença da Administradora de Sobradinho, Sra. Maria América Menezes Bonfim, e passou a palavra ao Sr. Valdir Calisto de Campos, Presidente da Associação dos Agropecuaristas de Sobradinho. Ele afirmou que a Terracap pede que seja retirado do PDOT o art. 284, que prorroga a validade dos contratos originais, do início de Brasília. Os moradores contestam e pedem aos Deputados que mantenham esse artigo no PDOT. Leu um documento redigido pelo grupo, em que consta que são os pioneiros convocados por JK e colonizadores do cinturão verde de Brasília, que abastecem Brasília diariamente com alimentos frescos em feiras, no comércio e na Ceasa; geram trabalho e renda; e preservam o meio ambiente. Ainda segundo o documento, não existe política pública de desenvolvimento rural; faltam boas estradas, escolas dignas, segurança e atendimento de saúde na área rural; estão há anos sendo massacrados e humilhados pelo poder da Terracap. Passou-se a palavra ao Sr. Florenço Gonçalves, presidente do bairro Bela Vista, de São Sebastião. Disse que representa o bairro Bela Vista, um local muito sofrido, com 2.500 pessoas e 29 derrubadas. Informou que houve um processo no Ministério Público, com prazo para que o Governador Arnuda pudesse avaliar se as famílias poderiam ser assentadas. Até hoje a Associação dos Moradores espera a resposta. Concedeu-se a palavra ao Sr. Gilman Teles de Menezes,

representante da Associação dos Produtores do Buritis III, Planaltina. Ele disse que não são invasores, como citado em operação da Agefis, são sessenta famílias que pedem a regularização e o direito à moradia. Pediu também que oihem para a horta comunitária dos produtores do Buritis III. Concedeu-se a palavra a Sra. Marilide Viana, representante da Diretoria da APRA – Associação dos Produtores Rurais da Agulhada, em São Sebastião. Ela informou que a Colônia Agrícola Agulhada tem uma história de luta de preservação da água. Nos últimos quatro meses, plantaram sessenta mil mudas, junto com a Fundação Banco do Brasil, Ipoema, Funatura. Mencionou a Lei nº 2.326, de criação da Colônia Agrícola Agulhada, que transformou a área de pinheiros plantada nessa comunidade, como compensação da derrubada do cerrado, em Área de Proteção Permanente. Segundo ela, a comunidade quer continuar produzindo alimentos para quem vive na cidade, pois se trata de uma região produtora de alimentos e leite. Informou também que estão restaurando o Rio São Bartolomeu num projeto da Fundação Banco do Brasil. Passou-se a palavra ao Sr. Clayton Faria Machado, Presidente do Sindhobar. Disse que o setor deve estar presente em todas as regiões administrativas, seja com restaurante rural, hotel fazenda ou área de lazer. afirmou que o Sindhobar ratifica tudo o que foi pleiteado, sem área rural não existe nada. O Deputado Roney Nemer agradeceu a presença da Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputada Arlete Sampaio, e do Administrador Regional de Planaltina, Nilvan Pereira de Vasconcelos. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Cláudio Pires, presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e membro do Conselho Distrital de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. Ele disse que acabou de receber um telefonema, informando que a Terracap está reivindicando a área de uma pessoa que está há mais de 30 anos atrás da UnB, uma pessoa que produz leite, cria pequenos animais e dá aula para crianças sobre assuntos ambientais e rurais. Pediu que a Mesa intervisse. O Deputado Roney Nemer informou que pediria ao gabinete para saber a situação, mas salientou que reintegração de posse pressupõe decisão judicial, que deve ser cumprida. Em seguida, passou a palavra ao Administrador Regional de Planaltina, Sr. Nilvan Pereira de Vasconcelos. Ele falou sobre a importância da regularização, propiciada pelo PDOT, e informou que Planaltina produz 60% dos alimentos que são consumidos no Distrito Federal. No entanto, mais de 70% da cidade de Planaltina não tem o nível de legalidade. O Deputado Roney Nemer registrou a presença do Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Dr. Michel, e concedeu a palavra ao Vice-Presidente da Associação dos Chacareiros da Vila Planalto, Jardel Lopes. Ele informou que as chácaras estão lá há cerca de cinquenta anos e existem decisões judiciais que admitem e reconhecem esse tempo dos moradores. Houve irregularidades internas, alguns parcelamentos, por omissão do próprio Estado, mas a associação e seus membros sempre denunciaram esse tipo de comportamento. Disse que querem permanecer na região e o Iphan já reconheceu que a área não fere o tombamento. Mostrou-se preocupado com o PPCUB, que prevê a retomada integral da área, inclusive com a retirada do acampamento EBE. Passou-se a palavra à Sra. Nanci Ferreira, Presidente da Associação dos Chacareiros do Núcleo Rural Córrego Tamandá, que fez três observações sobre o processo de regularização da área. A primeira foi a manutenção da poligonal do Núcleo Rural Córrego Tamandá dentro do Mapa 7. A segunda se refere ao nome da área. O nome do Córrego Tamandá, no PDOT de 1997 ficou colocado erroneamente no lugar do Córrego Taquari. Então, onde se coloca hoje uma placa de Córrego Tamandá é, na verdade, o Córrego Taquari. Por fim, destacou a importância, da criação do grupo de trabalho por parte dos gestores públicos, para que o grupo de andamento ao processo de regularização e de identificação das chácaras passíveis de regularização. Passou-se a palavra ao Sr. Moisés Moura, morador da Horta Comunitária. Disse que a Horta existe desde 1980, mas que eles não têm certeza da fixação na área. A maior preocupação é com a faixa verde, onde fica a Horta Comunitária, que divide o Arapoanga do Buritis IV. São os

moradores da Horta Comunitária que mantêm a faixa verde. Por fim, disse que a Horta Comunitária de Planaltina é uma referência histórica e que é uma questão de justiça que ela seja fluada o mais breve possível. Passou-se a palavra a Sra. Magda Camarda Bernardes, Diretora da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, em Planaltina. Ela afirmou que o Núcleo Rural Córrego do Atoleiro tem, em média, 137 chácaras e sofre muito com esse PDOT, pois uma parte foi designada rural e outra parte do mesmo Núcleo foi designada urbana de uso controlado. Ela lembrou que por volta de 2001/2002, foi feito um plano de utilização, junto à Secretaria de Assuntos Fundiários, sobre o qual até hoje não há retorno. No Núcleo, existem diversas nascentes que devem ser preservadas. Disse que a comunidade está migrando para a cidade, com o risco do desemprego, e que toda a área urbana se beneficia do núcleo rural, que poderia estar muito mais ativo, se não fossem as questões relacionadas ao PDOT. O Deputado Roney Nemer prestou informação sobre a questão da reintegração de posse, levantada pelo Sr. Cláudio Pires. Trata-se do cumprimento de decisão judicial. O Deputado agradeceu a presença do Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure, e concedeu a palavra à Deputada Arlete Sampaio, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Ela disse que houve uma participação muito ativa na Lei Complementar nº 17, PDOT de 1997, e um dos pontos positivos debatidos, à época, com a comunidade foi a configuração de diversas áreas como "Áreas Rurais Remanescentes". No Plano Diretor de Ordenamento Territorial, Lei Complementar nº 803, de 2009, percebeu-se que ele foi concebido sob a égide da especulação imobiliária. O principal ataque sobreviu sobre as áreas rurais, quase todas transformadas em áreas de expansão urbana. Sugeriu aos demais Deputados presentes um pacto com o Governo para tentar deter a especulação imobiliária, sobretudo nas áreas rurais, buscando soluções intermediárias, até que se possa rever o Plano em 2014. A palavra foi concedida ao Deputado Wasny de Roure. Ele comentou sobre a realidade como a do Lago Oeste, de extrema vulnerabilidade, que precisa preservar as características rurais pela natureza de capilaridade que o solo precisa ter nas recargas às várias questões ambientais que estão circunscritas. Ao mesmo tempo, existe a própria atividade econômica de que as famílias residentes necessitam para a sobrevivência. Comentou que, no caso do PDOT, a Câmara Legislativa vai trabalhar, mas não tem 100% de liberdade, pois o entendimento do Ministério Público foi vetar as emendas alvos de arguição de inconstitucionalidade, o que foi acolhido pelo Tribunal de Justiça. O Deputado Roney Nemer informou que o Diretor Técnico da Terracap ficou e conseguiu convencer o oficial de justiça a suspender a operação junto ao produtor rural. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Francisco de Assis da Silva, Presidente da Associação dos Moradores do Morro da Cruz. Ele afirmou que a Terracap é a maior grileira de Brasília e que a fiscalização não funciona mais. Segundo ele, existe um problema muito sério em São Sebastião, grileiros invadiram a área de produtores rurais. O Deputado Roney Nemer disse que discorda completamente do que foi dito e que se orgulha de ser do quadro da Agefis, servidor concursado. Se não fosse a Agefis, a situação estaria muito pior. Disse que as pessoas teimam em construir sem ir à Administração e pedir o alvará. Existem pessoas que trabalham no campo, mas outras invadem, fingindo ser produtor rural, para valorizar o terreno e depois vender ou parcelar em lotes. afirmou que é necessário separar o joio do trigo. O Deputado defendeu a função de fiscalização, mas sugeriu que, se alguns fiscais cometem equívocos, abusos, deve-se denunciá-los. Concedeu-se a palavra ao Sr. Rubens Bartholo, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte. Ele disse que a principal preocupação dos conselhos de desenvolvimento rural, os oito regionais, é o resgate da cidadania dos pequenos produtores, que estão na borda das cidades e sofrem mais diretamente a pressão do capital especulativo. afirmou que se luta pela manutenção das poligonais como garantia jurídica. Concedeu-se a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Dr. Michel. Ele disse que o verbo tem que mudar: em vez de votar em quem vai regularizar, as pessoas devem votar em quem regularizou. afirmou que está na hora de receber a o título das terras, seja concessão de uso ou escritura. Precisa-se unir em torno da questão da Vila Planalto; do Córrego do Atoleiro, em Planaltina; da Horta Comunitária; de Sobradinho. Passou-se a palavra ao Sr. Cláudio Pires, membro do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ele agradeceu o apoio para salvaguardar a de uma pessoa

que estava sendo despejada. afirmou que a defesa da área rural e ambiental deve ser feita mais pela cidade do que pelo próprio campo. Houve um sufocamento das áreas rurais, onde existe um interesse de capital especulativo e, nas nascentes, se colocam soladas com mais de dez metros, que vem acontecendo em Samambaia, São Sebastião e Planaltina, sem nenhuma participação do Ibmam. Concedeu-se a palavra a Sra. Sirlene Matta, Diretora da Associação das Mulheres de Sobradinho II. Ela mora na Chácara Buritis, em Sobradinho II, e gostaria de saber como vai ficar a região no PDOT, se vai ser regularizada, porque existe um problema ambiental sério na Rua 8. A rua está dentro de uma área de proteção ambiental e o esgoto está sendo jogado no rio que passa dentro do Parque Canela das Emas. Passou-se a palavra a Sra. Maria Compaixão, Presidente da Associação de Moradores do Residencial Paraíso, Gama-DF. Ela

informou que o Residencial Mansões Paraíso situa-se na área de regularização específica, Arine, Ponte Alta Norte do Gama, que se encontra em processo de regularização, e gostaria de saber da Terracap como vai ficar a comunidade na área da poligonal traçada. Passou-se a palavra ao Sr. Estevão Reis, representante de Sobradinho II. Disse que a preocupação é a questão da poligonal, que foi discutida na conferência das cidades, mas voltou para a estaca zero. Segundo ele, as comunidades de Vila Rabelo e Buritizinho sofrem sem a infraestrutura necessária para ter qualidade de vida. Relatou que a Deputada Ceina Leão mandou recurso público para o salão comunitário e o recurso voltou, porque se alega que não há regularização da região. O que se quer é que o povo de Sobradinho II tenha seus equipamentos públicos, tenha sua situação fundiária resolvida, para que chegue infraestrutura para a Chácara Buritis e para o Buritizinho, que está na miséria. O Deputado Roney Nemer comentou que, se o Administrador está devolvendo verba porque não está conseguindo investir, deve-se olhar com cuidado a equipe técnica dele. Mesmo sem parcelamento, faz-se um pedido à Sedhab, faz-se o parcelamento, cria-se o lote e o dñheiro é investido. Concedeu-se a palavra ao Sr. Moisés, da Secretaria de Agricultura. Ele comentou sobre diversas áreas que, no PDOT de 2009, foram transformadas em áreas urbanas, mas não havia argumentação técnica para justificar a transformação das áreas rurais em urbanas. Foi discutida a situação com a Sedhab e se propôs que retornassem à condição de rural, que consta no PLC. afirmou que a regularização das áreas rurais é uma determinação do Governador Agnelo. A Lei nº 12.024 assegurou a todos os ocupantes de áreas rurais que nelas estejam desde agosto de 2004 e que tenham ocupação agrícola a possibilidade de regularizar a ocupação diretamente em seu nome. Também mencionou o Decreto nº 31.084, e Portaria nº 25, da Secretaria de Agricultura; e Resolução nº 224, da Terracap. Com esses instrumentos jurídicos, é possível fazer a regularização dessas áreas rurais. Entre outros critérios, a área rural deve ter, no mínimo, dois hectares. O PDOT de 2009 criou uma figura chamada área com características rurais no meio urbano, mas o mesmo PDOT limitou e definiu os poligonais dessas áreas que ele entendeu que eram áreas com características rurais, que são as do Anexo VII. A Secretaria de Agricultura e a Sedhab propuseram a seguinte solução: se permanecerem na área urbana, e comprovada a característica rural, haverá um grupo de trabalho que vai assegurar e atestar essa condição de característica rural, e aí proceder à regularização. A regularização da ocupação rural pode ser feita mediante escritura e a Terracap está trabalhando em outra regularização, que é fundiária, em que a Terracap está georeferenciando todas as áreas públicas. A regularização não necessariamente tem que ser pela escritura, também poderá ser via contrato de concessão de direito real de uso. Informou que a Secretaria de Agricultura está realizando as caravanas da regularização rural, em que há uma equipe da Secretaria para receber a documentação e iniciar o processo de regularização. O site de internet da Secretaria - www.agricultura.df.gov.br - disponibiliza o calendário das caravanas. Passou-se a palavra ao Segundo Secretário da Câmara Legislativa, Deputado Aylton Gomes. Ele disse que o tema regularização é antigo e que as pessoas vêm sofrendo há muitos anos. Reiterou o compromisso dele nessa luta, a regularização do Distrito Federal. Como administrador público, sofreu para poder levar equipamento público para uma cidade com áreas irregulares. Concedeu-se a palavra a Sra. Rejane Jung, representante da Sedhab. Ela comentou sobre as áreas com características rurais situadas em área urbana, situação encontrada nas hortas comunitárias de Planaltina, Atoleiro e

Buritis III. Tais situações serão analisadas pelo grupo de trabalho a ser insituído. Disse que não entendeu bem quais são as reivindicações da Associação dos Chacareiros de Manga Larga, mas afirmou que o local está em área rural. Com relação à Bela Vista, ao Morro da Cruz e à Vila do Boi, em São Sebastião, são áreas que fazem parte da poligonal da área urbana de São Sebastião, e, portanto, se encontram em processo de regularização, realizado pela Terracap junto com a Codhab, pois se trata de área de interesse social. Em relação às Mansões Paraíso, no Gama, caso a ocupação seja anterior a 2007, existe a possibilidade de se fazer um ajuste dessa poligonal e inserir grupos que eventualmente tenham ficado fora. Esclareceu que o que o Plano Diretor de 2009 fez foi avaliar as áreas que mantinham características rurais, em especial quanto à dimensão do lote, e transformá-las em urbanas, e aquelas que não mantinham a dimensão de lote de dois hectares tiveram de ser mantidas urbanas, mas foi aplicada a possibilidade de se estabelecer o contrato específico de uso rural sobre zona urbana. Com relação à Vila Planalto, disse que as chamadas chácaras da Vila Planalto se localizam em uma área de tutela do Palácio Presidencial e da própria Vila Planalto. São bens tombados que requerem uma área de tutela, a qual não é passível de ocupação. A análise vai depender da avaliação do Iphan. Concedeu-se a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. Ele comentou sobre a preocupação recorrente com as áreas rurais. Existem áreas com as quais se deve ter cuidado especial, como a Horta Comunitária, e se precisa fazer com que aconteça de uma forma definitiva. Também comentou sobre a importância da agricultura familiar. Disse que o Projeto de Lei Complementar nº 130 cuidava das poligonais das cidades, mas o projeto foi retirado. A conversa com o Secretário Magela é que a discussão sobre as poligonais virá para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, de novo, com a LUOS. Haverá uma lei complementar específica para discutir as poligonais. O Deputado Roney Nemer fez algumas considerações. Esclareceu que, mesmo que algumas áreas sejam consideradas expansão urbana, há um instrumento legal que pode regularizar áreas rurais dentro da área urbana. O fato de definir que passou de área rural para urbana não significa que as pessoas não vão poder ter a titularização da terra. A diferença é quem estiver em área rural inserida na malha urbana não vão poder comprar, vai ter que fazer uma renovação. Mas aquelas pessoas que estiverem em área rural com certa distância da área urbana vão poder fazer a compra direta. O Deputado afirmou discordar disso, mas essa é a posição do Governo. Informou que Governo mandou o PDOT à Câmara e esta é a última audiência pública. Depois, as equipes da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, juntamente com a Comissão de Assuntos Fundiários e com a Comissão de Constituição e Justiça, vão elaborar um documento técnico, composto de todas as demandas apresentadas nas quatro audiências públicas, que será distribuído aos 24 Deputados. Então, o Projeto irá ao Plenário. Alertou que se deve ter cuidado para não inserir coisas novas no PDOT e disse que se tentará uma redação para que o Anexo VII possa ser validado e para que sejam inseridas no grupo de trabalho outras áreas, como Horta Comunitária, Córrego do Atoleiro, Capoeira do Balsamo e outras áreas ainda não contempladas e que tenham vocação rural. Sobre o art. 284, disse ser necessária uma reunião para tratar do assunto na Secretaria de Agricultura. Ao final, reafirmou o compromisso de fazer o possível, sem ferir a constitucionalidade. O que não puder ser tratado no PDOT, como as poligonais, haverá um projeto paralelo. O que não der para ser inserido na atualização do PDOT vai-se trabalhar junto ao Governo, para que trate em lei específica e contemple todo o segmento da sociedade. O Deputado Roney Nemer agradeceu a presença de todos e a audiência pública foi encerrada às doze horas e dezoito minutos. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Roney Nemer

Presidente – CDESECTMAT

Declarações

MINISTÉRIO DA FAZENDA **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL **EXERCÍCIO 2012**
Ano-Calendário 2011

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 183.213.831-04	Nome do declarante AGACIEL DA SILVA MAIA	Telefone (61) 33645003
Endereço SETOR SHS QL	Número 06	Complemento CONJ. 07, CASA 20
Bairro/Distrito LAGO SUL	CEP 71620-075	Município BRASILIA
		UF DF

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	232.892,26
IMPOSTO DEVIDO	50.637,82
IMPOSTO A RESTITUIR	238,57
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR	
GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00
RESTITUIÇÃO	
CÓDIGO DO BANCO	104
AGÊNCIA BANCÁRIA	1386
CONTA PARA CRÉDITO	120458-0

Declaração recebida via Internet JV
 pelo Agente Recepção SERPRO
 em 18/04/2012 às 15:21:23
 2164014984

NOME: AGACIEL DA SILVA MAIA **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
CPF: 183.213.831-04 **EXERCÍCIO 2012** **Ano-Calendário 2011**
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
CPF: 183.213.831-04 **Nome:** AGACIEL DA SILVA MAIA
Data de Nascimento: 21/07/1958 **Título Eleitoral:** 0000218158054
Nome mudança de endereço? Não
Endereço: Setor SHS QL **Número:** 06
Complemento: CONJ. 07, CASA 20 **Bairro/Distrito:** LAGO SUL
Município: Brasília **UF:** DF
CEP: 71620-075 **DDD/Telefone:** 61 33645003
Natureza da Ocupação: 21 - Membro ou servidor público da administração direta federal
Ocupação Principal: 105 Dirigente superior da administração pública (ocupante de cargo de direção, chefe, assessoria e de natureza especial), inclusive os das instituições públicas e autarquias
Tipo de declaração selecionada: Declaração de Ajuste Anual Original
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2011: 396600814275

DEPENDENTES	CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
	31	ANUNCIADA CECILIA DA SILVA MAIA	08/09/1927	241.523.624-68
TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES				1.609,04

ALIMENTANDOS
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR						
NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREV. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	
SENADO FEDERAL	00.530.279/0001-15	0,00	0,00	137,45	0,00	
CAMARA LEGISLATIVA DO DF	28.983.645/0001-13	258.892,26	35.274,36	50.736,94	0,00	
TOTAL		258.892,26	35.274,36	50.874,39	0,00	

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES
 Sem informações

NOME: AGACIEL DA SILVA MAIA **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
CPF: 183.213.831-04 **EXERCÍCIO 2012** **Ano-Calendário 2011**
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS		(Valores em Reais)
Doações de excludo e pesquisa		0,00
Capital das apólices de seguro ou prêmio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e prêmio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente		0,00
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS		0,00
Lucro na alienação de bens e/ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel; lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; redução do ganho de capital		0,00
Lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes		0,00
Parcela isenta de proveniência de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarantes com 65 anos ou mais		0,00
Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço		0,00
Rendimentos de cadernetas de poupança e letras hipotecárias		61.418,81
Rendimentos de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples, exceto por letras, apólices e seguros prestados		0,00
Transferências patrimoniais - doações, heranças, meações e dissolução da sociedade conjugal ou da unidade familiar		0,00
Parcela isenta correspondente à atividade rural		0,00
Imposto sobre a renda de ano-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário		0,00
75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de instituições ou repartições do Governo Brasileiro atuando no exterior, convertidos em reais		0,00
Incorporação de reservas ao capital / Beneficiações em ações		0,00
Outros: DIARIAS DE VIAGEM E AJUDA DE CUSTO, JURIS URV, ALIC. ALIMENTA		73.241,52
Demais rendimentos isentos e não tributáveis dos dependentes		0,00
TOTAL		154.858,33

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA		(Valores em Reais)
13º salário		0,00
Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos		0,00
Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira		0,00
Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie		0,00
Ganhos líquidos em renda variável (bolsa de valores, de mercados, de futuros e assealhados e fundos de investimento imobiliário)		0,00
Rendimentos de aplicações financeiras		231.400,65
Rendimentos recebidos acumuladamente		1.855,74
Outros rendimentos recebidos pelo Titular		0,00
13º salário recebido pelos dependentes		0,00
Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes		0,00
Outros rendimentos recebidos pelos dependentes		0,00
TOTAL		233.256,39

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)
 Sem informações

NOME: AGACIEL DA SILVA MAIA **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
CPF: 183.213.831-04 **EXERCÍCIO 2012** **Ano-Calendário 2011**
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR					
NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	RENDIMENTOS RECEBIDOS	CONTR. PREV. OFICIAL	PENSAO ALIMENTÍCIA	IMPOSTO RETIDO NA FONTE
SENADO FEDERAL	00.530.279/0001-15	2.068,84	213,10	0,00	0,00
OPÇÃO TRIBUTAÇÃO: Exclusiva DATA RECEBIMENTO: 30/11/2011 NÚM. MESES: 5,0 IMP. DEVIDO PRL: 0,00					
TOTAL		2.068,84	213,10	0,00	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES
 Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO					
(Valores em Reais)					
Imposto complementar:		0,00			
Imposto pago no exterior:		0,00			
Imposto devido com os rendimentos no exterior:		0,00			
Imposto devido sem os rendimentos no exterior:		0,00			
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (linha legal):		0,00			
Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004):		0,00			
Imposto retido na fonte do titular		50.874,39			
Imposto retido na fonte dos dependentes		0,00			
Camê-Leão do titular		0,00			
Camê-Leão dos dependentes		0,00			

PAGAMENTOS E DOAÇÕES EFETUADOS
 Sem informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS (Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
2	CASA Nº 1772, DA RUA PROF. BILAC DE FARIA, CIDADE JARDIM NATALINA, ADO. ADJUNTES DE CASTRO, POR R\$ 29.000,00. REFORMADA E AMPLIADA EM 1924Z, SUST. DE PISOS, REVESTIMENTOS, TELHADO, COM GASTOS EM 1999 NO VALOR DE R\$ 65.954,00. IMÓVEL UTILIZADO COMO VERANEIO 105 - Brasil	95.182,80	95.182,80

1	CASA 20, DA SHS-OL 06, CONJ. 07, BSO-DF, COM 1.087,5M2, C/ 5 DORMIT, 3 SALAS, GARAGEM, DCE, EDF. EM LOTE ADQ.EM SET/ 88, POR R\$ 150.000,00. DURA BOMBA EM 1989. SEQUENCIA DA CONST. COM A CONCLUSÃO DE BANHEIROS, ACAB. EM GESSO, EXEC. DO PROJ. DE PAISAGISMO, COM GASTOS ATÉ O ANO 2000, NO VALOR DE R\$ 647.900,00 (ESTE LANÇAMENTO CONSTAVA DO ITEM 18), CONSTR. DE ÁREA DE LAZER COM 733M2, COM PISCINA E SPA DE HIDROMASSAGEM, EM CONCRETO E REVEST. CERÂMICO, COM GASTOS NO VALOR R\$ 94.500,00. TOTAL 912.460,00 105 - Brasil	912.460,00	912.460,00
---	--	------------	------------

NOME: AGACIEL DA SILVA MAIA		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: 183.213.831-04		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS			
(Valores em Reais)			
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
41	BANCO DO BRASIL S/A - CONTA NR. 257.908-6 105 - Brasil	13.360,42	14.362,47
41	CEF - AG. 1386-2, CONTA NO 620.172-2 E 627.500-4 105 - Brasil	745.851,04	1.202.092,23
45	CEF, AG. 1386, CONTA-CORRENTE NO 120.459-0 105 - Brasil	1.771.005,25	2.021.612,79
81	CEF, AG. 1386, CONTA NO 120.458-0 105 - Brasil	3.713,51	895,48
13	FRACAO DO SÍMIO DENOMINADO BOM LUGAR, NO MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ/PE, COM 183HA, ADQUIRIDO DE HAMLET DE ALMEIDA TARDINO, CPF 006.523.094-72 CONF. REGISTRADO NO CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO DA CIDADE DE BREJO DO CRUZ/PE, LIVRO 133, FLS. 175, POR R\$ 50.000,00, EM 04.08.09. 105 - Brasil	50.000,00	50.000,00
12	CASA NA RUA DUQUE DE CAXIAS, S/N, EM JARDIM DE PIRANHAS/RN, CONSTRUÍDA EM ALVENARIA, COBERTO COM TELHAS COMUNS, EM LOTE DE 139M2, ADQUIRIDO DE ZENAIDE MAIA CALADO PEREIRA DOS SANTOS, CPF 123.523.834-18, POR R\$ 30.000,00, CONF. REGISTRADO NO CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO DE NOTAS DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, SOB NO 49, FLS. 23 E 24, EM 2006 105 - Brasil	30.000,00	30.000,00
13	PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA BOM DESCANSO, NO MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ/PE, ADQUIRIDO DE ODILIO FERNANDES MAIA, CPF 203.919.514-91 E SUA ESPOSA, COM 254,57M2, CONSTITUÍDA TERRENOS DE TABULEIROS, BENEFETORAS DE 2 CASAS EM ALVENARIA/JM ACADE DE PARCELA, POR R\$ 50.000,00, CONF. ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS, EMITIDA PELO CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO DE BREJO DO CRUZ/PE, LIVRO 128, FLS. 081/VERSO, EM 24.07.09. 105 - Brasil	50.000,00	50.000,00
74	CEF - AG. 1386, CONTA 120.459-0 105 - Brasil	158.161,64	0,00

NOME: AGACIEL DA SILVA MAIA		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: 183.213.831-04		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS			
(Valores em Reais)			
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
19	PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA POÇO DA CRUZ, COMPREENDENDO COCO D'ÁGUA, NO MUN. DE BREJO DO CRUZ/RN, COM 564,7737HA, ADQUIRIDA DO ESPÓLIO DE SEVERINO DA COSTA, REPRESENTADO MARIA GILZA DA NOBREGA BEZERRA E OUTROS HERDEIROS LEGAIS, POR R\$ 340.836,74, EM 27.02.10, CONF. ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS, LAVRADA AS FLS. 88/99, DO LIVRO NO 128 10º TRANSLADO, DO CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRADO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, DO MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ/RN 105 - Brasil	340.836,74	340.836,74
45	BRB - APLICAÇÃO DE RENDA FIXA 105 - Brasil	0,00	203.900,82
41	CEF - LETRA DE CREDITO IMOBILIARIO 105 - Brasil	119.000,00	0,00
TOTAL		4.293.551,50	4.921.323,13

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS
Sem informações

INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE

CPF do cônjuge: 107.816.754-34

Base de cálculo	335.266,63
Total do imposto pago	87.238,34
Rendimentos isentos e não tributáveis	30.865,06
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva / definitiva	33.413,22
Rendimentos recebidos de PJ (cujo imposto está com exigibilidade suspensa)	0,00
RESULTADO	212.448,57

ESPÓLIO
Sem informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS
Sem informações

NOME: AGACIEL DA SILVA MAIA		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: 183.213.831-04		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
RESUMO			
RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS			
Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular		252.892,28	
Recebidos de Pessoa Jurídica pelas dependentes		0,00	
Recebidos de Pessoa Física/Estorior pelo titular		0,00	
Recebidos de Pessoa Física/Estorior pelas dependentes		0,00	
Recebidos acumuladamente pelo titular		0,00	
Recebidos acumuladamente pelas dependentes		0,00	
Rendimento tributável da Atividade Rural		0,00	
TOTAL		252.892,28	
DEDUÇÕES			
Contribuição à previdência oficial		35.274,38	
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)		0,00	
Contribuição à previdência complementar e FAP		0,00	
Dependentes		1.886,54	
Despesas com instrução		0,00	
Despesas médicas		0,00	
Pensão alimentícia judicial		0,00	
Pensão alimentícia por escritura pública		0,00	
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)		0,00	
Livro casa		0,00	
TOTAL		37.164,90	
IMPOSTO DEVIDO		215.727,38	
Base de cálculo do imposto	215.727,38	IMPOSTO A RESTITUIR	226,83
Imposto devido	50.637,82	SALDO DE IMPOSTO A PAGAR	0,00
Dedução do imposto	0,00	PARCELAMENTO	
Imposto devido I	50.637,82	Valor de quota	0,00
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00	Número de Quotas	0
Imposto devido II	50.637,82		
Imposto devido PPA	0,00		
Total do imposto devido	60.637,82		
IMPOSTO PAGO		INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	
Imposto retido na fonte do titular	50.674,28		
Imp. retido na fonte das dependentes	0,00	Banco	184
Camê-Letras do titular	0,00	Agrafe (sem DV)	1386
Camê-Letras das dependentes	0,00	Conta por crédito	120459 0
Imposto complementar	0,00		
Imposto pago no exterior	0,00		
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.633/2004)	0,00		
Imposto retido PPA	0,00		
Total do imposto pago	50.674,28		
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL			
Bens e direitos em 31/12/2010		4.293.551,50	
Bens e direitos em 31/12/2011		4.921.323,13	
Dívidas e ônus reais em 31/12/2010		0,00	
Dívidas e ônus reais em 31/12/2011		0,00	
Informações do cônjuge		212.448,57	
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Rendimentos isentos e não tributáveis		154.666,33	
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva		233.256,28	
Rendimentos tributáveis - cujo imposto está com exigibilidade suspensa		0,00	
Despesas jurídicas do imposto		0,00	
Imposto pago sobre Ganhos de Capital		0,00	
Imposto pago Ganhos de Capital - Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras		0,00	
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.633/2004), conforme dados informados pelo contribuinte		0,00	
Imposto pago sobre Rendimentos Variáveis		0,00	
Despesas e Pro. Penas, Cautelas Fiscais e Cauteladas		0,00	
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie		0,00	
OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO: Utilizar as deduções legais			

MINISTÉRIO DA FAZENDA **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL **EXERCÍCIO 2012**
Ano-Calendário 2011

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS
 DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante	Telefone
297.313.721-72	FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS	(81) 33770978
Endereço	Número	Complemento
QUADRA QNP 16 CONJUNTO E CASA 29	29	SETOR P SUL
Bairro/Cidade	CEP	Município
CELANDIA	72231-805	BRASILIA
(Valores em Reais)		
TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	333.613,51	
IMPOSTO DEVIDO	78.829,46	
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00	
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	5.543,52	
IMPOSTO A PAGAR	0,00	
GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00	
PARCELAMENTO (Vencimento de 1ª quota em 30/04/2012)	0	
NÚMERO DE QUOTAS	0	
VALOR DA QUOTA	682,94	
DÉBITO AUTOMÁTICO AUTORIZADO PELO DECLARANTE (a partir da 2ª quota)	070	
CÓDIGO DO BANCO	0218	
AGÊNCIA BANCÁRIA	002812-2	

Declaração recebida via Internet JV
 pelo Agente Receptor SERPRO
 em 27/04/2012 às 16:34:21
 0283019271

09.05.12

NOME: FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS
 CPF: 297.313.721-72
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL
 IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
 EXERCÍCIO 2012 Ano-Calendário 2011

CPF: 297.313.721-72 Nome: FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS
 Data de Nascimento: 06/09/1954 Título Eleitoral: 0005221582070
 Houve mudança de endereço? Não
 Endereço: Quadra QNP 18 CONJUNTO E CASA 29 Número: 29
 Complemento: SETOR P SUL Bairro/Distrito: CEILÂNDIA
 Município: Brasília UF: DF
 CEP: 72231-805 ODD/Telefone: 81 33770678
 Natureza da Ocupação: 01 - Empregado de empresa do setor privado, exceto de Instituições financeiras
 Ocupação Principal: 000 Outras ocupações não especificadas anteriormente
 Tipo de declaração selecionada: Declaração de Ajuste Anual Original
 Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2011: 120182126571

CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
22	LEILA MORAIS DOS SANTOS	05/04/1968	724.843.571-58

TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES 1.863,84

ALIMENTAÇÕES

SEM INFORMAÇÕES

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO
CAMARA DOS DEPUTADOS	00.530.352/0001-59	80.721,25	4.007,63	11.474,18	0,00
CAMARA LEGISLATIVA DO DF	26.963.645/0001-13	232.692,26	4.871,70	58.811,78	0,00
TOTAL		333.613,51	8.879,33	71.065,96	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

SEM INFORMAÇÕES

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

SEM INFORMAÇÕES

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

SEM INFORMAÇÕES

SEM INFORMAÇÕES

NOME: FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS
 CPF: 297.313.721-72
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL
 RESUMO

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
 EXERCÍCIO 2012 Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS
 Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular 333.613,51
 Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes 0,00
 Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular 0,00
 Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes 0,00
 Recebidos acumuladamente pelo titular 0,00
 Recebidos acumuladamente pelos dependentes 0,00
 Resultado tributável de Atividade Rural 0,00
 TOTAL 333.613,51

DEDUÇÕES
 Contribuição à previdência oficial 8.879,33
 Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente) 0,00
 Contribuição à previdência complementar a FAP 0,00
 Dependentes 1.863,84
 Despesas com educação 0,00
 Despesas médicas 12.601,14
 Pensão alimentícia judicial 0,00
 Pensão alimentícia por escritura pública 0,00
 Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente) 0,00
 Livros de taxa 0,00
 TOTAL 23.370,11

IMPOSTO DEVIDO 310.243,40
 Base de cálculo do imposto 310.243,40
 Imposto devido 78.623,48
 Dedução de imposto 0,00
 Imposto devido I 78.623,48
 Contribuição Prev. Empregador Doméstico 0,00
 Imposto devido II 78.623,48
 Imposto devido RRA 0,00
 Total do imposto devido 78.623,48

IMPOSTO PAGADO 71.065,96
 Imposto retido na fonte do titular 71.065,96
 Imp. retido na fonte dos dependentes 0,00
 Carnê-Lêdo do titular 0,00
 Carnê-Lêdo dos dependentes 0,00
 Imposto complementar 0,00
 Imposto pago no exterior 0,00
 Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004) 0,00
 Imposto retido RRA 0,00

TOTAL DO IMPOSTO PAGO 71.065,96

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL
 Bens e direitos em 31/12/2010 156.172,86
 Bens e direitos em 31/12/2011 177.206,56
 Dívidas e ônus reais em 31/12/2010 0,00
 Dívidas e ônus reais em 31/12/2011 0,00
 Informações do cônjuge 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES
 Rendimentos isentos e não tributáveis 48.348,80
 Rendimentos isentos à tributação exclusiva/diferida 0,00
 Rendimentos tributáveis - cujo imposto está com exigibilidade suspensa 0,00
 Depósitos judiciais do imposto 0,00
 Imposto pago sobre Ganhos de Capital 0,00
 Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras 0,00
 Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte 0,00
 Imposto pago sobre Planilha Variável 0,00
 Dívidas e Ônus Reais em 31/12/2011 0,00
 Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie 0,00
 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO: Utilizando as deduções legais

NOME: FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS
 CPF: 297.313.721-72
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL
 IMPOSTO PAGO / RETIDO (Valores em Reais)

Imposto complementar: 0,00
 Imposto pago no exterior: 0,00
 Imposto devido com os rendimentos no exterior: 0,00
 Imposto devido sem os rendimentos no exterior: 0,00
 Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal): 0,00
 Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004): 0,00
 Imposto retido na fonte do titular 71.065,96
 Carnê-Lêdo do titular 0,00
 Carnê-Lêdo dos dependentes 0,00

PAGAMENTOS E DOAÇÕES EFETUADOS (Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	NIT EMPREGADO DOMÉSTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
25	FASCAL	37.115.557/0001-88		12.596,24	0,00
21	LABORATORIO SABIN DE ANALISE CLINICAS LTDA	00.718.526/0001-09		4,90	0,00

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS (Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2010	SITUAÇÃO EM 31/12/2011
12	IMÓVEL RESIDENCIAL SITO A QNP 18 CONJ. E CASA 18 - P SUL, CEILÂNDIA/DF, QUITADO, ADQUIRIDO EM 1998, 105 - Brasil	80.000,00	80.000,00
21	VW/SANTANA 2003/2004, ADQUIRIDO EM NOVEMBRO DE 2004. QUITADO, 105 - Brasil	36.000,00	36.000,00
21	FIAT/PALJO ELX 2006/2006, ADQUIRIDO EM 02/2006, QUITADO, 105 - Brasil	19.172,00	19.172,00
11	KIT 327 DO EMPREENDIMENTO MERANTE DO PARQUE, ADQUIRIDO DA CHSH, QUITADO, 105 - Brasil	23.000,00	23.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
 EXERCÍCIO 2012
 Ano-Calendário 2011

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS
 DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 862.112.891-18	Nome do declarante ISRAEL MATOS BATISTA	Tabela (R\$) 61460700
Endereço CONDOMÍNIO RUA E CMAJARA N 167	Número 167	Complemento 167
Bairro/Cidade VICENTE PINES	CEP 72110-000	Município BRASÍLIA
		UF DF

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS 333.613,51

IMPOSTO DEVIDO 310.243,40

IMPOSTO A RESTITUIR 8.112,10

SALDO DO IMPOSTO A PAGAR 0,00

IMPOSTO A PAGAR DANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE 0,00

RESTITUIÇÃO

CÓDIGO DO BANCO 070

AGÊNCIA BANCÁRIA 0010

CONTA PARA CRÉDITO 000003-7

Declaração recebida via Internet IV
 pelo Agente Receitor EGRPRO
 em 25/05/2012 às 14:05:04
 0231142378

NOME: Israel Meles Buitan
CPF: 063.113.861-18
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL
EXERCÍCIO 2012
Ano-Calendário 2011

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
CPF: 063.113.861-18 **Nome:** Israel Meles Buitan
Data de Nascimento: 02/05/1963 **Telefone Celular:** 916436448078
Horas extras de trabalho? Sim
Endereço: Condomínio NIA 4 CHACARA N 167 **Número:** 167
Complemento: 167 **Bairro/Cidade:** VICENTE PINES
Município: Brasília **UF:** DF
CEP: 72110-800 **DDD/Voltagem:** 51 61446768
Matrícula de Ocupação: 01 - Assessor no servidor público da administração direta, autarquia e do Distrito Federal
Ocupação Padrão: 163 - Membro do Poder Legislativo (Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador)
Tipo de declaração solicitada: Declaração de Ajuste Anual Original
Nº de recibo da última declaração entregue ao mercado de 2011: 356823482068

DEPENDENTES		
CODIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
11	ANA PAULA FROUFEIRO	12/01/1943

TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES
1.249,54

ALIMENTAÇÕES

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	CPF/CNPJ	RENDO. RECEBIDOS DE PESS. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OBRIG.	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO
Câmara Legislativa do Distrito Federal	08.063.8450001-13	253.682,26	4.671,70	38.611,78	0,00
TOTAL		253.682,26	4.671,70	38.611,78	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

RENDIMENTOS DIVERSOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

NOME: Israel Meles Buitan
CPF: 063.113.861-18
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL
EXERCÍCIO 2012
Ano-Calendário 2011

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS
 Rendimentos de Pessoa Jurídica pelo titular 253.682,26
 Rendimentos de Pessoa Jurídica pelos dependentes 0,00
 Rendimentos de Pessoa Física pelo titular 0,00
 Rendimentos de Pessoa Física pelos dependentes 0,00
 Rendimentos imunitariamente pelo titular 0,00
 Rendimentos imunitariamente pelos dependentes 0,00
 Rendimentos isentados de Imposto de Renda 0,00
TOTAL: 253.682,26

DOAÇÕES
 Contribuição à previdência social 4.671,70
 Contribuição à previdência social (Planilhas mensais atualizadas) 0,00
 Contribuição à previdência complementar e FAP 0,00
 Seguros 1.249,54
 Despesas com trabalho 2.388,23
 Despesas médicas 17.482,87
 Passagem aérea/público 0,00
 Passagem aérea/por rodovias públicas 0,00
 Passagem aérea/interurbana (planilhas mensais atualizadas) 0,00
 Limf. auto. 0,00
TOTAL: 25.762,24

IMPOSTO DEVIDO

Base de cálculo do imposto	Valor	Saldo de imposto a pagar
Imposto devido	65.404,32	65.404,32
Dedução de Imposto	0,00	PARCELAMENTOS
Imposto devido I	65.404,32	Valor da quota
Contribuição Provis. Empreendedor Desempregado	0,00	Número de Quotas
Imposto devido II	65.404,32	0
Imposto devido III	0,00	
Total do imposto devido	65.404,32	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Imposto retido na fonte de Imposto de Renda, retido na fonte dos dependentes 0,00
 Contribuição do titular 0,00
 Contribuição dos dependentes 0,00
 Imposto complementar 0,00
 Imposto pago no exterior 0,00
 Imposto retido na fonte (alíq. de 11,625% sobre o lucro) 0,00
 Imposto retido IIIA 0,00
 Total do imposto pago 38.611,78

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Soma a crédito em 30/03/2010 0,00

Soma a débito em 30/03/2011 0,00

Diferença a favor em 30/03/2011 0,00

Diferença a favor em 30/03/2011 0,00

Informações de situação 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Resumo de bens e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

Rendimentos isentados e não tributáveis 0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EXERCÍCIO 2012
Ano-Calendário 2011

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante	Telefone
317.631.111-72	RONEY TANIOS NEMER	(61) 3434.1340
Endereço	Número	Complemento
AVENIDA BURITI QUADRA	201	LOTE 2
Bairro/Cidade	CEP	Município
RECANTO DAS EMAS	72600-000	BRASÍLIA
UF	DF	

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS (Valores em Reais)

252.344,42

IMPOSTO DEVIDO

65.404,32

IMPOSTO A RESTITUIR

0,00

SALDO DO IMPOSTO A PAGAR

5.677,19

IMPOSTO A PAGAR

GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE

0,00

PARCELAMENTO (Vencimento da 1ª quota em 30/04/2012)

NÚMERO DE QUOTAS

4

VALOR DA QUOTA

1.448,25

Declaração recebida via Internet JV
 pelo Agente Responsável SENPRO
 em 30/04/2012 às 05:55:19
 148407817

NOME: RONEY TANOS NEMER
 CPF: 317.831.111-72
 IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
 EXERCÍCIO 2012 Ano-Calendarário 2011
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE
 CPF: 317.831.111-72 Nome: RONEY TANOS NEMER
 Data de Nascimento: 06/02/1963 Título Eleitoral: 0206660802011
 Possui mudança de endereço? Não
 Endereço: Avenida BURITI QUADRA Número: 201
 Complemento: LOTE 2 Bairro/Distrito: RECANTO DAS EMAS
 Município: Brasília UF: DF
 CEP: 72800-000 ODD/Telefone: 61 34341340
 Natureza da Ocupação: 31 - Membro ou servidor público de administração direta estadual e do Distrito Federal
 Ocupação Principal: 214 Engenheiro, arquiteto e afins
 Tipo de declaração selecionada: Declaração de Ajuste Anual Original
 Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2011: 063818184724

DEPENDENTES
 Sem informações

ALIMENTANDOS
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	26.963.845/0001-13	252.892,24	5.179,20	58.527,13	0,00
TOTAL		252.892,24	5.179,20	58.527,13	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES
 Sem informações

NOME: RONEY TANOS NEMER
 CPF: 317.831.111-72
 IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
 EXERCÍCIO 2012 Ano-Calendarário 2011
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR (Valores em Reais)

RENDIMENTOS	DEDUÇÕES			CARNÊ-LEÃO			
	PESSOA FÍSICA	EXTERIOR	PREVIDÊNCIA OFICIAL	DEPENDENTES	PENSÃO ALIMENTÍCIA	LIVRO CADCA	DARF PAGO CÓD. 0190
Jan	3.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fev	3.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mar	3.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abr	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mai	4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jun	4.412,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jul	3.354,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ago	5.345,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Set	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nov	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dez	2.478,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	38.452,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES
 Sem informações

NOME: RONEY TANOS NEMER
 CPF: 317.831.111-72
 IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
 EXERCÍCIO 2012 Ano-Calendarário 2011
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS (Valores em Reais)

Boletim de saúde e pensões	0,00
Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro resgatado em qualquer caso e pecúlio resgatado de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente	0,00
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS	0,00
Lucro na alienação de bens ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel, lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; redução do ganho de capital	0,00
Lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes	0,00
Parcelas isentas de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarantes com 65 anos ou mais	0,00
Pensões, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente de serviço	0,00
Rendimentos de caderneta de poupança e letras hipotecárias	3.131,80
Rendimento de título do titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples, exceto pro labore, aluguel e serviços prestados	0,00
Transferências patrimoniais - doações, heranças, meações e dissolução de sociedade conjugal ou de unidade familiar	0,00
Pecúlio isento correspondente à atividade rural	0,00
Imposto sobre a renda de anos-calendarários anteriores compensado judicialmente neste ano-calendarário	0,00
75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em modo estrangeiro por servidores de autarquias ou repartições do Governo Brasileiro atuadas no exterior, convertidos em reais	0,00
Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações	0,00
Queros: DIARIAS E AJUSTOS-BENEFÍCIOS-VB INDEMNIZ	168.090,80
Demais rendimentos isentos e não tributáveis dos dependentes	0,00
TOTAL	168.222,60

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (CUJO IMPOSTO ESTÁ COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR
 Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES
 Sem informações

NOME: RONEY TANOS NEMER
 CPF: 317.831.111-72
 IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
 EXERCÍCIO 2012 Ano-Calendarário 2011
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO PAGO / RETIDO (Valores em Reais)

Imposto complementar:	0,00
Imposto pago no exterior:	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior:	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior:	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal):	0,00
Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004):	0,00
Imposto retido na fonte do titular	58.527,13
Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00

PAGAMENTOS E DOAÇÕES EFETUADOS (Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	NT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
10	JOSE EDUARDO TREVIZOLI	281.322.741-48		350,00	0,00
13	SERGIO A M BASTOS	081.974.378-00		230,00	0,00
21	DENTAL DESIGN	04.213.533/0001-62		2.850,00	0,00
21	NEURO CENTRO	08.994.361/0001-68		300,00	0,00
21	ODONTO MAIS	11.233.588/0001-78		380,00	0,00
10	DANIEL DANTAS DE MATOS	833.078.931-48		200,00	0,00
21	DIAGNOSTICOS DA AMERICA	81.486.850/0200-28		33,08	0,00
99	MODELO COM DE ART DE ARTEFATOS LTDA	08.983.134/0001-84		77,70	0,00
99	LEROY MERLIN	01.438.784/0014-11		43,51	0,00
99	COMERCIO DE MADEIRAS MAXIMA	04.638.787/0002-03		1.128,47	0,00
99	CMFEL	38.003.864/0001-37		1.151,38	0,00
99	VALDEMAR ANGELO DE SOUZA	819.737.501-94		750,00	0,00
28	GOLDEN CROSS ASSIST INT SAUDE LTDA	01.518.211/0002-64		13.317,50	0,00
99	MP/RECEITA FEDERAL	00.364.480/0180-84		1.858,10	0,00

NOME: RONEY TANOS NEMER
 CPF: 317.831.111-72
 IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
 EXERCÍCIO 2012 Ano-Calendarário 2011
 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

PAGAMENTOS E DOAÇÕES EFETUADOS (Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	NT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
99	REINALDO DA FONSECA XAVIER	382.808.801-68		20.000,00	0,00
99	NEMER INCORP E IMOBILIARIA LTDA TX ADMINISTRACAO	08.983.384/0001-88		3.845,20	0,00
99	NEMER INCORP E IMOB LTDA - APORTES FINANCEIRO	08.983.384/0001-88		32.034,71	0,00

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS (Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
12	UMA CASA SITO A OE 17, CONJUNTO G, CASA 36, GUARA II, BRASÍLIA - DF - CUITADO 105 - Brasil	250.000,00	250.000,00
13	LOTE 02, QUADRA 118, AVENIDA RECANTO DAS EMAS - DF, REFINANCIADO JUNTO A TERRACAP EM 47 PARCELAS MENSIS E SUCESSIVAS, CUITADO EM JUNHO/2004 105 - Brasil	38.766,32	38.766,32
13	LOTE 5, QUADRA 116, AV, RECANTO DAS EMAS - DF, REFINANCIADO JUNTO A TERRACAP EM 47 PARCELAS MENSIS E SUCESSIVAS, CUITADO EM JUNHO DE 2004. 105 - Brasil	27.848,55	27.848,55
02	LOTE 2, QD 201, AV. BURITI, RECANTO DAS EMAS - DF, REFINANCIADO PELA TERRACAP EM 47 PARCELAS MENSIS E SUCESSIVAS, CUITADO EM JUNHO/2004. MAIS CONSTRUÇÃO DE PREDIO COMERCIAL DE 350 M (LOJAS E SALAS), INICIADA EM 1999 E CONCLUÍDA EM 2004. 105 - Brasil	107.730,36	107.730,36
13	UM TERÇO DO LOTE 2, QN 320, CONJUNTO 4, SAMAMBAIA - DF, CUITADO, VENDIDO A SAN MATHEUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 12.582.020/0001-88, EM 07/10/2010, PELO VALOR DE R\$43.300,33. 105 - Brasil	28.374,81	0,00

NOME: RONEY TÂNIO NEMER		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: 317.831.111-72		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS			
(Valores em Reais)			
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
21	VEICULO VW, MODELO GOL BX, ANO 1986/86, PLACAS BR 1244, SUBSTITUIDAS PELAS DE NO Nº9 9838 - BRASILIA 103 - Brasil	1.000,00	1.000,00
28	04 (QUATRO) LINHAS TELEFONICAS ADQUIRIDAS EM 1986. 103 - Brasil	300,00	300,00
81	CONTA POUÇANCA NO 212 322586-1 NO BANCO DE BRASILIA. 103 - Brasil	2.350,58	119.018,25
11	1/4 (UM QUARTO) DO APARTAMENTO 804, EDIFICIO RESIDENCIAL SAO JOAO DEL REY, SITO NA CBS 10, LOTE 4, EM TAQUATINGA - DF, VENDIDO PARA RAFAELA NEMER ARRUDA, CPF Nº , POR R\$33.813,50, EM 08/08/2011. 103 - Brasil	45.378,75	0,00
02	8,3 QUOTA PARTE NA QUITAÇÃO DA DÍVIDA REFERENTE AO ESPÓLIO DE ANTONIO ELIAS NEMER, JUNTO AO BANDO DO BRASIL URSULI CNPJ 00.00.00.004329-03 NO VALOR TOTAL DE R\$ 172.000,00 PI AQUISIÇÃO DE UM PREDIO DE DOIS PAVIMENTOS NO MUNICÍPIO DE VICOSA-MG COM AREA DE 1.572,75 M. 103 - Brasil	82.000,00	82.000,00
32	QUOTAS DE CAPITAL DA ACADEMIA MDO SQUASH CLUB LOCAÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS, CNPJ 58.797.408/0001-18, ADQUIRIDAS E INTEGRALIZADAS NO CURSO DE 2003, TRANSFERIDAS 21 600 COTAS DE CAPITAL PARA MARCO MUNES DO OLIVEIRA, CNPJ 088.917.729-16 DE ACORDO COM A SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL, EM 04/03/2009. 103 - Brasil	211.200,00	211.200,00
13	50% (CINQUENTA POR CENTO) DO LOTE 12, QD 304, AV. RECANTO, NO RECANTO DAS EMAS - DF, NO VALOR TOTAL DE R\$31.100,00, FINANCIADO EM 26 MESES, ADQUIRIDO DA TERRACAP - COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA EM DEZEMBRO 2006, EM NOME DE FERNANDO VIEIRA DA SILVA, CPF 831.283.218-87, QUITADO EM 2008. 103 - Brasil	33.490,60	31.490,60
21	VEICULO MARCA GAI, MODELO BLASER, 2.8 A DIESEL, ANO 2003/2003, PLACAS J00 8060 - DF, COR PRATA, ADQUIRIDA EM MARÇO 2006, DA 704 VEICULOS, SITUAÇÃO NA QUOTE DOS AUTOMOVIS, SEM ENTRADA, PELO VALOR DE R\$63.000,00, FINANCIADA PELA HSBC FINANCEIRA, EM 36 PARCELAS DE R\$2.480,48, QUITADA EM 2008, VENDIDA A MARCIO MUNES DO AMARAL, CPF 130.891.881-04 POR R\$33.000,00. 103 - Brasil	89.008,14	0,00

NOME: RONEY TÂNIO NEMER		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: 317.831.111-72		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS			
(Valores em Reais)			
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
81	CONTA-CORRENTE BRB 103 - Brasil	0,00	23.748,00
32	5,33% CORRESPONDENTE A 1,008 QUOTAS DE CAPITAL DA FIRMA SAH MATHIUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 12.982.0250001-88. 103 - Brasil	0,00	1.058,00
17	BENFEITORIAS NA CASA SITO A DE 17 CONJ O CASA 38 GUARA II - BRASILIA-DF 103 - Brasil	0,00	8.519,08
TOTAL		1.823.463,22	1.890.311,10
DÍVIDAS E ÔNUS REAIS			
(Valores em Reais)			
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
18	TERRACAP COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA, CNPJ 00.359.877/0001-73	68.548,08	30.028,13
14	EMPRESTIMO TOMADO DE REINALDO DA FONSECA KAVIER CPF 382.808.501-68.	20.000,00	0,00
11	CHEQUE ESPECIAL CONTA SALARIO BANCO DE BRASILIA - BRB	1.872,84	0,00
TOTAL		68.220,92	30.028,13
INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE			
Sem informações			
ESPÓLIO			
Sem informações			
DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS			
Sem informações			

NOME: RONEY TÂNIO NEMER		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: 317.831.111-72		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS			
(Valores em Reais)			
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2010	31/12/2011
13	50% (CINQUENTA POR CENTO) DO LOTE Nº 29 SITO NO SETOR HOSPITALAR DO RECANTO DAS EMAS - DF, ADQUIRIDO DA TERRACAP - CIA IMOBILIARIA DE BRASILIA, EM NOME DE FERNANDO VIEIRA DA SILVA, CPF 831.283.218-87, PELO VALOR TOTAL DE R\$62.100,00, FINANCIADO EM 36 MESES, QUITADO EM 2007. 103 - Brasil	33.713,83	33.713,83
32	QUOTAS DE CAPITAL DA NEMER INCORPORADORA E IMOBILIARIA LTDA, CNPJ 08.983.364/0001-86, ADQUIRIDAS E INTEGRALIZADAS NO CURSO DE 2007 (R\$50.000,00) E INTEGRALIZADO DOS APORTE FINANCEIROS OCORRIDOS EM 2008 (R\$380.000,00) E 2009 (R\$70.000,00), CONFORME PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL OCORRIDA EM 22/06/2010, E REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL EM 01/07/2010. 103 - Brasil	500.000,00	500.000,00
13	1/4 DO LOTE 5, QD 108, AV. RECANTO DAS EMAS, NO RECANTO DAS EMAS - DF, ADQUIRIDO DA TERRACAP - COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA EM SETEMBRO 2007, EM NOME DE IVAN CASTELI CPF 148.731.821-81, NO VALOR TOTAL DE R\$157.202,00, FINANCIADO EM 60 MESES. 103 - Brasil	36.042,78	51.058,08
13	1/4 DO LOTE 6, QD 108, AV. RECANTO DAS EMAS, NO RECANTO DAS EMAS - DF, ADQUIRIDO DA TERRACAP - CIA IMOBILIARIA DE BRASILIA EM SETEMBRO 2007, EM NOME DA NEMER INCORPORADORA E IMOBILIARIA CNPJ 08.983.364/0001-86, NO VALOR TOTAL DE R\$117.202,00, FINANCIADO EM 60 MESES. 103 - Brasil	28.789,41	38.472,73
13	1/4 DO LOTE 1, CONJ 12, QD 302, CENTRO URBANO DE SAMAMBAIA - DF, ADQUIRIDO DA TERRACAP - COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA EM SETEMBRO 2007, NO VALOR TOTAL DE R\$301.828,00, FINANCIADO EM 60 MESES. 103 - Brasil	79.821,19	103.374,89
11	APTO SITO A QD 187 RUJA E LT 4 AP 808 AV DAS ACACIAS, AREA DE 122,20 M, EM CONSTRUÇÃO, NO VAL DE R\$125.000,00 RECEBIDO A BASE DE TROCA DE ARIADNE NEMER KAVIER. 103 - Brasil	120.000,00	120.000,00
99	APORTE FINANCEIRO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL A NEMER INCORPORADORA E IMOBILIARIA LTDA, CNPJ 08.983.364/0001-83 103 - Brasil	105.971,00	158.005,71

NOME: RONEY TÂNIO NEMER		IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA	
CPF: 317.831.111-72		EXERCÍCIO 2012	
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		Ano-Calendário 2011	
RESUMO			
RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS			
Recebíveis de Pessoa Jurídica pelo titular			152.892,36
Recebíveis de Pessoa Jurídica pelos dependentes			0,00
Recebíveis de Pessoa Física/Estorj pelo titular			38.482,16
Recebíveis de Pessoa Física/Estorj pelos dependentes			0,00
Recebíveis acumuladamente pelo titular			0,00
Recebíveis acumuladamente pelos dependentes			0,00
Res. Retido Tributável de Atividade Rural			0,00
TOTAL			282.344,42
DEDUÇÕES			
Contribuição à previdência oficial			6.179,50
Contribuição à previdência oficial (Fundamentos recebidos acumuladamente)			0,00
Contribuição à previdência complementar e FAPs			0,00
Dependentes			0,00
Despesas com instrução			0,00
Despesas médicas			17.740,98
Pensão alimentícia judicial			0,00
Pensão alimentícia por escólios públicos			0,00
Pensão alimentícia judicial (Fundamentos recebidos acumuladamente)			0,00
Uso carro			0,00
TOTAL			22.819,78
IMPOSTO DEVIDO			0,00
Base de cálculo do imposto	260.424,64	SALDO DE IMPOSTO A PAGAR	5.877,18
Imposto devido	66.404,32		
Dedução de incentivo	0,00	PARGELAMENTO	
Imposto devido 1	66.404,32	Valor de quota	1.486,29
Contribuição Prev. Empreendedor Doméstico	0,00	Número de Cotas	4
Imposto devido 8	66.404,32		
Imposto devido PPA	0,00		
Total do imposto devido	66.404,32		
IMPOSTO PAGO			
Imposto retido na fonte do titular	99.527,13	INFORMAÇÕES BANCÁRIAS	Débito automático: NÃO
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00		
Camê-Lêdo do titular	0,00	Banco	
Camê-Lêdo dos dependentes	0,00	Agência (sem CV)	
Imposto complementar	0,00	Conta para débito	
Imposto pago no exterior	0,00		
Imposto retido na fonte (Lal nº 11.023/2004)	0,00		
Imposto retido PPA	0,00		
Total do imposto pago	99.527,13		
EVOLUÇÃO PATRIMONIAL			
Base e dívidas em 31/12/2010	1.823.463,22		
Soma e dívidas em 31/12/2011	1.885.311,10		
Dívidas e Ônus reais em 31/12/2010	88.220,92		
Dívidas e Ônus reais em 31/12/2011	30.028,13		
Informações do cônjuge	0,00		
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Rendimentos brutos e não tributáveis			168.228,60
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/diferida			0,00
Rendimentos tributáveis - cujo imposto está com exigibilidade suspensa			0,00
Depósitos judiciais do imposto			0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital			0,00
Imposto pago Quotas de Capital de Empresa Estrangeira - Gera. dívidas e Aplicações Resarcitórias			0,00
Total do imposto retido na fonte (Lal nº 11.023/2004), conforme estado informático para contribuintes			0,00
Imposto pago sobre Renda Variável			0,00
Doações a Part. Políticas, Comités Financ. e Candidatos			0,00
Imposto e pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espaço			0,00
OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO:	Utilizando-se deduções legais		

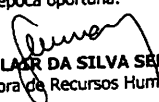
Diretoria de Recursos Humanos

PORTARIA-DRH Nº 66, DE 9 DE MAIO DE 2012

A Diretora de Recursos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 465, de 5 de outubro de 2004, publicada no Diário da Câmara Legislativa de 6 de outubro de 2004, tendo em vista o que estabelecem os arts. nºs 139 a 141 da Lei Complementar nº 840/2011, e o que consta do Processo nº 001-002830/2000,

RESOLVE:

CONCEDE à servidora CINTHYA MESQUITA BERARDI, matrícula nº 11.833-41, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo, 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao período aquisitivo de 12/4/2007 a 9/4/2012, a serem usufruídos em época oportuna.


EDILAIR DA SILVA SENA
 Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA-DRH Nº 47, DE 4 DE ABRIL DE 2012

A Diretora de Recursos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 465, de 5 de outubro de 2004, publicada no Diário da Câmara Legislativa de 6 de outubro de 2004, tendo em vista o que estabelecem os arts. nºs 139 a 141 da Lei Complementar nº 840/2011, e o que consta do Processo nº 001-001951/1997,

RESOLVE:

AUTORIZAR a servidora NILMA SILVA ARAÚJO, matrícula nº 13.197-33, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, categoria Técnico Legislativo, a usufruir, no período de 9/4/2012 a 8/5/2012, 1 (um) mês da licença-prêmio por assiduidade concedida pela Portaria-DRH nº 50, de 17 de março de 2008, publicada no DCL de 18 de março de 2008, referente ao período aquisitivo de 19/12/2002 a 17/12/2007, restando 5 (cinco) meses a serem usufruídos em época oportuna, sendo 2 (dois) meses do período aquisitivo supracitado e 3 (três) meses do período aquisitivo de 21/12/1992 a 19/12/1997, concedidos pela Portaria-DRH nº 21, de 18 de junho de 1999, publicada no DCL de 21 de junho de 1999.


EDILAIR DA SILVA SENA
 Diretora de Recursos Humanos

(republicada por não estar assinada a original publicada no DCL de 9/4/2012)

Licitações

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2012

O Pregoeiro da Câmara Legislativa do Distrito Federal comunica aos interessados que o resultado do pregão supracitado, Processo nº 001-000.187/2012 encontra-se afixado no quadro de avisos da CPL/CLDF e disponibilizado no endereço eletrônico: www.cl.df.gov.br. Maiores informações no local, pelos telefones (61) 3348.8650, 3348.8652, 3348.8651. Objeto: contratação de empresa

especializada para elaboração de projeto de arquitetura e projetos complementares destinados à realização de obras e instalações no edifício sede da CLDF,
 Brasília-DF, 09 de maio de 2012.
 Carlos Eugênio Dias Marinho

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Ordenador de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a competência que lhe foi delegada pelo Ato do Presidente nº 897/2011 e considerando o disposto no item 1.1.2, alínea "a", da Mensagem nº 026/2012 – Setor de Material, em consonância com os arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e art. 9º da Lei 10.520/02, **RESOLVE** aplicar à empresa **FIPEL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS PARA PAPELARIA E ESCRITÓRIO LTDA.**, CNPJ 03.119.421/0001-24, pelo atraso na entrega dos bens descritos na Nota de Empenho nº 2012NE00218 – Processo nº 001.000880/2012, a penalidade de **MULTA** pecuniária no valor de **R\$ 219,78 (duzentos e dezenove reais e setenta e oito centavos)**. Fernando José Botelho Taveira - Ordenador de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

"A Coordenadoria de Planejamento e Elaboração Orçamentária –

CPEO informa que será realizado na Sala das Comissões Pedro de Souza Duarte, **Treinamento dos Agentes de Planejamento da GPI desta Casa, no dia 11 de maio (sexta-feira)**, nos períodos matutinos (das 8hs30min às 12hs, turma A) e vespertino (das 14hs00 às 17: 30hs, turma B). O público alvo serão os Agentes de Planejamento cadastrados, com participação facultativa dos responsáveis pelas unidades administrativas envolvidas.

Tendo em vista o número limitado de assentos no local é imprescindível a indicação do horário pretendido através dos ramais 8384 e 8783 estando sujeito à existência da vaga, a ser confirmado pela SAPLA), até o dia 09/05(quarta-feira)."

Atenciosamente,


Luís Otávio da Rocha Cunha

Coordenador de Planejamento e Elaboração Orçamentária - CPEO
 Substituto